

SUGESTÕES PARA UMA TEORIA DE PROCESSOS CIVILIZADORES

I

Do Controle Social ao Autocontrole

O que tem a organização da sociedade sob a forma de “Estados”, o que têm a monopolização e a centralização de impostos e da força física num vasto território, a ver com a “civilização”?

O estudioso do processo civilizador enfrenta um enorme emaranhado de problemas. Para mencionar alguns dos mais importantes, temos, em primeiro lugar, a questão mais geral. Vimos — e as citações no primeiro volume serviram para ilustrar este ponto com exemplos específicos — que o processo civilizador constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica. Mas, evidentemente, pessoas isoladas no passado não planejam essa mudança, essa “civilização”, pretendendo efetivá-la gradualmente através de medidas conscientes, “racionais”, deliberadas. Claro que “civilização” não é, nem o é a racionalização, um produto da “ratio” humana ou o resultado de um planejamento calculado a longo prazo. Como seria concebível que a “racionalização” gradual pudesse fundamentar-se num comportamento e planejamento “racionais” que a ela preexistissem desde vários séculos? Podemos realmente imaginar que o processo civilizador tenha sido posto em movimento por pessoas dotadas de uma tal perspectiva a longo prazo, de um tal controle específico de todos os afetos de curto prazo, já que essa perspectiva a longo prazo e esse autodomínio pressupõem um longo processo civilizador?

Na verdade, nada na história indica que essa mudança tenha sido realizada “racionalmente”, através de qualquer educação intencional de pessoas isoladas ou de grupos. A coisa aconteceu, de maneira geral, sem planejamento algum, mas nem por isso sem um tipo específico de ordem. Mostramos como o controle efetuado através de terceiras pessoas é convertido, de vários aspectos, em autocontrole, que as atividades humanas mais animais são progressivamente

excluídas do palco da vida comunal e investidas de sentimentos de vergonha, que a regulação de toda a vida instintiva e afetiva por um firme autocontrole se torna cada vez mais estável, uniforme e generalizada. Isso tudo certamente não resulta de uma idéia central concebida há séculos por pessoas isoladas, e depois implantada em sucessivas gerações como a finalidade da ação e do estado desejados, até se concretizar por inteiro nos "séculos de progresso". Ainda assim, embora não fosse planejada e intencional, essa transformação não constitui uma mera seqüência de mudanças caóticas e não-estruturadas.

O que aqui se coloca no tocante ao processo civilizador nada mais é do que o problema geral da mudança histórica. Tomada como um todo, essa mudança não foi "racionalmente" planejada, mas tampouco se reduziu ao aparecimento e desaparecimento aleatórios de modelos desordenados. Como teria sido isso possível? Como pode acontecer que surjam no mundo humano formações sociais que nenhum ser isolado planejou e que, ainda assim, são tudo menos formações de nuvens, sem estabilidade ou estrutura?

O estudo precedente, em especial as partes dedicadas aos problemas da dinâmica social, tentou dar uma resposta a essas perguntas. E ela é muito simples: planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil. *Esse tecido básico, resultante de muitos planos e ações isolados, pode dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou. Dessa interdependência de pessoas surge uma ordem sui generis, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem*¹²⁹. É essa ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, que determina o curso da mudança histórica, e que subjaz ao processo civilizador.

Essa ordem nem é "racional" — se por "racional" entendemos que ela resultaria intencionalmente da deliberação e do propósito de pessoas isoladas —, nem "irracional" — se por "irracional" queremos dizer que tenha surgido de maneira incompreensível. Ela às vezes foi identificada com a ordem da "Natureza"; Hegel e alguns outros interpretaram-na como um tipo de "Espírito" supra-individual, e o conceito hegeliano de "astúcia da razão" mostra o quanto o filósofo se preocupava com o fato de que o planejamento e ações humanas dão origem a numerosas coisas que ninguém realmente pretendeu. Os hábitos mentais que tendem a nos prender a pares de opostos, como "racional" e "irracional" ou "espírito" e "natureza", aqui se mostram inadequados. Neste particular, também, a realidade não é construída exatamente como o aparato conceitual de um dado padrão gostaria que acreditássemos, quaisquer que tenham sido os serviços valiosos que em seu tempo nos tenha prestado como bússola a nos orientar em meio a um mundo desconhecido. *As regularidades imanentes às configurações sociais não são idênticas às regularidades da "mente", do raciocínio individual, nem às regularidades do que chamamos de "natureza", mesmo que, funcionalmente, todas essas diferentes dimensões da realidade estejam indissoluvelmente ligadas entre si.* Em si mesma, contudo, essa afirmação genérica sobre a autonomia relativa das configurações sociais pouco contribui para compreendê-las; permanece vazia e ambígua, a menos que a dinâmica

concreta do entrelaçamento social seja diretamente ilustrada com referência a mudanças específicas e empiricamente demonstráveis. Esta foi precisamente uma das tarefas a que nos dedicamos na Parte Um deste volume. Tentamos nela demonstrar que tipo de interligação, de dependência mútua entre pessoas, põe em movimento, por exemplo, processos de feudalização. Mostramos que a compulsão de situações competitivas levou certo número de senhores feudais ao conflito, que o círculo de competidores foi lentamente reduzido, que tal fato levou ao monopólio de um deles, e finalmente — em combinação com outros mecanismos de integração, como os processos cada vez mais intensos de formação de capital e diferenciação funcional — culminou na formação do Estado absolutista. Toda essa reorganização dos relacionamentos humanos se fez acompanhar de correspondentes mudanças nas maneiras, na estrutura da personalidade do homem, cujo resultado provisório é nossa forma de conduta e de sentimentos "civilizados". A conexão entre essas mudanças específicas na estrutura das relações humanas e as modificações correspondentes na estrutura da personalidade tornará a ser discutida adiante. O estudo desses mecanismos de integração, porém, também é relevante, de modo mais geral, para a compreensão do processo civilizador. Só se percebermos a força irresistível com a qual uma estrutura social determinada, uma forma particular de entrelaçamento social, orienta-se, impelida por suas tensões, para uma mudança específica e, assim, para outras formas de entrelaçamento¹³⁰, é que poderemos compreender como essas mudanças surgem na mentalidade humana, na modelação do maleável aparato psicológico, como se pode observar repetidas vezes na história humana, desde os tempos mais remotos até o presente. E só então, por conseguinte, poderemos entender que a mudança psicológica que a civilização implica esteja sujeita a uma ordem e direção muito específicas, embora não tivessem estas sido planejadas por pessoas isoladas, nem produzidas por medidas "razoáveis", propositais. A civilização não é "razoável", nem "racional",¹³¹ como também não é "irracional". É posta em movimento cegamente e mantida em movimento pela dinâmica autônoma de uma rede de relacionamentos, por mudanças específicas na maneira como as pessoas se vêem obrigadas a conviver. Mas não é absolutamente impossível que possamos extrair dela alguma coisa mais "razoável", alguma coisa que funcione melhor em termos de nossas necessidades e objetivos. Porque é precisamente em combinação com o processo civilizador que a dinâmica cega dos homens, entremisturando-se em seus atos e objetivos, gradualmente leva a um campo de ação mais vasto para a intervenção planejada nas estruturas social e individual — intervenção esta baseada num conhecimento cada vez maior da dinâmica não-planejada dessas estruturas.

Mas que mudanças específicas na maneira como as pessoas se prendem umas às outras lhes modelam a personalidade de uma maneira "civilizadora"? A resposta mais geral a essa pergunta, uma resposta baseada no que antes dissemos sobre as mudanças ocorridas na sociedade ocidental, é bastante simples. Do período mais remoto da história do Ocidente até os nossos dias, as funções sociais, sob pressão da competição, tornaram-se cada vez mais diferenciadas. Quanto mais diferenciadas elas se tornavam, mais crescia o número de funções

e, assim, de pessoas das quais o indivíduo constantemente dependia em todas suas ações, desde as simples e comuns até as complexas e raras. À medida que mais pessoas sintonizavam sua conduta com a de outras, a teia de ações teria que se organizar de forma sempre mais rigorosa e precisa, a fim de que cada ação individual desempenhasse uma função social. O indivíduo era compelido a regular a conduta de maneira mais diferenciada, uniforme e estável. O fato de que isso não exija apenas uma regulação consciente já foi salientado. O fato seguinte foi característico das mudanças psicológicas ocorridas no curso da civilização: o controle mais complexo e estável da conduta passou a ser cada vez mais instilado no indivíduo desde seus primeiros anos, como uma espécie de automatismo, uma autocompulsão à qual ele não poderia resistir, mesmo que desejasse. A teia de ações tornou-se tão complexa e extensa, o esforço necessário para comportar-se "corretamente" dentro dela ficou tão grande que, além do autocontrole consciente do indivíduo, um cego aparelho automático de autocontrole foi firmemente estabelecido. Esse mecanismo visava a prevenir transgressões do comportamento socialmente aceitável mediante uma muralha de medos profundamente arraigados, mas, precisamente porque operava cegamente e pelo hábito, ele, com freqüência, indiretamente produzia colisões com a realidade social. Mas fosse consciente ou inconscientemente, a direção dessa transformação da conduta, sob a forma de uma regulação crescentemente diferenciada de impulsos, era determinada pela direção do processo de diferenciação social, pela progressiva divisão de funções e pelo crescimento de cadeias de interdependência nas quais, direta ou indiretamente, cada impulso, cada ação do indivíduo tornavam-se integrados.

Uma maneira simples de descrever a diferença entre a integração do indivíduo em uma sociedade complexa e em outra menos complexa consiste em pensar em seus diferentes sistemas rodoviários. Estes, em certo sentido, constituem funções espaciais de uma integração social que, em sua totalidade, não se pode expressar simplesmente em conceitos derivados do *continuum* quadrimensional. Pensemos nas estradas interioranas de uma sociedade simples de guerreiros, com uma economia de troca, sem calçamento, expostas ao vento e à chuva. Com raras exceções, há pouco tráfego; o principal perigo é um ataque de soldados ou salteadores. Quando as pessoas olham em volta, para as árvores, morros ou a própria estrada, fazem isso principalmente porque precisam estar sempre preparadas para um ataque armado, e apenas secundariamente porque têm que evitar colisões. A vida nas estradas principais dessa sociedade exige uma prontidão constante para a luta, e dá livre rédea às emoções, em defesa da vida ou das posses contra o ataque físico. Já o tráfego nas ruas principais de uma grande cidade na sociedade complexa de nosso tempo exige uma modelação inteiramente diferente do mecanismo psicológico. Neste caso, é mínimo o perigo de ataque físico. Carros correm em todas as direções, e pedestres e ciclistas tentam costurar seu caminho através da *mêlée* de veículos; nos principais cruzamentos, guardas tentam dirigir o tráfego, com variável grau de sucesso. Esse controle externo, porém, baseia-se na suposição de que todos os indivíduos estão regulando seu comportamento com a maior exatidão, de acordo com as necessidades dessa rede.

O principal perigo que uma pessoa representa para a outra nessa agitação toda é o de perder o autocontrole. Uma regulação constante e altamente diferenciada do próprio comportamento é necessária para o indivíduo seguir seu caminho pelo tráfego. Se a tensão desse autocontrole constante torna-se grande demais para ele, isso é suficiente para colocar os demais em perigo mortal.

Trata-se, é claro, apenas de uma imagem. O tecido de cadeia de ações em que se inclui cada ato individual nessa complexa sociedade é muito mais complicado, e bem mais intrincado o autocontrole ao qual ele está acostumado desde a infância, do que aparece neste exemplo. Mas este dá pelo menos uma idéia de como a grande pressão formativa sobre a constituição do homem "civilizado", seu autocontrole constante e diferenciado, vincula-se à crescente diferenciação e estabilização das funções sociais e à multiplicidade e variedade cada vez maiores de atividades que ininterruptamente têm que se sincronizar.

O modelo de autocontrole, o gabarito pelo qual são moldadas as paixões, certamente varia muito de acordo com a função e a posição do indivíduo nessa cadeia, e há mesmo hoje, em diferentes setores do mundo ocidental, variações de intensidade e estabilidade no aparelho de autocontrole que parecem, à primeira vista, muito grandes. Neste ponto, surge um bom número de perguntas específicas, e o método sociogenético pode nos dar acesso às suas respostas. Mas quando comparadas com a constituição psicológica de pessoas em sociedades menos complexas, essas diferenças e gradações presentes nas sociedades mais complexas tornam-se menos importantes, e a principal linha de transformação, que é o principal interesse deste estudo, emerge com nitidez: tornando-se o tecido social mais intrincado, o aparato sociogênico de autocontrole individual torna-se também mais diferenciado, complexo e estável.

A diferenciação em marcha das funções sociais, porém, é apenas a primeira e mais geral dentre as transformações que observamos ao estudar a mudança na constituição psicológica conhecida como "civilização". Lado a lado com a divisão de funções em andamento, ocorre a total reorganização do tecido social. Mostramos antes em detalhe por que, quando a divisão de funções é baixa, os órgãos centrais de sociedades de certo tamanho são relativamente instáveis e propensos à desintegração. E mostramos também como, através de pressões específicas de configurações humanas, as tendências centrífugas, os mecanismos da feudalização lentamente vão sendo neutralizados e, passo a passo, uma organização central mais estável, uma monopolização mais firme da força física, são estabelecidos. A estabilidade peculiar do aparato de autocontrole mental que emerge como traço decisivo, embutido nos hábitos de todo ser humano "civilizado", mantém a relação mais estreita possível com a monopolização da força física e a crescente estabilidade dos órgãos centrais da sociedade. Só com a formação desse tipo relativamente estável de monopólios é que as sociedades adquirem realmente essas características, em decorrência das quais os indivíduos que as compõem sintonizam-se, desde a infância, com um padrão altamente regulado e diferenciado de autocontrole; só em combinação com tais monopólios é que esse tipo de autolimitação requer um grau mais elevado de automatismo, e se torna, por assim dizer, uma "segunda natureza".

Ao se formar um monopólio de força, criam-se espaços sociais pacificados, que normalmente estão livres de atos de violência. As pressões que atuam sobre as pessoas nesses espaços são diferentes das que existiam antes. Formas de violência não-física que sempre existiram, mas que até então sempre estiveram misturadas ou fundidas com a força física, são agora separadas destas últimas. Persistem, mas de forma modificada, nas sociedades mais pacificadas. São mais visíveis, no que interessa ao pensamento padrão de nosso tempo, como tipos de violência econômica. Na realidade, contudo, há um conjunto inteiro de meios cuja monopolização permite ao homem, como grupo ou indivíduo, impor sua vontade aos demais. A monopolização dos meios de produção, dos meios "econômicos", é uma das poucas que se destacam quando os meios de violência física se tornam monopolizados, quando, em outras palavras, na sociedade mais pacificada do Estado, o livre uso da força física por aqueles que são fisicamente mais fortes deixa de ser permitido.

De modo geral, a direção em que o comportamento e a constituição afetiva das pessoas mudam, quando a estrutura dos relacionamentos humanos é transformada da maneira acima descrita, é a seguinte: as sociedades sem um monopólio estável da força são sempre aquelas em que a divisão de funções é relativamente pequena, e relativamente curtas as cadeias de ações que ligam os indivíduos entre si. Reciprocamente, as sociedades com monopólios mais estáveis da força, que sempre começam encarnadas numa grande corte de príncipes ou reis, são aquelas em que a divisão de funções está mais ou menos avançada, nas quais as cadeias de ações que ligam os indivíduos são mais longas e maior a dependência funcional entre as pessoas. Nelas o indivíduo é protegido principalmente contra ataques súbitos, contra a irrupção de violência física em sua vida. Mas, ao mesmo tempo, é forçado a reprimir em si mesmo qualquer impulso emocional para atacar fisicamente outra pessoa. As demais formas de compulsão que, nesse momento, prevalecem nos espaços sociais pacificados modelam na mesma direção a conduta e os impulsos afetivos do indivíduo. Quanto mais apertada se torna a teia de interdependência em que o indivíduo está emaranhado, com o aumento da divisão de funções, maiores são os espaços sociais por onde se estende essa rede, integrando-se em unidades funcionais ou institucionais — mais ameaçada se torna a existência social do indivíduo que dá expressão a impulsos e emoções espontâneas, e maior a vantagem social daqueles capazes de moderar suas paixões; mais fortemente é cada indivíduo controlado, desde a tenra idade, para levar em conta os efeitos de suas próprias ações ou de outras pessoas sobre uma série inteira de elos na cadeia social. A moderação das emoções espontâneas, o controle dos sentimentos, a ampliação do espaço mental além do momento presente, levando em conta o passado e o futuro, o hábito de ligar os fatos em cadeias de causa e efeito — todos estes são distintos aspectos da mesma transformação de conduta, que necessariamente ocorre com a monopolização da violência física e a extensão das cadeias da ação e interdependência social. Ocorre uma mudança "civilizadora" do comportamento.

A transformação da nobreza, de uma classe de cavaleiros em uma de cortesãos, constitui um exemplo disso. Na esfera anterior, na qual a violência era um fato

inescapável e de ocorrência diária, e as cadeias de dependência do indivíduo tinham pequena extensão, até mesmo porque ele subsistia principalmente da produção de sua própria terra, a intensa e constante moderação das pulsões e afetos não era necessária, possível nem útil. A vida dos próprios guerreiros, mas também a de outros que viviam em uma sociedade que possuía uma classe superior guerreira, era contínua e diretamente ameaçada por atos de violência física. Comparada com a vida em zonas mais pacificadas, ela oscilava entre extremos: permitia ao guerreiro extraordinária liberdade para dar forma concreta a seus sentimentos e paixões, à alegria selvagem, a uma satisfação sem limites do prazer à custa das mulheres que desejasse, ou ao ódio na destruição ou tortura de todos os que lhe fossem hostis. Mas, ao mesmo tempo, ela ameaçava o guerreiro, se fosse derrotado, com um grau extraordinário de exposição à violência e às paixões dos demais, com uma subjugação total, com formas extremas de tormento físico que mais tarde, quando a tortura física, a prisão e a humilhação total do indivíduo se convertem em monopólio da autoridade, dificilmente se encontram na vida normal. Com tal monopolização, a ameaça física ao indivíduo lentamente se despersonaliza. Ela não depende mais tão diretamente de afetos momentâneos, gradualmente se submete a regras e leis cada vez mais rigorosas e, finalmente, dentro de certos limites e com certas flutuações, a ameaça física quando as leis são infringidas torna-se menos severa.

A maior espontaneidade das pulsões e o grau mais alto de ameaça física que se encontram em todas as situações em que ainda inexiste um monopólio central forte e estável são, conforme pôde ser visto, fenômenos complementares. Nessa estrutura social, o vitorioso tem maior possibilidade de dar livre rédea a suas pulsões e sentimentos, embora também seja maior a ameaça direta a um homem por parte dos sentimentos de outro, e mais presente a possibilidade de ilimitada subjugação e humilhação se um cair em poder de outro. Isso se aplicava não somente à relação entre um guerreiro e outro, para quem, no curso da monetarização e limitação da livre competição, um código de conduta moderando as paixões já estava sendo lentamente formado. Na sociedade em geral, o menor grau de restrição imposto aos senhores feudais configurava um contraste maior do que mais tarde, entre sua liberdade e a existência confinada de suas mulheres e a total exposição a seus caprichos a que estavam sujeitos naquela sociedade os dependentes, derrotados e servos.

À estrutura dessa sociedade, com sua polarização extrema, suas incertezas contínuas, corresponde a estrutura dos indivíduos que a formam e o modo como se comportam. Da mesma forma que nas relações inter-humanas o perigo surge mais bruscamente e a possibilidade de vitória ou liberação é mais repentina e incalculável, o indivíduo também se debate mais freqüente e diretamente entre o prazer e a dor. A função social do guerreiro livre dificilmente é construída de modo que os perigos possam ser previstos com grande antecipação, que os efeitos de determinadas ações possam ser examinados três ou quatro passos à frente, embora a sua função estivesse tomando esse rumo à medida que, na Idade Média, se centralizavam os exércitos. Mas, por enquanto, era o presente imediato que fornecia o impulso. Mudando a situação do momento, mudava também a

expressão dos sentimentos: se ela trazia prazer, este era saboreado sem ressalvas, sem cálculo ou reflexão sobre suas possíveis conseqüências no futuro. Se trazia perigo, prisão, derrota, estes também deviam ser suportados plenamente. A inquietação incurável, a proximidade eterna do perigo, toda a atmosfera dessa vida imprevisível e insegura, na qual havia no máximo pequenas e transitórias pausas de existência mais protegida, freqüentemente geravam, mesmo sem causas externas, mudanças súbitas do prazer mais exuberante para a mais profunda desolação e remorso. A personalidade, se podemos dizer isso, estava incomparavelmente mais pronta e acostumada a saltar com intensidade sem limites de um extremo para o outro; as mais leves impressões, as associações de idéias incontroláveis, com freqüência bastavam para induzir essas enormes oscilações.¹³²

A medida que mudava a estrutura das relações humanas, as organizações monopolistas de força física se desenvolviam e o indivíduo se resguardava do impacto das rixas e guerras constantes e passava a sofrer as compulsões mais permanentes de funções pacíficas baseadas na aquisição de dinheiro ou prestígio, a manifestação de sentimentos também foi gravitando, aos poucos, para uma linha intermediária. As oscilações no comportamento e nos sentimentos não desapareceram, mas se abrandaram. Os picos e vales se tornaram menores, e menos abruptas as mudanças.

Podemos ver com mais clareza o que está mudando de que seu oposto. Graças à formação de monopólios de força, a ameaça que um homem representa para outro fica sujeita a controle mais rigoroso e tornou-se mais calculável. A vida diária torna-se mais livre de reviravoltas súbitas da sorte. A violência física é confinada aos quartéis, de onde irrompe apenas em casos extremos, em tempos de guerra ou sublevação, penetrando na vida do indivíduo. Como monopólio de certos grupos de especialistas, ela é habitualmente excluída da vida dos demais. Esses especialistas, que constituem toda a organização monopolista da força, agora montam guarda apenas à margem da vida social, na medida em que controlam a conduta do indivíduo.

Mesmo sob essa forma, como organização de controle, porém, a violência física e a ameaça que dela emana exercem uma influência decisiva sobre os indivíduos, saibam eles disso ou não. Não é mais, contudo, a insegurança perpétua que ela trazia à vida do indivíduo, mas uma forma peculiar de segurança. Não mais o lança nas fortunas mutáveis da batalha, como vencedor ou derrotado, em meio a terríveis explosões de prazer ou terror. Uma pressão contínua, uniforme, se exerce sobre a vida individual pela violência física armazenada por trás das cenas da vida diária, uma pressão muito conhecida e quase despercebida, tendo a conduta e a paixões se ajustado desde tenra mocidade a essa estrutura social. Na verdade, foi todo o molde social, o código de conduta, que mudaram e, de acordo com as mudanças, não apenas esta ou aquela forma específica de conduta, mas todo o padrão, toda a estrutura da maneira como indivíduos pautam sua vida. A organização monopolista da violência física geralmente não controla o indivíduo por ameaça direta. Uma compulsão ou pressão altamente previsíveis, exercidas de grande variedade de maneiras, são constantemente aplicadas sobre

o indivíduo. Em grau considerável, elas operam tendo por meio as reflexões dele próprio. Essa compulsão, em geral, está presente apenas potencialmente na sociedade, como uma agência de controle. A compulsão real é a que o indivíduo exerce sobre si mesmo, seja como resultado do conhecimento das possíveis conseqüências de seus atos no jogo de atividades entrelaçadas, seja como resultado de gestos correspondentes de adultos que contribuíram para lhe modelar o comportamento em criança. A monopolização da violência física, a concentração de armas e homens armados sob uma única autoridade, torna mais ou menos calculável o seu emprego e força os homens desarmados, nos espaços sociais pacificados, a controlarem sua própria violência mediante precaução ou reflexão. Em outras palavras, isso impõe às pessoas um maior ou menor grau de autocontrole.

Não queremos com isso dizer que todas as formas de autocontrole estivessem inteiramente ausentes da sociedade guerreira medieval ou em outras que não dispunham de um monopólio complexo e estável de violência física. A agência do autocontrole individual, o superego, a consciência, ou o que quer que a chamemos, era instilada, imposta e mantida nessas sociedades guerreiras apenas em relação direta a atos de violência física, correspondendo sua forma a essa vida em seus maiores contrastes e transições mais abruptas. Comparada com a agência do autocontrole em sociedades mais pacificadas, ela era difusa, instável, uma mera barreira delgada a separar explosões emocionais de violência. Os medos que asseguravam a conduta socialmente "correta" não haviam sido ainda banidos, na mesma extensão, da consciência do indivíduo para sua chamada "vida interior". Uma vez que o perigo decisivo não provinha do fracasso ou relaxação do autocontrole, mas da direta ameaça física externa, o medo habitual assumia predominantemente a forma de medo de forças exteriores. E uma vez que esse medo era menos estável, o mecanismo de controle também era menos abrangente, mais unilateral ou parcial. Nessa sociedade, poderia ser instilado um autocontrole extremo para suportar a dor, mas ele seria complementado pelo que, medido por um padrão diferente, parece constituir uma forma de dar livre rédea às paixões na tortura de outras pessoas. Analogamente, em certos setores da sociedade medieval, encontramos formas extremas de misticismo, autodisciplina e renúncia, contrastando com uma entrega não menos extrema ao prazer em outras pessoas; com grande freqüência, assistimos a mudanças súbitas de uma atitude para outra, na vida do mesmo indivíduo. A restrição que nesse caso o indivíduo impunha a si mesmo, a luta contra a própria carne, não era menos intensa e unilateral, nem menos radical e apaixonada, do que sua contrapartida, a luta contra os demais e o máximo desfrute de prazeres.

O que se estabelece com a monopolização da violência física nos espaços sociais pacificados é um diferente tipo de autocontrole ou autolimitação. Um autocontrole mais desapassionado. A agência controladora que se forma como parte da estrutura da personalidade do indivíduo corresponde à agência controladora que se forma na sociedade em geral. A primeira, como a segunda, tende a impor uma regulação altamente diferenciada a todos os impulsos emocionais, à conduta do homem na sua totalidade. Ambas — cada uma delas mediada em

grande parte pela outra — exercem pressão constante, uniforme, para inibir explosões emocionais. Abrandam as flutuações extremas no comportamento e nas emoções. Assim como a monopolização da força física reduz o medo e o pavor que um homem sente de outro, mas, ao mesmo tempo, limita a possibilidade de causar terror, medo ou tormento em outros e, portanto, certas possibilidades de descarga emocional agradável, o constante autocontrole ao qual o indivíduo agora está cada vez mais acostumado procura reduzir os contrastes e mudanças súbitas de conduta e a carga afetiva de toda auto-expressão. As pressões que atuam sobre o indivíduo tendem a produzir uma transformação de toda a economia das paixões e afetos rumo a uma regulação mais contínua, estável e uniforme dos mesmos, em todas as áreas de conduta, em todos os setores de sua vida.

É exatamente na mesma direção que operam as compulsões desarmadas, as restrições sem violência física direta, às quais o indivíduo está exposto nos espaços pacificados, e das quais as limitações econômicas constituem um exemplo. Elas, também, são menos carregadas de emoções, mais moderadas, estáveis e menos erráticas do que as impostas por uma pessoa a outra na sociedade guerreira antes de surgir o monopólio. Elas, também, corporificadas em todo o espectro das funções abertas ao indivíduo na sociedade, induzem a uma incessante visão retroativa e prospectiva que transcende o momento e corresponde às cadeias mais longas e complexas em que cada ato se vê automaticamente incluído. Exigem que o indivíduo controle incessantemente seus impulsos emocionais momentâneos, tendo em vista os efeitos a longo prazo do comportamento. Em comparação com o outro padrão, instilam um autocontrole mais uniforme, envolvendo toda a conduta, como se fosse um anel apertado e uma regulação mais firme das paixões, de acordo com as normas sociais. Além disso, como sempre, não são apenas as funções adultas que produzem imediatamente esse abrandamento de paixões e sentimentos. Em parte automaticamente, e até certo ponto através da conduta e dos hábitos, os adultos induzem modelos de comportamento correspondentes nas crianças. Desde o começo da mocidade, o indivíduo é treinado no autocontrole e no espírito de previsão dos resultados de seus atos, de que precisará para desempenhar funções adultas. Esse autocontrole é instilado tão profundamente desde essa tenra idade que, como se fosse uma estação de retransmissão de padrões sociais, desenvolve-se nele uma autosupervisão automática de paixões, um “superego” mais diferenciado e estável, e uma parte dos impulsos emocionais e inclinações afetivas sai por completo do alcance direto do nível de consciência.

Anteriormente, na sociedade guerreira, o indivíduo podia empregar violência física, se fosse forte e poderoso o suficiente; podia satisfazer abertamente suas inclinações em muitas direções que, mais tarde, foram fechadas por proibições sociais. Mas pagava, por essa maior oportunidade de prazer direto, com uma possibilidade maior de medo direto e claro. As concepções medievais do inferno, aliás, dão-nos uma idéia de como era forte esse medo que um homem inspirava em outro. Alegria e dor eram liberadas mais aberta e livremente. Mas o indivíduo tornava-se sua presa, jogado de um lado para o outro tanto por seus sentimentos quanto pelas forças da natureza. Tinha menos controle de suas paixões. Era mais controlado por elas.

Mais tarde, quando as corréias transmissoras que corriam por sua existência se tornaram mais longas e complexas, ele aprendeu a controlar-se firmemente e se tornou menos prisioneiro que antes de suas paixões. Mas como agora ele estava mais limitado pela dependência funcional das atividades de um número sempre maior de pessoas, tornou-se também mais restringido na conduta, nas possibilidades de satisfazer diretamente seus anseios e paixões. A vida torna-se menos perigosa, mas também menos emocional ou agradável, pelo menos no que diz respeito à satisfação direta do prazer. Para tudo o que faltava na vida diária um substituto foi criado nos sonhos, nos livros, na pintura. De modo que, evoluindo para se tornar cortesã, a nobreza leu novelas de cavalaria; os burgueses assistem em filmes à violência e à paixão erótica. Os choques físicos, as guerras e as rixas diminuíram e tudo o que as lembrava, até mesmo o trinchamento de animais mortos e o uso de faca à mesa, foi banido da vista ou pelo menos submetido a regras sociais cada vez mais exatas. Mas, ao mesmo tempo, o campo de batalha foi, em certo sentido, transportado para dentro do indivíduo. Parte das tensões e paixões que antes eram liberadas diretamente na luta de um homem com outro terá agora que ser elaborada no interior do ser humano. As limitações mais pacíficas a ele impostas por suas relações com outros homens espelham-se dentro dele; um padrão individualizado de hábitos semi-automáticos se estabeleceu e consolidou nele, um “superego” específico que se esforça por controlar, transformar ou suprimir-lhe as emoções de conformidade com a estrutura social. Mas os impulsos, os sentimentos apaixonados que não podem mais manifestar-se diretamente nas relações entre pessoas freqüentemente lutam, não menos violentamente, dentro delas contra essa parte supervisora de si mesma. Essa luta semi-automática da pessoa consigo mesma nem sempre tem uma solução feliz, nem sempre a autotransformação requerida pela vida em sociedade leva a um novo equilíbrio entre satisfação e controle de emoções. Freqüentemente, fica sujeita a grandes ou pequenas perturbações —, à revolta de uma parte da pessoa contra a outra, ou a uma atrofia permanente — que torna o desempenho das funções sociais ainda mais difícil, se não impossível. As oscilações verticais, os saltos do medo à alegria, do prazer ao remorso, se reduzem, ao mesmo tempo que a fissura horizontal que corre de lado a outro da pessoa, a tensão entre o “superego” e o “inconsciente.” — os anelos e desejos que não podem ser lembrados — aumentam.

Neste particular, também, as características básicas desses padrões de entrelaçamento, se lhes estudamos não só as estruturas estáticas mas também a sociogênese, mostram-se relativamente simples. Através da interdependência de grupos maiores de pessoas e da exclusão da violência física em seus contatos, é estabelecido um mecanismo social, no qual as limitações entre elas são transformadas duradouramente em autolimitações. Essas autolimitações, que são função da visão retrospectiva e prospectiva instilada no indivíduo desde a infância, em conformidade com sua integração em extensas cadeias de ação, assumem em parte a forma de um autocontrole consciente e, em parte, a de um hábito automatizado. Tendem a uma moderação mais uniforme, a uma limitação mais contínua, a um controle mais exato das paixões e sentimentos, de acordo com o

padrão mais diferenciado de entrelaçamento social. Mas, dependendo da pressão interna, das condições da sociedade e da posição que nela ocupe o indivíduo, essas limitações produzem também tensões e perturbações peculiares na economia da conduta e das paixões. Em alguns casos, levam a uma inquietação e insatisfação perpétuas, exatamente porque a pessoa afetada só pode satisfazer uma parte de suas inclinações e impulsos em forma modificada, como, por exemplo, na fantasia, na qualidade de espectadora ou ouvinte, nos devaneios ou nos sonhos. Às vezes, o indivíduo se habitua a tal ponto a inibir suas emoções (os sentimentos constantes de tédio ou solidão constituem bons exemplos disso) que não é mais capaz de qualquer forma de expressão sem medo das suas emoções modificadas, ou de satisfação direta de suas pulsões reprimidas. Ramos particulares dessas pulsões são como que anestesiados, nesses casos, pela estrutura específica do contexto social em que cresce a criança. Sob a pressão dos perigos que sua manifestação provoca no espaço social da criança, elas passam a se cercar de medos automatizados, a tal ponto que o indivíduo pode permanecer surdo e insensível a vida toda. Em outros casos, certos ramos dos impulsos podem ser desviados de tal modo por sérios conflitos que a natureza bruta, afetiva e apaixonada que o pequeno ser humano inevitavelmente encontra no seu caminho para se moldar como ser "civilizado", que suas energias só podem ter uma liberação indesejada, através de rodeios, em ações compulsivas e outros sintomas de perturbação. Em outros casos, também, essas energias são transformadas de tal maneira que fluem para apegos e repulsões excêntricos, em predileções por esta ou aquela fantasia peculiar. Em todos esses casos, uma permanente inquietação interior, que parece não ter fundamento, mostra quanta energia emocional é represada numa forma que não permite satisfação real.

Até esse momento, o processo civilizador individual, tal como o social, segue em geral cegamente o seu curso. Sob o disfarce do que os adultos pensam e planejam, as relações que se formam entre eles e os jovens criam funções e efeitos na personalidade destes últimos que eles não pretendem e a que mal conhecem. Não planejados, nesse sentido, surgem aqueles resultados da modelagem social de indivíduos aos quais habitualmente chamamos de "anormais". As anormalidades psicológicas que não decorrem da modelação social, mas são causadas por traços hereditários inalteráveis, não precisam ser consideradas aqui. Mas a constituição psicológica que se mantém dentro da norma social e é subjetivamente mais satisfatória ocorre de maneira igualmente não planejada. Do mesmo molde social emergem seres humanos mais ou menos bem-estruturados, tanto os "bem-ajustados" como os "desajustados", num espectro muito amplo de variedades. As ansiedades automaticamente reproduzidas que, no caso de cada processo civilizador individual e em conexão com os conflitos que formam parte integral desse processo, ligam-se a pulsões específicas e afetam seus impulsos, levam às vezes a uma paralisia permanente e total desses impulsos e, em outras ocasiões, apenas a uma regulação moderada, dando espaço suficiente para sua plena satisfação. Nas atuais condições, do ponto de vista do indivíduo interessado, um resultado ou outro é mais uma questão de boa ou má sorte do que de qualquer planejamento. Em qualquer dos casos, é a teia de relações sociais em que vive

o indivíduo durante a fase mais impressionável, a infância e juventude, que se imprime em sua personalidade em formação, tendo sua contrapartida na relação entre suas instâncias controladoras, o superego e o ego, e os impulsos da libido. O equilíbrio resultante entre essas instâncias controladoras e as pulsões, em grande variedade de níveis, determina como a pessoa se orienta em suas relações com outras, em suma, determina aquilo que chamamos, segundo o gosto, de hábitos, complexos ou estrutura da personalidade. Não obstante, não há fim ao entrelaçamento, porque embora a autodeterminação da pessoa, maleável durante o início da infância, se solidifique e endureça à medida que cresce, ela nunca deixa inteiramente de ser afetada pelas relações mutáveis com outras durante toda a vida. A aprendizagem dos autocontroles, chame-se a eles de "razão", "consciência", "ego" ou "superego", e a conseqüente moderação dos impulsos e emoções mais animais, em suma, a civilização do ser humano jovem, jamais é um processo inteiramente indolor, e sempre deixa cicatrizes. Se a pessoa tem sorte — uma vez que ninguém, nem os pais, nem o médico, nem um conselheiro podem, no presente, dirigir esse processo na criança de acordo com um conhecimento claro do que é melhor para seu futuro, porque tudo é ainda na maior parte uma questão de sorte —, saram as feridas dos conflitos civilizadores incorridas na infância e as cicatrizes deixadas por eles não são muito profundas. Nos casos menos favoráveis, os conflitos inerentes ao processo de civilizar jovens seres humanos — conflitos com outros e conflitos dentro de si mesmos — permanecem sem solução ou, mais exatamente, embora sejam sepultados por algum tempo, retornam em situações que lembram as da infância. O sofrimento, transformado em forma adulta, volta repetidamente e os conflitos não-solucionados da pessoa na infância nunca deixam de perturbar seus relacionamentos adultos. Dessa maneira, os conflitos interpessoais de princípios da juventude, que modelaram a estrutura da personalidade, continuam a perturbar ou mesmo a destruir os relacionamentos de adultos com outras pessoas. As tensões resultantes podem assumir a forma ou de contradições entre diferentes automatismos de autocontrole, traços enterrados de recordações de antigas dependências e necessidades, ou de conflitos recorrentes entre as instâncias controladoras e os impulsos da libido. Nos casos mais felizes, por outro lado, as contradições entre diferentes seções e camadas das agências controladoras, especialmente da estrutura do superego, vão sendo lentamente reconciliadas, controlando-se os conflitos mais disruptivos entre essa estrutura e os impulsos da libido. Eles não só desaparecem da consciência de vigília, mas são tão integralmente assimilados que, sem um custo pesado demais em satisfação subjetiva, não mais se intrometem involuntariamente em relacionamentos interpessoais posteriores. No primeiro caso, o autocontrole consciente e inconsciente permanece sempre difuso em certas situações, estando sensível à eclosão de formas socialmente improdutivas de energia pulsional; no outro, esse autocontrole que, mesmo hoje, nas fases juvenis, parece-se mais com uma confusão de banquisas que se superpõem do que com um liso e firme lençol de gelo, lentamente se torna mais unificado e estável, numa correspondência positiva com a estrutura da sociedade. Mas uma vez que essa estrutura, exatamente em nossa época, é altamente mutável, ela exige uma

flexibilidade de hábitos e conduta que, na maior parte dos casos, tem que ser paga com a perda de estabilidade.

Teoricamente, por conseguinte, não é difícil dizer qual a diferença entre um processo civilizador individual considerado bem-sucedido e outro julgado mal-sucedido. No primeiro caso, depois de todas as dores e conflitos do processo, são finalmente estabelecidos um padrão de conduta bem-adaptado ao contexto das funções sociais adultas, um conjunto de hábitos de funcionamento satisfatório e simultaneamente — o que não é um resultado inevitável das duas primeiras condições — um balanço positivo de prazer. No segundo, ou o autocontrole socialmente necessário é repetidamente comprado a um alto custo de satisfação pessoal, por um grande esforço para superar energias opostas da libido, ou o controle dessas energias, a renúncia à sua satisfação, não se alcança em absoluto. Com grande freqüência, nenhum balanço positivo de prazer, de qualquer tipo, é finalmente possível porque os comandos e proibições sociais são representados não só por outras pessoas, mas também pelo eu abalado, uma vez que uma parte proíbe e castiga o que a outra deseja.

Na realidade, o resultado do processo civilizador individual é claramente favorável ou desfavorável apenas em relativamente poucos casos, em cada extremidade da escala. A maioria das pessoas civilizadas vive um meio-termo entre os dois extremos. Aspectos socialmente positivos e negativos, tendências pessoalmente gratificantes e frustradoras, misturam-se nelas em proporções variáveis.

É muito difícil a modelação social de indivíduos de acordo com a estrutura do processo civilizador que hoje chamamos de Ocidente. A fim de ser razoavelmente bem-sucedida, ela requer, dada a estrutura da sociedade ocidental, uma diferenciação muito alta, uma regulação muito intensa e estável de paixões e sentimentos, de todas as pulsões humanas mais elementares. Por isso mesmo geralmente exige mais tempo, sobretudo nas classes média e alta, do que a modelagem social de indivíduos em sociedades menos complexas. A resistência à adaptação aos padrões que prevalecem na civilização, o esforço que essa adaptação, essa transformação profunda de toda a personalidade custa ao indivíduo, é sempre considerável. E só mais tarde, por conseguinte, do que em sociedades menos complexas é que o indivíduo no Mundo Ocidental adquire, com sua função social de adulto, a constituição psicológica do adulto, a emergência da qual assinala, via de regra, a conclusão do processo civilizador individual.

Mas, mesmo que nas sociedades mais diferenciadas do Ocidente a modelação do mecanismo de autodireção individual seja bastante extensa e intensa, processos que tendem na mesma direção, processos civilizadores sociais e individuais, certamente não ocorrem apenas nela. Eles são encontrados em todos os casos em que, sob o efeito de pressões competitivas, a divisão de funções torna grande número de pessoas dependentes umas das outras, em todos os casos em que a monopolização da força física permite e impõe uma cooperação menos carregada de emoção, em todos os casos em que se estabelecem funções que exigem constante visão retrospectiva e prospectiva na interpretação das ações e intenções

de outras pessoas. O que determina a natureza e grau desses surtos civilizadores é sempre a extensão das interdependências, o nível da divisão de funções e a estrutura interna das próprias funções.

II

Difusão da Pressão pela Previdência e Autocontrole

O que empresta ao processo civilizador no Ocidente seu caráter especial e excepcional é o fato de que, aqui, a divisão de funções atingiu um nível, os monopólios da força e tributação uma solidez, e a interdependência e a competição uma extensão, tanto em termos de espaço físico quanto do número de pessoas envolvidas, que não tiveram iguais na história mundial.

Até então, redes extensas de moeda ou comércio, com monopólios razoavelmente estáveis de força física em seus centros, haviam se desenvolvido quase exclusivamente ao longo de vias navegáveis, isto é, acima de tudo nas margens de rios e costas de oceanos. As grandes áreas do interior permaneciam mais ou menos no nível da economia de troca, isto é, as pessoas continuavam na maior parte autárquicas e eram curtas suas cadeias de interdependência, mesmo quando algumas artérias de comércio cruzavam as áreas e existiam alguns grandes mercados. Tendo a sociedade ocidental como ponto de partida, desenvolveu-se uma teia de interdependência que não só abrange os oceanos em maior extensão do que em qualquer tempo no passado, mas se estende às terras aráveis mais distantes do interior remoto. Correspondendo a tudo isso, surgiram a necessidade de sincronização da conduta humana em territórios mais amplos e a de um espírito de previsão no tocante a cadeias mais longas de ações como jamais haviam existido. Ocorreu ainda o fortalecimento do autocontrole e a permanência das compulsões — a inibição de paixões e o controle de pulsões — impostas pela vida no centro dessas redes. Uma das características que tornam muito clara essa conexão entre o tamanho e a pressão interna à rede de interdependência, por um lado, e a constituição psicológica do indivíduo, por outro, é o que chamamos de "ritmo"¹³³ de nosso tempo. Esse "ritmo" nada mais é que uma manifestação do grande número de cadeias entrelaçadas de interdependência, abrangendo todas as funções sociais que os indivíduos têm que desempenhar, e da pressão competitiva que satura essa rede densamente povoada e que afeta, direta ou indiretamente, cada ato isolado da pessoa. Esse ritmo pode revelar-se, no caso do funcionário ou empresário, na profusão de seus encontros marcados e reuniões e, no do operário, na sincronização e duração exatas de cada um de seus movimentos. Em ambos os casos, o ritmo é uma expressão do enorme número de ações interdependentes, da extensão e densidade das cadeias compostas de ações individuais, e da intensidade das lutas que mantêm em movimento toda essa rede interdependente. Em ambos os casos, uma função situada na junção de tantas cadeias de ação

exige uma alocação exata de tempo, acostuma as pessoas a subordinarem suas inclinações momentâneas às necessidades superiores da interdependência, treina-as para eliminarem todas as irregularidades do comportamento e conseguirem um permanente autocontrole. É esse o motivo por que, no indivíduo, vemos surgirem tantas revoltas contra o tempo social representado por seu próprio superego, e por que tantas pessoas entram em conflito consigo mesmas quando desejam ser pontuais. Com base no desenvolvimento de instrumentos de medição do tempo, e de consciência do tempo — e também da moeda e de outros instrumentos de integração social —, é possível observar, com grande precisão, como avança a divisão de funções, e com ela o autocontrole imposto ao indivíduo.

A razão por que, dentro dessa rede, padrões de controle das emoções variam em alguns aspectos, — por que, por exemplo, a sexualidade é cercada de restrições mais fortes em um país do que no outro, — é uma questão à parte. Mas como quer que essas diferenças possam surgir em casos especiais, a direção geral da mudança na conduta, a “tendência” do movimento da civilização é em toda a parte a mesma. Ela se orienta sempre para um autocontrole mais ou menos automatizado, para a subordinação de impulsos de curto prazo aos comandos de uma enraizada visão a longo prazo, para a formação de uma instância, o “superego”, mais complexa e segura. E de maneira geral é também assim que essa necessidade de subordinar emoções momentâneas a objetivos mais distantes se difunde. Em toda a parte, na sociedade ocidental, pequenos grupos dirigentes são afetados primeiro e, depois, estratos cada vez mais amplos.

A diferença é muito grande se alguém vive num mundo que possui densos, extensos e fortes laços de dependência, como um mero objeto passivo dessas interdependências, sendo afetado por eventos distantes sem ser capaz de influenciá-los ou mesmo percebê-los — ou se tem uma função na sociedade que exige, para seu desempenho, um esforço permanente de providência e um controle firme da conduta. Para começar, no desenvolvimento do Ocidente foram certas funções das classes alta e média que exigiram de seus responsáveis essa autodisciplina ativa e constante, voltada para interesses a longo prazo: funções de corte nos centros políticos de sociedades importantes, funções comerciais nos centros da rede de comércio de longa distância, que se encontravam sob a proteção de um monopólio de força razoavelmente estável. Mas constituiu uma das peculiaridades dos processos sociais no Ocidente que, com a ampliação da interdependência, a necessidade de pensamento a longo prazo e a sincronização ativa da conduta individual com alguma entidade mais vasta, remota no tempo e no espaço, tenham se difundido por segmentos cada vez maiores da sociedade. Até mesmo as funções e a situação social dos estratos sociais mais baixos foram tornando a um tempo possível e necessário um certo espírito de previsão e nessa mesma medida forçaram a moderar-se todas as inclinações que prometiam satisfação muito imediata ou a curto prazo. No passado, as funções dos estratos mais baixos de trabalhadores manuais geralmente eram incluídas na rede de interdependência apenas na medida em que seus membros sentissem o efeito de ações remotas e — se elas fossem desagradáveis — reagissem com inquietação e rebelião, com descargas emocionais de curto prazo. Mas suas funções não eram estruturadas

de tal modo que, dentro de si mesmos, as limitações “estranhas” fossem constantemente convertidas em limitações do “ser”. Suas tarefas diárias tornavam-nos pouco capazes de restringir desejos e emoções imediatos em troca de algo que não era tangível aqui e agora. E por isso mesmo essas explosões quase nunca tiveram sucesso duradouro.

Neste particular, certo número de nexos importantes se interligam. Em todas as grandes redes humanas há alguns setores mais importantes do que outros. As funções desses setores fundamentais, como, por exemplo, as funções coordenadoras mais altas, impõem um autocontrole mais regular e estrito não só por causa de sua posição central e do grande número de cadeias de ação que convergem para eles, mas porque, devido ao grande número de ações que dependem de seus responsáveis, revestem-se de grande poder social. O que dá ao desenvolvimento ocidental seu caráter especial é o fato de que a dependência recíproca de todos se tornou mais uniformemente equilibrada. Em grau sempre maior, o funcionamento complexo das sociedades do Ocidente, com sua elevada divisão do trabalho, depende de os estratos agrários e urbanos inferiores controlarem sua conduta, cada vez mais, à medida que captam melhor suas conexões a mais longo prazo e mais remotas. O mecanismo social altamente diferenciado torna-se tão complexo e, em alguns aspectos, tão vulnerável, que perturbações num só ponto das cadeias de interdependência, que articulam todas as posições sociais, inevitavelmente afetam muitas outras, desta maneira ameaçando todo o tecido social. Os grupos estabelecidos que competem entre si são, assim, compelidos a levar em consideração as exigências da grande massa de *outsiders*. Mas como dessa maneira as funções sociais e o poder das massas assumem maior importância, tais funções exigem e permitem maior espírito de previsão em seu desempenho. Geralmente sob uma forte pressão social, membros dos estratos mais baixos acostumam-se a controlar suas emoções momentâneas e a disciplinar sua conduta com base numa compreensão mais profunda da sociedade total e de sua posição nela. Por isso mesmo, seu comportamento é impelido cada vez mais na direção inicialmente limitada aos estratos superiores. Aumenta seu poder social em relação a este último, mas, simultaneamente, seus membros são treinados a assumir uma visão de longo prazo, pouco importando por quem ou de acordo com quais modelos tal treinamento se dê. Eles, também, são cada vez mais submetidos ao tipo de compulsões externas que se transformam em autocontrole individual; neles, também, aumenta a tensão horizontal entre a agência de controle do ser, o “superego”, e as energias da libido que agora são transformadas, controladas ou reprimidas, com maior ou menor sucesso. Dessa maneira, as estruturas civilizadoras estão se expandindo constantemente na sociedade ocidental. As camadas superior e inferior tendem a tornar-se uma espécie de estrato superior, e o centro da rede de interdependências estende-se por mais e mais áreas, povoadas e não povoadas do resto do mundo. Só esta visão de um movimento abrangente, em progressiva expansão, não raro em arrancos e recuos fortes, de certas funções e padrões de conduta no rumo de um número crescente de grupos e regiões externos — só esta visão, repetimos, e a compreensão de que nós mesmos nos encontramos no meio desses altos e baixos do processo civilizador e suas crises, e não no seu

um movimento que ocorre há vários séculos no Ocidente e cujas tendências e padrões característicos, incluindo a ciência, a tecnologia e outras manifestações de um tipo específico de autolimitação, estabeleceram-se aqui muito antes de existir o conceito de "civilização". A partir da sociedade ocidental — como se ela fosse uma espécie de classe alta — padrões de conduta ocidentais "civilizados" hoje estão se disseminando por vastas áreas fora do Ocidente, seja através do assentamento de ocidentais ou através da assimilação pelos estratos mais altos de outras nações, da mesma forma que modelos de conduta antes se espalharam no interior do próprio Ocidente a partir deste ou daquele estrato mais alto, de certos centros cortesãos ou comerciais. O curso assumido por toda essa expansão foi determinado apenas ligeiramente pelos planos ou desejos daqueles cujos padrões de conduta foram assimilados. As classes que forneceram os modelos não são, sequer hoje, criadores ou originadores absolutamente livres de tal expansão. Essa difusão dos mesmos padrões de conduta a partir de "mães-pátrias do homem branco" seguiu-se à incorporação de outros territórios à rede de interdependências políticas e econômicas, à esfera das lutas eliminatórias entre nações do Ocidente e dentro de cada uma delas. A "tecnologia" não é a causa dessa mudança de comportamento. O que chamamos de "tecnologia" é apenas *um* dos símbolos, uma das últimas manifestações desse constante espírito de previsão imposto pela formação de cadeias de ações e de competição cada vez mais longas. As formas "civilizadas" de conduta disseminaram-se por essas outras áreas em razão e na medida que nelas, através de sua incorporação à rede cujo centro ainda é o Ocidente, a estrutura de suas sociedades e de relacionamentos humanos também está mudando. A tecnologia e a educação são facetas do mesmo desenvolvimento total. Nas áreas por onde se expandiu o Ocidente, as funções sociais a que o indivíduo deve submeter-se estão mudando cada vez mais, de maneira a induzir os mesmos espírito de previsão e controle de emoções como no próprio Ocidente. Nesse caso, também, a transformação da existência social como um todo é a condição básica para civilizar-se a conduta. Por esse motivo, encontramos nas relações do Ocidente com outras partes do mundo os primórdios da redução de contrastes que é peculiar a todas as grandes ondas do movimento civilizador.

Essa fusão repetida de padrões de conduta das classes funcionalmente superiores com os das classes em ascensão não deixa de ter certa importância, considerando-se a atitude curiosamente ambivalente das primeiras nesse processo. A habituação ao espírito de previsão e o controle mais rigoroso da conduta e das emoções, para os quais se inclinam as classes superiores por motivo de sua situação e funções, constituem importante instrumento de sua predominância, como no caso do colonialismo europeu, por exemplo. Servem como marcas de distinção e prestígio. Exatamente por esse motivo, tal sociedade considera como transgressão do modelo dominante de controle das paixões e sentimentos todo e qualquer "afrouxamento" de seus membros. A desaprovação acentua-se quando aumenta o poder social e o tamanho do grupo mais baixo, em ascensão, e assim torna-se mais intensa a competição pelas mesmas oportunidades entre os grupos superior e inferior. O esforço e o espírito de previsão necessários para manter a

posição da classe superior manifestam-se nos contactos internos de seus membros entre si, no grau de supervisão recíproca que praticam, na estigmatização severa e nas penalidades que impõem aos seus membros que infringem o código comum que os distingue. O medo provocado pela situação de todo o grupo, pela sua luta para preservar a idolatrada e ameaçada posição, age diretamente como uma força para manter o código de conduta, o cultivo do superego em seus membros. Ela é convertida em ansiedade pessoal, no medo do indivíduo de degradar-se ou simplesmente perder prestígio na sociedade em que vive. E é esse medo de perda de prestígio aos olhos dos demais, instilado sob a forma de autocompulsão, seja na forma de vergonha seja no senso de honra, que garante a reprodução habitual da conduta característica, e como sua condição um rigoroso controle de pulsões em cada pessoa.

Mas embora, por um lado, essas classes superiores — e em alguns aspectos as nações ocidentais como um todo, na função de classe superior — fossem compelidas a manter, a todo custo, o seu controle das pulsões como uma marca de distinção, por outro lado a sua situação, juntamente com a estrutura do movimento geral em que se inscrevem, obriga-as no longo prazo a reduzir essas diferenças em padrões de comportamento. A expansão da civilização ocidental mostra com grande clareza tal tendência. Esta civilização, aliás, é a característica que confere distinção e superioridade aos ocidentais. Mas, ao mesmo tempo, os povos do Ocidente, sob pressão de suas próprias lutas competitivas, provocaram em vastas partes do mundo uma mudança nos relacionamentos e funções humanas, aproximando-os de seus próprios padrões. Tornaram grandes regiões do mundo dependentes e, ao mesmo tempo, segundo uma regularidade da diferenciação funcional que já foi repetidamente observada, tornaram-se também suas dependentes. Por um lado, construíram, através de instituições e mediante uma estrita regulação de seu próprio comportamento, um muro entre eles e os grupos que colonizaram e que consideravam inferiores. Por outro, com suas formas sociais, disseminaram por esses lugares seu próprio estilo de conduta e instituições. O mais das vezes sem uma intenção deliberada, trabalharam numa direção que, cedo ou tarde, levou à redução das diferenças de poder social e conduta entre colonizadores e colonizados. Mesmo em nossos dias, os contrastes visivelmente estão se tornando menores. De acordo com a forma de colonização e a posição da área na grande teia de funções diferenciadas, e também com a própria história e estrutura da região, estão começando a ocorrer processos de fusão em áreas específicas fora do Ocidente, semelhantes àqueles descritos antes no exemplo que demos sobre a conduta cortesã e burguesa em diferentes países do próprio Ocidente. Nas regiões coloniais, igualmente, tendo em vista a posição e força sociais dos vários grupos, os padrões ocidentais estão se disseminando para baixo e, ocasionalmente, mesmo para cima a partir de baixo, se podemos usar essa imagem espacial, e fundindo-se para formar novas entidades, diferentes, novas variedades de conduta civilizada. *Os contrastes em conduta entre os grupos superior e inferior são reduzidos com a disseminação da civilização, e aumentam as variedades, ou nuances, da conduta civilizada.* Essa incorporação incipiente dos povos orientais e africanos aos padrões ocidentais representa a última onda

do contínuo movimento civilizador que vimos observando. Mas, da mesma maneira que essa onda sobe, sinais de novas ondas formando-se na mesma direção já podem ser vistos, uma vez que, até agora, os grupos que se aproximam da classe alta ocidental nas áreas coloniais são constituídos, principalmente, das classes altas dessas nações.

Recuando um passo na história, podemos observar no próprio Ocidente um movimento semelhante: a adoção pelas classes inferiores urbana e agrária de padrões civilizados de conduta, a crescente habituação desses grupos à previsão do futuro, a uma limitação e controle mais estritos da manifestação de emoções e, também, a um grau mais alto de autocontrole individual. Neste caso, também, de acordo com a estrutura da história de cada país, variedades muito diferentes de controle das emoções emergem no contexto da conduta civilizada. Na Inglaterra, na conduta dos operários ainda podemos ver traços das maneiras da aristocracia fundiária e de mercadores em uma ampla teia de ofícios, assim como na França, os ares dos cortesãos e de uma burguesia elevada ao poder pela Revolução. Nos trabalhadores, igualmente, encontramos uma regulação mais estrita da conduta, um tipo de cortesia mais calcado na tradição das nações colonizadoras, que durante longo período exerceram a função de classe superior dentro de uma larga rede interdependente, e um controle menos refinado das emoções em nações que só tarde ou nunca conseguiram expandir-se colonialmente, isto porque os monopólios de força e tributação e a centralização do poder nacional — que constituem precondições para qualquer expansão colonial duradoura — só se desenvolveram mais tarde nelas do que em suas concorrentes.

Recuando ainda mais, encontramos nos séculos XVII, XVIII e XIX — mais cedo ou mais tarde, segundo a estrutura de cada nação — o mesmo padrão num círculo ainda menor: a interpenetração dos padrões de conduta da nobreza e da burguesia. De acordo com a relação de poder existente, o produto da interpenetração foi dominado inicialmente por modelos derivados da situação da classe superior, em seguida pelo padrão de conduta de classes mais baixas, e em ascensão, até que finalmente emergiu um amálgama, um novo estilo de caráter, excepcional. Neste particular, também, é visível na posição da classe superior o mesmo dualismo que pode ser observado hoje na vanguarda da “civilização”. A nobreza de corte, a vanguarda da “*civilité*”, foi gradualmente compelida a exercer um rigoroso controle das emoções e uma precisa modelação de sua conduta, através de sua crescente integração na rede de interdependências, representada neste caso pela pínça formada pela monarquia e burguesia, na qual estava aprisionada a nobreza. Igualmente para a nobreza de corte, o autocontrole a ela imposto por sua função e situação serviu ao mesmo tempo como valor de prestígio, como meio de distinguir-se dos grupos inferiores que a fustigavam e ela tudo fez para impedir que essas diferenças fossem apagadas. Só o membro iniciado devia conhecer os segredos da boa conduta, só na boa sociedade podiam eles ser aprendidos. Baltasar Gracián escreveu deliberadamente seu tratado sobre “*savoir-vivre*”, o famoso *Oráculo Manual*, em estilo obscuro, como certa vez explicou uma princesa da corte¹³⁴, para que esse conhecimento não pudesse ser comprado por todos ao preço de alguns tostões. Courtin tampouco esqueceu, na

introdução de seu tratado sobre a *Civilité*, de frisar que seu trabalho fora realmente escrito para uso privado de alguns amigos e que, mesmo impresso, destinava-se apenas a pessoas de boa sociedade. Mas, mesmo nesse contexto, revela-se a ambivalência da situação. Devido à forma peculiar de interdependência em que vivia, a aristocracia de corte não podia impedir — através de seus contatos com o estrato burguês rico, do qual ela necessitava por uma razão ou outra — a difusão de suas maneiras, costumes, gostos e linguagem por outras classes. Inicialmente no século XVII, essas maneiras foram adotadas por pequenos grupos dirigentes da burguesia — a *Digressão sobre a Modelação da Fala na Corte* constitui um exemplo vívido¹³⁵ — e, em seguida, no século XVIII por estratos burgueses mais amplos. A massa de livros sobre a *civilité* publicados nessa época mostra claramente esse fato. Neste caso, também, a força da corrente de entrelaçamentos como um todo, as tensões e competição que a impeliam para uma complexidade e diferenciação funcional ainda mais extensas, a dependência do indivíduo face a um número crescente de outros, a ascensão de classes sempre mais numerosas, revelaram-se mais fortes que a barricada que a nobreza tentou erigir em volta de si mesma.

O espírito de previsão, uma autodisciplina mais complexa, a formação mais estável do superego, fortalecida pela interdependência crescente, tornaram-se visíveis primeiro nos pequenos centros funcionais. Depois, mais e mais círculos funcionais no Ocidente se voltaram para a mesma direção. Finalmente, em combinação com formas preexistentes de civilização, a mesma transformação das funções sociais e, destarte, da conduta e de toda a personalidade, começou a ocorrer em países fora da Europa. Esse é o quadro que emerge se tentamos examinar globalmente o curso seguido até agora pelo movimento civilizador ocidental no espaço social.

IV

A Transformação de Guerreiros em Cortesãos

A sociedade de corte dos séculos XVII e XVIII e, acima de tudo a nobreza cortesã da França que lhe formava o núcleo, ocuparam uma posição específica nesse movimento pelo qual padrões de conduta foram se interpenetrando em círculos cada vez mais largos. Os cortesãos não criaram nem inventaram a moderação das emoções e a regulação mais uniforme da conduta. Eles, como todos os demais nesse movimento, curvavam-se a limitações impostas pela interdependência que não havia sido planejada por qualquer indivíduo isolado ou grupo de pessoas. Mas foi nessa sociedade de corte que se formou o elenco básico de modelos de conduta que, depois, fundidos com outros e modificados de acordo com a posição dos grupos que os adotavam, difundiu-se, junto com a compulsão a utilizar o espírito de previsão, por círculos de funções constante-

mente maiores. Uma situação especial transformou os membros da sociedade de corte, em grau mais alto do que qualquer outro grupo ocidental afetado por esse movimento, em especialistas na elaboração e modelação da conduta social. Isto porque, ao contrário dos grupos que sucederam aos cortesãos na posição de uma classe superior consolidada, eles tinham uma função, mas não uma profissão social.

Não só no processo civilizador ocidental, mas também em outros, como no da Ásia Oriental, a modelação que o comportamento recebe nas grandes cortes, nos centros administrativos dos monopólios decisivos de tributação e força física, reveste-se de igual importância. Foi nelas inicialmente, na sede ou capital do governante monopolista, que todos os fios de uma grande teia de interdependência se juntaram; nelas, nesse nexos social particular, cruzaram-se cadeias de ação mais longas do que em qualquer outro ponto da teia. Nem mesmo laços comerciais de longa distância, com os quais se entrelaçam aqui e ali centros urbanos comerciais, permanecem duradouros e estáveis a menos que sejam protegidos durante longo período de tempo por autoridades centrais fortes. Correspondentemente, a visão previdente a longo prazo, o controle rigoroso da conduta que esse órgão central exige de seus funcionários, do próprio príncipe ou de seus representantes e servidores, são maiores do que em qualquer outro lugar. A cerimônia e a etiqueta dão clara expressão a essa situação. Tantas coisas pressionam direta e indiretamente o suserano e seus auxiliares mais próximos de todo o domínio — cada um de seus passos, cada um de seus gestos, pode ser de tal momentosa e fundamental importância, exatamente porque os monopólios ainda possuem caráter fortemente privado e pessoal — que, sem essa sincronização exata, essas formas complexas de reserva e distância, o tenso equilíbrio da sociedade, sobre o qual repousa a operação pacífica da administração do monopólio, rapidamente cairiam na desordem. E, se nem sempre diretamente, então pelo menos através das pessoas do suserano e de seus ministros, todo movimento ou perturbação importantes que ocorram no domínio reagem sobre o grosso dos cortesãos e sobre toda a *entourage* mais próxima ou mais ampla do príncipe. Direta ou indiretamente, o entrelaçamento de todas as atividades, que todos na corte inevitavelmente enfrentam, obriga-os a manter vigilância constante e a submeter tudo o que dizem ou fazem a um detalhado exame.

A formação dos monopólios de tributação e força física, e das grandes cortes em volta dos mesmos, certamente não foi mais do que um de vários processos interdependentes, dos quais o processo civilizador constitui uma parte. Mas sem dúvida alguma aqui temos uma das chaves que nos facultam acesso às forças propulsoras desses processos. A grande corte real permanece durante certo período no centro da teia social que estabelece e mantém em movimento a civilização da conduta. Ao estudar a sociogênese da corte, encontramos no centro de uma transformação civilizadora especialmente pronunciada e que é condição indispensável para todos os subseqüentes arrancos e recuos do processo civilizador. Vemos como, passo a passo, a nobreza belicosa é substituída por uma nobreza domada, com emoções abrandadas, uma nobreza de corte. Não só no processo civilizador ocidental, mas tanto quanto podemos compreender,

em todos os grandes processos civilizadores, uma das transições mais decisivas é a de guerreiros para cortesãos. Dispensa dizer que há estágios e graus os mais diversos dessa transição, dessa pacificação interna da sociedade. No Ocidente, a transformação dos guerreiros iniciou-se e prosseguiu com grande lentidão no século XI ou XII até que, devagar, chegou à sua conclusão nos séculos XVII e XVIII.

A maneira como isso aconteceu já foi descrita em detalhes: em primeiro lugar, a grande paisagem, com seus muitos castelos e propriedades rurais; é baixo o grau de integração; a dependência cotidiana e, assim, os horizontes do grosso dos guerreiros, como acontece também com os camponeses, restringem-se ao distrito imediato onde residem:

“O localismo predominava em toda a Europa nos princípios da Idade Média. No início dominava o localismo da tribo e da propriedade rural, transformando-se mais tarde nas unidades feudais e senhoriais sobre as quais repousou a sociedade medieval. Política e socialmente, essas unidades eram quase independentes; reduzia-se ao mínimo a troca de produtos e idéias.”¹³⁶

Em seguida, da profusão de castelos e propriedades em todas as regiões, surgiram Casas individuais, cujos governantes haviam galgado, em muitas batalhas e com o aumento de suas posses e poder militar, uma posição de predominância sobre outros guerreiros em uma área mais extensa. Suas residências transformaram-se, como resultado da maior confluência de bens que a elas chegavam, em lar de um maior número de pessoas, em “cortes”, num novo sentido da palavra. As pessoas que lá iam ter em busca de oportunidades, incluindo sempre certo número de guerreiros pobres, não eram mais tão independentes como os guerreiros livres isolados em suas propriedades mais ou menos auto-suficientes; todas elas passavam a tomar parte numa espécie de competição monopolisticamente controlada. Mas mesmo neste contexto, num círculo ainda pequeno em comparação com as futuras cortes absolutistas, a coexistência de certo número de pessoas cujas ações constantemente se entrelaçavam, compelia mesmo os guerreiros, que descobriam estar numa situação de interdependência mais forte, a observar algum grau de consideração e espírito de previsão, um controle mais rigoroso da conduta e — acima de tudo, no tocante à senhora da casa, de quem dependiam — um maior domínio das emoções, uma transformação na economia das pulsões. O código *courtois* de conduta dá uma idéia da regulação das maneiras e, a *Minnesang*¹³⁷, uma imagem do controle pulsional que se tornou necessário e normal nessas maiores ou menores cortes territoriais. Documentam ambos um primeiro arranco na direção que, finalmente, culminou na completa transformação da nobreza num corpo de cortesãos, e na definitiva “civilização” de sua conduta. A teia de interdependência em que entrava o guerreiro, porém, não era no início muito extensa e cerrada. Se tinha que adotar certa reserva na corte, havia ainda inumeráveis pessoas com as quais, e situações nas quais, não tinha que observar qualquer moderação. Podia escapar do senhor e da senhora de uma corte, na esperança de encontrar abrigo em outra. As estradas do interior abundavam em

encontros, procurados ou não, que não exigiam grande controle dos impulsos. Na corte, na presença da senhora, tinha que se refrear de atos violentos e explosões emocionais, mas até mesmo o cavaleiro cortês era antes e acima de tudo um guerreiro, e sua vida constituía uma cadeia quase ininterrupta de guerras, rixas e violência. As limitações mais pacíficas do entrelaçamento social que tendiam a impor uma profunda transformação às pulsões não pesavam ainda de maneira constante e uniforme em sua vida: intrometiam-se nesta apenas ocasionalmente, e eram freqüentemente repelidas por uma beligerância que não tolerava nem requeria o menor controle de emoções. O autocontrole que os cavaleiros cortesões observavam na corte, portanto, era formado apenas de hábitos semiconscientes, muito diferentes do padrão característico quase automatizado de um estágio posterior. Os preceitos cortesões visavam, no auge da sociedade cavaleirosa cortesã, tanto a adultos como a crianças: sua observância pelos adultos nunca era tão certa que se pudesse deixar de mencioná-los. Os impulsos opostos nunca desapareciam da consciência. A estrutura do autocontrole, especialmente o "superego", não era ainda muito forte ou uniformemente desenvolvida.

Além disso, continuava ainda ausente uma das principais forças propulsoras que mais tarde, na sociedade absolutista de corte, consolidou profundamente as maneiras polidas no indivíduo e refinou-as continuamente. A ascensão dos estratos urbanos burgueses em relação à nobreza era ainda relativamente modesta, como também, por isso mesmo, se mostrava a tensão competitiva entre os dois estados. Para sermos exatos, nas próprias cortes territoriais, os guerreiros e os cidadãos competiam às vezes pelas mesmas oportunidades. Havia *Minnesänger* tanto nobres como burgueses. Neste aspecto, também, a corte *courtoise* revelava incipientemente as mesmas regularidades estruturais que mais tarde apareceriam, plenamente desenvolvidas, na corte absolutista: punha pessoas de origem nobre e burguesa em contacto constante. Mais tarde, porém, na era dos monopólios de governo plenamente desenvolvidos, a integração funcional de nobreza e burguesia e, por conseguinte, a possibilidade não só de contactos constantes mas também de tensões permanentes, já se encontrava muito desenvolvida, mesmo fora da corte. Os contactos entre burgueses e guerreiros, como os que ocorriam nas cortes cortesões porém, ainda eram relativamente raros. De modo geral, o entrelaçamento de dependências entre burguesia e nobreza ainda era superficial em comparação com o período posterior. As cidades e os senhores feudais na vizinhança imediata ou mais distante ainda se opunham uns aos outros, como unidades políticas e sociais distintas. O quão pouco se desenvolvera a divisão de funções e o quanto era grande a independência relativa dos diferentes estados são claramente demonstrados pelo fato de que a difusão de costumes e de idéias de cidade a cidade, de corte a corte, de mosteiro a mosteiro, — isto é, os relacionamentos dentro do mesmo estrato social —, eram, mesmo em longas distâncias, mais efetivos do que os contactos entre castelo e cidades na mesma região¹³⁸. Era essa a estrutura social que — para servir de contraste — temos que conservar em mente a fim de compreender a estrutura e os processos sociais distintos nos quais, gradualmente, emergiu uma crescente "civilização" da maneira como o indivíduo orientava sua vida.

Neste contexto, como aliás em todas as sociedades que possuem economia de escambo, as trocas e, portanto, a dependência mútua e a integração entre as diferentes classes ainda eram pequenas em comparação com as fases seguintes. O estilo de vida da sociedade como um todo, por conseguinte, era menos uniforme. Poder militar e propriedade mantinham vínculos muito mais íntimos, e estavam diretamente aparentados. Por isso mesmo, o camponês desarmado vivia numa situação abjeta. Estava à mercê do senhor armado num grau que ninguém sentiu no cotidiano das fases posteriores, quando já se haviam desenvolvido os monopólios público ou estatal de força. O suserano e senhor feudal, por outro lado, dependiam funcionalmente tão pouco de seus inferiores (embora, claro, não fossem independentes deles) que, graças à ameaça física irresistível que normalmente emanava de sua pessoa, não conheciam limites no que lhes podiam infligir, isto num grau que superava de longe o excedente relativo de poder de qualquer classe superior em relação às inferiores em estágios posteriores do desenvolvimento social. O mesmo acontecia no tocante ao padrão de vida: o contraste entre as classes altas e baixas dessa sociedade era extremamente grande, em especial na fase em que um número decrescente de senhores muito poderosos e ricos emergia da massa de guerreiros. Encontramos hoje contrastes semelhantes em áreas em que a estrutura social se aproxima mais da que havia na sociedade medieval do Ocidente do que na do Ocidente hoje, como, por exemplo, no Peru ou na Arábia Saudita. Membros de uma pequena elite auferiam uma renda imensa, da qual uma parte maior do que acontece hoje com as altas rendas no Ocidente era usada para consumo pessoal de seu dono, no luxo de sua "vida privada", em festas e outros prazeres. Os membros da classe mais baixa, os camponeses, em contraste, viviam miseravelmente, sob a constante ameaça das más colheitas e da fome. Mesmo em circunstâncias normais, o produto de seu trabalho mal dava para lhes garantir a subsistência, e o padrão de vida que tinham era muito mais baixo do que o de qualquer classe nas sociedades "civilizadas". Só quando esses contrastes foram reduzidos, quando, sob o efeito da pressão competitiva que afetava de cima a baixo essa sociedade, a divisão de funções e a interdependência em vastos territórios aumentou gradualmente, quando a dependência funcional das classes superiores cresceu, enquanto subia o poder social e os padrões de vida das classes inferiores, só então identificamos o espírito de previsão e o autocontrole nas classes superiores, o contínuo movimento ascendente das inferiores e todas as demais mudanças que podemos observar em todos os arrancos civilizadores que abrangem estratos mais amplos.

Para começar — no ponto de partida desse movimento, por assim dizer — guerreiros viviam sua vida, e os burgueses e camponeses a sua. Mesmo havendo proximidade espacial, era profundo o abismo entre os estados: costumes, gestos, vestuários e divertimentos eram diferentes, mesmo que não estivessem de todo ausentes influências mútuas. Em todos os lados o contraste social — ou, como num mundo mais uniforme se prefere dizer, a variedade de vida — era mais acentuado. A classe alta, a nobreza, ainda não sentia qualquer pressão social apreciável vinda de baixo; os próprios burgueses quase nunca lhe contestavam a função e o prestígio. Ela não precisava ainda manter-se alerta para conservar

sua posição como classe superior. Tinha suas terras e sua espada: o perigo principal para cada guerreiro era outro guerreiro. Assim, era menor o controle mútuo que os nobres impunham à própria conduta como meio de distinção de classe, de modo que, também desse lado, o cavaleiro individual estava sujeito a um grau menor de autocontrole. Ocupava sua posição social com muito mais segurança e naturalidade que o nobre de corte. Não precisava banir da vida a grosseria e a vulgaridade. A preocupação com as classes baixas nunca o perturbava. Não sofria permanentemente de ansiedade e, portanto, não havia na vida da classe superior nada que lembrasse as classes mais baixas, como aconteceu mais tarde. Nenhuma repugnância ou embaraço lhe despertava a vista das classes mais baixas e seu comportamento, exceto um sentimento de *desprezo*, que era expresso abertamente, sem qualquer ressalva, sem inibições e que não tinha que ser sublimado. As *Cenas da Vida de um Cavaleiro*, mencionadas antes neste estudo¹³⁹, transmitem-nos alguma idéia dessa atitude, embora a documentação seja de um período posterior, já cortesão, da vida cavaleirosa.

Já descrevemos em detalhe e de vários ângulos como os guerreiros foram atraídos, passo a passo, para uma interdependência cada vez mais acentuada relativamente a outras classes e grupos, como um número crescente dentre eles caiu na dependência funcional e, finalmente, institucional de outrem. Foram processos que se desenvolveram na mesma direção durante séculos: a perda da auto-suficiência militar e econômica por todos os guerreiros e a conversão de parte deles em cortesãos.

Podemos identificar o funcionamento dessas forças de integração em data tão remota como os séculos XI e XII, quando domínios territoriais foram consolidados e certo número de indivíduos, especialmente cavaleiros menos beneficiados, se viram obrigados a procurar cortes mais ou menos importantes à procura de serviço.

Lentamente, as poucas grandes cortes da feudalidade principesca se destacaram sobre as demais, e só os membros de Casas Reais se viram em condições de competir livremente entre si. E acima de todas, a mais rica e brilhante corte desse período de príncipes feudais concorrentes, a de Borgonha, dá uma idéia de como progredia, lentamente, a transformação de guerreiros em cortesãos.

Finalmente, no século XV e, principalmente, no século XVI, acelerou-se o movimento subjacente a essa transformação, — a diferenciação de funções, a crescente interdependência e a integração de áreas e classes cada vez maiores. Esses fatos se notam com especial clareza na evolução de um instrumento social cujo emprego e mudanças indicam com máxima exatidão o grau da divisão de funções, bem como a extensão e natureza de interdependência social: o avanço da moeda. O volume de moeda cresceu mais rapidamente e, na mesma medida, caiu seu valor, ou poder aquisitivo. Esse movimento, também, isto é, a desvalorização do metal cunhado, começou, tal como a transformação de guerreiros em cortesãos, logo no início da Idade Média. A novidade na transição dos tempos medievais para os modernos não foi a monetarização, a queda do poder aquisitivo do metal cunhado como tal, mas o ritmo e extensão do movimento. Como tão freqüentemente acontece, o que de início parecia ser uma mudança

meramente quantitativa, visto mais de perto revelou-se uma manifestação de mudanças qualitativas, de transformações na estrutura das relações humanas na sociedade.

Certamente, a aceleração da desvalorização da moeda não foi causa das mudanças sociais que se foram manifestando nessa época, mas fazia parte de um processo mais amplo, era uma alavanca num sistema mais complexo de tendências entrelaçadas. Sob pressão das lutas competitivas de um estágio e estrutura especiais, aumentou nessa época a procura de moeda. A fim de satisfazê-la, novos meios foram buscados e achados. Mas, conforme observamos antes¹⁴⁰, esse movimento teve significação muito diferente para os diferentes setores da sociedade, o que mostrava precisamente como se tornara forte a interdependência funcional dos diferentes estratos sociais. O movimento favoreceu os grupos cujas funções lhes permitiam compensar o poder aquisitivo declinante da moeda adquirindo mais moeda, isto é, acima de tudo, os grupos burgueses e o controlador do monopólio fiscal, o rei. Em desvantagem ficaram os grupos de guerreiros ou nobres cuja renda permaneceu nominalmente a mesma, mas que caiu em poder aquisitivo com a desvalorização, que se acelerava, da moeda. A força desse movimento, nos séculos XVI e XVII, atraiu cada vez mais guerreiros para a corte, tornando-os dependentes diretos do rei, enquanto, reciprocamente, a receita fiscal do soberano crescia a tal ponto que ele podia manter na corte um número sempre maior de pessoas.

Se contemplamos o passado como se fosse uma espécie de álbum ilustrado, se nosso olhar se dirige principalmente para as mudanças de "estilos", podemos facilmente imaginar que, de tempos em tempos, os gostos e a mente das pessoas mudassem bruscamente, como que por efeito de uma mutação interior: num momento temos "personalidades góticas", noutro "homens da Renascença" e, depois, "tipos barrocos". Mas, se tentarmos conceber a estrutura de toda a rede de relacionamentos na qual cada pessoa de uma certa época estava emaranhada, se procurarmos seguir as mudanças nas instituições sob as quais viviam, ou as funções das quais dependia sua vida social, nossa impressão de que, em algum momento, a mesma mutação repentina e inexplicável tenha ocorrido em muitas mentes separadas, vai perdendo substância. Todas essas mudanças ocorreram com grande lentidão, num período de tempo considerável e, em boa parte, sem serem ouvidas por aqueles capazes de perceber apenas os grandes eventos que ressoam por toda a parte. As explosões graças às quais a existência e atitudes de pessoas isoladas mudaram bruscamente e puderam, por isso mesmo, ser percebidas com clareza, nada mais foram do que determinados eventos ao longo de mudanças sociais bastante lentas e, com freqüência, quase imperceptíveis, cujos efeitos são compreendidos apenas comparando-se diferentes gerações, colocando-se lado a lado os destinos sociais de pais, filhos e netos. Tal foi o caso da transformação de guerreiros em cortesãos, da mudança pela qual uma classe superior de cavaleiros livres foi substituída por outra de cortesãos. Mesmo nas últimas fases desse processo, inúmeros indivíduos poderiam ainda projetar a realização de sua existência, de seus desejos, sentimentos e talentos, na vida do cavaleiro livre; mas já se tornava impossível pôr em prática esses talentos e sentimentos, devido

à gradual transformação dos relacionamentos humanos: as funções que lhes davam campo de ação estavam desaparecendo do tecido da sociedade. E, finalmente, o caso não diferia na própria corte absolutista. Ela, também, não foi concebida e criada subitamente, em algum momento, por indivíduos, mas formada aos poucos, tendo por base uma transformação específica das relações de poder social. Todos os indivíduos foram tangidos, por uma dependência específica de outros, para essa forma particular de relacionamento. Através de sua interdependência mútua, eles se prendiam uns aos outros na corte; esta não só foi gerada por esse entrelaçamento de dependências, como criou uma forma de relacionamentos humanos que sobrevivia aos indivíduos, como uma instituição de profundas raízes, enquanto esse tipo particular de dependência mútua era continuamente renovado, com base numa estrutura específica da sociedade em geral. Da mesma maneira que, por exemplo, a instituição social de uma fábrica é incompreensível a menos que tentemos explicar por que toda a estrutura social continuamente gera fábricas, por que nelas as pessoas são obrigadas a prestar serviços como empregados ou operários a um empregador, e por que o empregador, por seu lado, depende desses serviços, a instituição social da corte absolutista é igualmente incompreensível, a menos que conheçamos a fórmula das necessidades, a natureza e grau da dependência mútua, através das quais pessoas de diferentes tipos eram colocadas juntas dessa maneira. Só assim a corte aparece diante de nossos olhos como realmente era; só assim ela perde o aspecto de um agrupamento fortuito ou arbitrariamente criado, sobre o qual não é possível nem necessário perguntar as razões para sua existência; só assim ela assume significado como uma teia de relacionamentos humanos que, durante um período, reproduziu-se continuamente dessa maneira porque oferecia a muitas pessoas isoladas a oportunidade de satisfazer certas necessidades reiteradamente geradas pela sociedade em que viviam.

A constelação de necessidades com as quais a "corte" se reproduziu constantemente como instituição ao longo de gerações foi descrita acima: a nobreza, ou pelo menos partes dela, precisava do rei porque, com a monopolização em andamento, a função de guerreiro livre estava desaparecendo da sociedade; e porque, com a crescente integração monetária, a produção de suas propriedades — comparada com os padrões da burguesia em ascensão — não lhes permitia mais do que uma vida medíocre e, muitas vezes, nem mesmo isso, e certamente não uma existência social que pudesse manter o prestígio da nobreza como classe superior contra a força sempre maior da burguesia. Sob essa pressão, ingressou na corte uma parte da nobreza — quem quer que pudesse ter a esperança de encontrar um lugar perto do príncipe —, caindo, portanto, na dependência direta do rei. Só a vida na corte abria a cada nobre o acesso às oportunidades econômicas e ao prestígio que poderiam justificar suas reivindicações a uma existência provavelmente de classe superior. Tivessem os nobres estado exclusiva ou mesmo principalmente interessados em oportunidades econômicas, não precisariam ingressar na corte. Muitos deles poderiam adquirir riqueza com mais sucesso através de atividade comercial — ou de um casamento rico. Mas, para obterem riqueza pelo comércio, eles teriam que renunciar à sua categoria de nobres, degradando-se

a seus próprios olhos e aos dos outros nobres. Era justamente essa distância da burguesia, o seu caráter como nobres, a sua qualidade de membros da classe superior do país, que davam significado e direção às suas vidas. O desejo de preservar o prestígio da classe, de se "distinguirem", motivava-lhes muito mais as ações do que o desejo de acumular fortuna. Não basta dizer, por conseguinte, que eles permaneceram na corte porque dependiam do rei: acrescenta-se que permaneceram dependentes do rei porque só a vida na sociedade cortesã poderia manter a distância a que se sentiam dos demais e o prestígio, dos quais dependiam sua salvação, sua existência como membros da classe superior, o sistema, ou a "sociedade" do país. Sem dúvida alguma, pelo menos uma parte da nobreza de corte não poderia ter vivido na corte, se esta não oferecesse também muitos tipos de oportunidades econômicas. Mas o que os cortesãos buscavam não eram possibilidades econômicas como tais — que podiam ser obtidas em outras esferas —, mas possibilidades de existência que fossem compatíveis com a manutenção do prestígio que os distinguiu, com seu caráter de membros de uma nobreza. Essa dupla vinculação através da necessidade de dinheiro e prestígio, constitui em graus variáveis, uma característica de todas as classes superiores, não apenas dos ungidos pela "civilté" mas também pela "civilização". A compulsão que a filiação a uma classe superior e o desejo de conservá-la exerciam sobre o indivíduo não era menos forte e formativa do que aquela que nasce da simples necessidade de subsistência econômica. Motivos de ambos os tipos entreteciam-se como uma dupla e invisível cadeia em torno dos indivíduos membros dessas classes, e o primeiro laço, o anseio por prestígio e o medo de sua perda, a luta contra a obliteração da distinção, não se pode explicar apenas pelo segundo, como um desejo disfarçado de mais dinheiro e vantagens econômicas, da mesma forma que jamais será encontrado sob uma forma duradoura em classes ou famílias que vivam sob uma forte pressão externa, nas fronteiras da fome e da miséria. O desejo compulsivo de prestígio social somente se encontra, como motivo principal da ação, entre membros de classes cuja renda, em circunstâncias normais, é substancial e talvez esteja mesmo crescendo e que, de qualquer maneira, vivam bem acima do patamar da fome. Nessas classes, o impulso para empenhar-se nas atividades econômicas não é mais a mera necessidade de matar a fome, mas o desejo de preservar um certo padrão de vida e de prestígio elevado e socialmente esperado. Isso explica por que, nessas classes superiores, o controle de emoções e a autodisciplina costumavam ser mais altamente desenvolvidos do que nas classes mais baixas: o medo da perda ou redução do prestígio social constituía uma das mais poderosas forças motrizes para transformar as limitações impostas pelos outros em autolimitação. Neste particular, também, como em muitos outros casos, as características de classe superior da "boa sociedade" estavam muito desenvolvidas na aristocracia cortesã dos séculos XVII e XVIII exatamente porque, nesse contexto, o dinheiro era indispensável e, a riqueza, desejável como um meio de vida, mas seguramente não constituía, ao contrário do mundo burguês, também o fundamento do prestígio. A filiação à sociedade de corte significava para os que a ela pertenciam mais do que riqueza; exatamente por essa razão, eles estavam tão completa e inescapavelmente ligados à corte, e era tão forte a

pressão da vida cortesã que lhes modelava a conduta. Não havia outro lugar onde pudessem viver sem perda de *status*; era por isso que dependiam tanto do rei.

O rei, por sua vez, dependia da aristocracia por um bom número de razões. Para seu próprio convívio, precisava de uma sociedade cujas maneiras fossem as suas. O fato de que as pessoas que o serviam à mesa, quando ia dormir ou quando caçava, pertencessem à mais alta nobreza da terra servia à sua necessidade de distinguir-se de todos os outros grupos do país. Mas, acima de tudo, precisava da nobreza como contrapeso para a burguesia, da mesma maneira que necessitava da burguesia como contrapeso da nobreza, para que sua capacidade de manipular os principais monopólios não fosse reduzida. E eram as regularidades inerentes ao "mecanismo real" que colocavam o governante absolutista na dependência da nobreza. Manter a nobreza com classe distinta e, assim, preservar o equilíbrio e a tensão entre nobreza e burguesia e não permitir que nenhum estado se tornasse forte ou fraco demais, tais eram os aspectos fundamentais da política real.

A nobreza — e a burguesia, também — não dependia apenas do rei, mas o rei dependia da existência da nobreza. Mas, sem dúvida nenhuma, a dependência do indivíduo nobre face ao rei era incomparavelmente maior do que a do rei face a qualquer um deles, e esse fato era claramente destacado no relacionamento mantido, na corte, entre o rei e a nobreza.

O rei não era apenas o opressor da nobreza, como uma fração da nobreza de cortê pensava, nem apenas seu preservador, como acreditavam grandes segmentos da burguesia, — era ambas as coisas. E a corte, por isso mesmo, também era ambas as coisas: uma instituição para domar e preservar a nobreza. "Se um nobre", escreveu La Bruyère numa passagem sobre a corte, "vive em casa na província, ele é livre, mas sem segurança; se vive na Corte, é protegido, mas escravo." Em muitos aspectos, essa relação lembra a que existe entre um pequeno empresário independente e um alto funcionário de uma poderosa firma familiar. Na corte, parte da nobreza encontra a possibilidade de viver de acordo com seu *status*, porém os indivíduos nobres não são mais o que foram os cavaleiros, protagonistas de uma livre competição militar entre si, mas participantes numa competição, controlada pelo monopólio, pelas oportunidades que o dirigente tem para distribuir. E vivem não só sob a pressão do suserano, estão sujeitos não só à pressão competitiva que eles mesmos, membros do exército de reserva da aristocracia do país, exercem uns sobre os outros, mas sofrem, acima de tudo, a pressão dos estratos burgueses ascendentes. Com o crescente poder social destes últimos, os cortesãos têm que lutar constantemente, pois vivem principalmente dos tributos e impostos pagos pelo terceiro estado. A interdependência e integração das diferentes funções sociais, acima de tudo entre nobreza e burguesia, são muito mais fortes do que nas fases precedentes. Ainda mais onipresentes, por isso mesmo, são as tensões entre eles. E da mesma maneira que a estrutura de relacionamentos humanos é assim mudada, na mesma medida o indivíduo está emaranhado na teia humana de uma forma muito diferente da de antes e é modelado por seus vários tipos de dependência; muda também a estrutura da consciência e sentimentos individuais, da interação entre paixões e controle de paixões, entre os níveis consciente e inconsciente da personalidade. A interde-

pendência mais estreita de todos os lados, a pressão mais forte vinda de todas as direções, exigem e instilam um autocontrole mais uniforme, um superego mais estável e novas formas de conduta entre as pessoas: os guerreiros tornam-se cortesãos.

Em todos os casos em que encontramos processos civilizadores de qualquer extensão, encontramos também similaridades estruturais no contexto sócio-histórico mais amplo, no qual ocorreram essas mudanças de mentalidade. Elas podem acontecer mais ou menos rapidamente, podem avançar, como neste caso, num único ou em vários arrancos, com fortes recuos, mas, tanto quanto podemos perceber hoje, uma transformação mais ou menos decisiva de guerreiros em cortesãos, seja permanente ou transitória, constitui uma das precondições sociais mais elementares de todos os grandes movimentos de civilização. E por menor tenha sido a importância de que a formação social da corte possa, à primeira vista, ter-se revestido para nossa vida atual, uma certa compreensão da estrutura da corte é indispensável para entendermos os processos civilizadores. Algumas de suas características estruturais podem também lançar luz sobre a vida nos centros de poder em geral.

V

O Abrandamento das Pulsões: Psicologização e Racionalização

"A vida na corte", escreveu La Bruyère¹⁴¹, "é um jogo sério, melancólico, que nos exige organizar as peças e baterias, elaborar um plano, segui-lo, contrariar o plano de nosso adversário, assumir ocasionalmente riscos e jogar atendendo a um palpite. E, depois de todas as jogadas e reflexão, descobrimos que estamos em xeque, às vezes em xeque-mate."

Na corte, e acima de tudo na grande corte absolutista, formou-se, pela primeira vez, um tipo de sociedade e de relacionamentos humanos com características estruturais que desde então, durante um longo período da história do Ocidente e em meio a numerosas variações, várias vezes cumpriram um papel decisivo. Num vasto e populoso território, que de modo geral estava livre da violência física, surgiu a "boa sociedade". Mas mesmo que o emprego da violência física diminuísse no convívio humano, mesmo que os duelos estivessem proibidos, as pessoas, sob uma grande variedade de maneiras, exerciam pressão e força umas sobre as outras. A vida nesse círculo não era, de maneira alguma, pacífica. Um número muito grande de pessoas dependia continuamente de outras. Era intensa a competição por prestígio e pelo favor real. "Affaires", disputas sobre a precedência e o favor, jamais cessavam. Se não mais desempenhavam papel tão importante como meio de decisão, a espada fora substituída pela intriga e por conflitos nos quais as carreiras e o sucesso social eram perseguidos por meio de palavras. Estas exigiam e produziam qualidades diferentes das que eram neces-

sárias nas lutas armadas, que tinham de ser resolvidas com armas na mão. A reflexão contínua, a capacidade de previsão, o cálculo, o autocontrole, a regulação precisa e organizada das próprias emoções, o conhecimento do terreno, humano e não-humano, onde agia o indivíduo, tornaram-se precondições cada vez mais indispensáveis para o sucesso social.

Todos os indivíduos pertenciam a uma *coterie*, a um círculo social que, quando necessário, o apoiava. Mas esses grupamentos mudavam. Entravam em alianças, sempre que possível, com pessoas altamente graduadas na corte. Mas a posição na corte podia mudar com grande rapidez. Tinham rivais, inimigos declarados e ocultos. E a tática empregada nessas lutas, como também nas alianças, exigiam cuidadoso exame. O grau de distanciamento e familiaridade tinha que ser cuidadosamente medido: cada cumprimento, cada conversa revestia-se de uma importância muito superior do que era realmente dito ou feito, porque indicava a situação da pessoa e contribuía para a corte formar sua opinião sobre ela.

“Que um favorito vigie atentamente sua conduta, porque, se não me conservar em sua antecâmara à espera por tanto tempo quanto o habitual, se seu rosto for mais aberto, se ele fizer menos carranca, se me escutar com maior boa vontade e me acompanhar um pouco mais longe quando eu me dirigir à porta de saída, pensarei que ele está começando a cair em desgraça — e terei razão.”¹⁴²

A corte é uma espécie de bolsa de valores e, como em toda “boa sociedade”, uma estimativa do “valor” de cada indivíduo está continuamente sendo feita. Mas, neste caso, o valor tem seu fundamento real não na riqueza ou mesmo nas realizações ou capacidade do indivíduo, porém na estima que o rei tem por ele, na influência de que goza junto aos poderosos, na sua importância no jogo das *coteries* da corte. Tudo isso, estima, influência, importância, todo esse jogo complexo e sério no qual estão proibidas a violência física e as explosões emocionais diretas, e a ameaça à existência exige de cada jogador uma constante capacidade de previsão e um conhecimento exato de cada um, de sua posição e valor na rede de opiniões da corte, tudo isso exige um afinamento preciso da conduta a esse valor. Qualquer erro, qualquer descuido reduz o valor do indivíduo na opinião da corte e pode pôr em xeque a sua posição.

“O homem que conhece a corte é senhor de seus gestos, de seus olhos e expressão. É um homem profundo, impenetrável. Dissimula as más ações que comete, sorri para os inimigos, reprime o mau-humor, disfarça as paixões, rejeita o que quer o coração, age contra os sentimentos.”¹⁴³

É inequívoca a transformação da nobreza no rumo do comportamento “civilizado”. A conduta não é ainda tão “civilizada” como mais tarde será na sociedade burguesa, porque só em relação a seus pares é que o cortesão e a dama da corte precisam se sujeitar a essas limitações, que eles observam bem menos face a seus inferiores. Mas, afora o fato de que o padrão de controle de paixões e sentimentos na corte se distingue daquele que vigora na sociedade burguesa, é também mais intensa e percepção de que esse controle é exercido por razões sociais. Inclinações opostas não desapareceram ainda por completo da consciência de vigília, o autocontrole não se tornou ainda inteiramente um mecanismo de

hábitos que opera quase automaticamente e inclui todos os relacionamentos humanos. Mas já é muito claro que os seres humanos estão se tornando mais complexos e internamente divididos de uma maneira muito específica. Todo homem, por assim dizer, enfrenta a si mesmo. Ele “disfarça as paixões”, “rejeita o que quer o coração” e “age contra seus sentimentos”. O prazer ou a inclinação do momento são contidos pela previsão de conseqüências desagradáveis, se forem atendidos. E é este, na verdade, o mesmo mecanismo através do qual os adultos — sejam eles os pais ou outras pessoas — instilam um “superego” estável nas crianças. A paixão momentânea e os impulsos afetivos são, por assim dizer, reprimidos e dominados pela previsão de aborrecimentos posteriores, pelo medo de uma dor futura, até que, pela força do hábito, esse medo finalmente contenha o comportamento e as inclinações proibidos, mesmo que nenhuma outra pessoa esteja fisicamente presente, e a energia dessas inclinações seja canalizada numa direção inócua, sem o risco de qualquer aborrecimento.

De conformidade com a transformação da sociedade, são também reconstruídas as relações interpessoais, a constituição afetiva do indivíduo: à medida que aumentam a série de ações e o número de pessoas de quem dependem o indivíduo e seus atos, torna-se mais firme o hábito de prever conseqüências a longo prazo. E na mesma proporção em que mudam o comportamento e a estrutura da personalidade do indivíduo, muda também sua maneira de encarar os demais. A imagem que ele forma dos outros torna-se mais rica em nuances, mais isenta de emoções espontâneas, — ela é, numa palavra, “psicologizada”.

Nos casos em que as funções sociais permitem ao indivíduo maior liberdade de ação sob a influência de impulsos momentâneos do que acontece nas cortes, não é necessário nem possível estudar em grande profundidade a consciência e os sentimentos de outra pessoa, ou que motivos ocultos podem ser a causa de seu comportamento. Se, na corte, o cálculo enreda-se com o cálculo, nas sociedades mais simples os sentimentos se enredam diretamente com os sentimentos. Essa força dos sentimentos mais imediatos, contudo, prende o indivíduo a um número menor de opções de comportamento: a pessoa é amiga ou inimiga, boa ou má; dependendo de como vê o outro em termos desses padrões afetivos em preto e branco, o indivíduo se comporta. Tudo parece estar diretamente relacionado com o sentimento. O fato de brilhar o sol ou relampejar o raio, de alguém rir ou contrair as sobrancelhas, tudo isso atinge mais diretamente os sentimentos do observador. E à medida que isso o excita aqui e agora, de maneira amistosa ou hostil, ele acredita que tudo o visava diretamente. Não lhe entra na cabeça que tudo isso, o relâmpago que acompanha o raio que quase o atingiu, o rosto que o ofende, possam ser explicados por conexões remotas que nada tenham a ver diretamente com sua pessoa. Ele só desenvolve uma visão a mais longo prazo da natureza e dos outros indivíduos na medida em que a crescente divisão de funções e seu envolvimento diário em longas cadeias humanas o acostumarem a essa visão e a um maior controle da afetividade. Só então, lentamente, se remove o véu que as paixões colocavam em frente a seus olhos, e um novo mundo emerge — um mundo cujo curso é amistoso ou hostil para com a pessoa, sem que isso decorra de uma intenção, uma cadeia de eventos que

precisam ser considerados imparcialmente durante longos períodos de tempo, caso se pretenda descobrir suas conexões*.

Tal como a conduta em geral, a maneira de ver as coisas e as pessoas também se torna mais neutra na esfera afetiva, com o processo civilizador. A "imagem do mundo" vai se tornando menos diretamente determinada pelos desejos e receios humanos, e se orientando para o que chamamos de "experiência" ou para "o empírico", para seqüências dotadas de regularidades imanentes. Da mesma forma que hoje, em outro arranco nessa direção, o curso da história e da sociedade gradualmente emerge da névoa dos sentimentos e do envolvimento pessoais, do nevoeiro de anelos e receios coletivos, e começa a exibir um nexo relativamente autônomo de eventos, o mesmo acontece com a natureza e — dentro de espaços menores — com os seres humanos. E é exatamente nos círculos da vida na corte que se desenvolve o que hoje chamaríamos de uma visão "psicológica" do homem, a observação mais exata dos demais e de si mesmo em termos de uma série mais longa de motivos e conexões causais, porque é lá que o autocontrole vigilante e a ininterrupta observação do próximo figuram entre os pré-requisitos elementares para se preservar a posição social de cada um. Mas isso é apenas um exemplo de como aquilo que chamamos de "orientação para a experiência", a observação dos eventos num nexo de interdependência que se alonga e alarga, começa vagarosamente a desenvolver-se no ponto exato em que a estrutura da sociedade compele o indivíduo a controlar suas emoções passageiras e transformar ainda mais fortemente as energias da libido.

Saint-Simon refere-se, numa passagem, a uma pessoa com a qual suas relações são incertas. Assim descreve o seu comportamento nessa situação: "Logo notei que ele estava ficando mais frio. Estudei-lhe atentamente a conduta em relação a mim, a fim de evitar confusão entre o que poderia ser acidental num homem sobrecarregado com problemas espinhosos, e aquilo de que suspeitava. Minhas suspeitas foram confirmadas, o que me levou a afastar-me inteiramente dele, sem dar a mínima indicação disso."¹⁴⁴

Essa arte cortesã de observação do ser humano — ao contrário do que hoje chamaríamos de "psicologia" — jamais se interessava pelo indivíduo no isolamento, como se os aspectos essenciais de seu comportamento fossem independentes de suas relações com os outros, como se ele se relacionasse com os outros, por assim dizer, apenas retrospectivamente. O enfoque aqui se aproxima muito mais da realidade, no sentido em que o indivíduo é sempre visto em seu contexto social, como um ser humano em relação com outros, como um indivíduo numa situação social.

Dissemos acima que os preceitos do século XVI sobre o comportamento diferiam daqueles de séculos precedentes menos em termos de conteúdo do que de tom, de uma atmosfera afetiva que se modificara.¹⁴⁵ As intuições psicológicas, as observações pessoais, começavam a desempenhar um papel mais

importante. A comparação entre os preceitos de Erasmo ou de Della Casa e as regras medievais correspondentes mostra isso com grande clareza. O estudo das mudanças sociais nessa época, da transformação dos relacionamentos humanos que ocorreu, fornece uma explicação. Essa "psicologização" das regras de conduta, ou, mais exatamente, sua maior impregnação pela observação e a experiência, constituiu uma manifestação da acelerada transformação da classe alta em classe cortesã, e da integração mais estreita de todas as partes da sociedade nesse período. Sinais de mudança nesse rumo certamente não se encontram apenas nos livros que trataram do padrão de "boa conduta" da época; encontramos-os, também, em obras dedicadas aos entretenimentos dessa classe. A observação do ser humano, exigida pela vida no círculo da corte, encontrou sua expressão literária na arte do retrato.

O aumento da demanda de livros numa sociedade constitui bom sinal de um avanço pronunciado no processo civilizador, porque sempre são consideráveis a transformação e regulação de paixões necessária tanto para escrevê-los quanto para lê-los. Na sociedade de corte, porém, o livro ainda não desempenha o mesmo papel que na burguesa. Na primeira, o convívio social, o mercado de valores de prestígio, formam o centro da existência de cada pessoa. Os livros são usados menos para a leitura no gabinete ou em horas solitárias de ócio, retiradas do horário profissional de cada um, do que como assunto de conversa no convívio social, fazendo parte e dando continuidade à conversação e aos jogos sociais ou, tal como a maioria de memórias que têm a corte como objeto, servindo de substituto à conversa, formando diálogos em que, por uma razão ou outra, falta o interlocutor. A fina arte dos retratos nas memórias das cortes, nas cartas e aforismos dá-nos, assim, uma boa imagem da complexa observação de seres e ações humanas instilada pela vida cortesã. E neste aspecto, como em muitos outros, a sociedade burguesa da França levou adiante a herança da corte com uma curiosa continuidade. A persistência da "boa sociedade" parisiense, como beneficiária e aprimoradora dos instrumentos de prestígio criados na sociedade de corte, para muito além da Revolução e até o presente dia, pode ter contribuído para isso. De qualquer modo, podemos dizer que dos retratos que saíram da pena de Saint-Simon e seus contemporâneos até as descrições da "alta sociedade" do século XIX, de autoria de Proust — passando por Balzac, Flaubert, Maupassant e muitos outros — e, finalmente, a representação da vida de classes mais amplas que devemos a escritores do calibre de Jules Romains ou André Malraux, ou a um bom número de filmes franceses, perpassa uma linha direta de tradição, caracterizada precisamente por essa lucidez de observação, essa capacidade de ver a pessoa em todo seu contexto social e compreendê-la através dele. A figura individual jamais é artificialmente isolada do tecido de sua existência social, de sua dependência simples dos demais. Por isso mesmo, a atmosfera e a plasticidade da experiência real nunca se perdem nas descrições.

E muito do que se pode dizer a respeito dessa "psicologização" aplica-se também à "racionalização", que lentamente vai se tornando perceptível, a partir do século XVI, nos aspectos ou mais variados da sociedade. Este tampouco é um fato isolado, mas apenas uma manifestação da mudança em toda a persona-

* Ver, neste contexto, Norbert Elias, "Problems of Involvement and Detachment", *British Journal of Sociology*, 7 (1956), pp. 226-52. (Nota do autor à tradução inglesa.)

lidade, que emerge nessa época, e da crescente capacidade de previsão que a partir desse período é também exigida e instilada por um número crescente de funções sociais.

Neste exemplo, como em muitos outros, a compreensão dos fatos sócio-históricos exige a suspensão dos hábitos de pensar com que crescemos. Essa racionalização histórica, freqüentemente notada, não é algo que tenha surgido porque numerosas pessoas isoladas, sem relações entre si, simultaneamente desenvolvessem "dentro de si", como que por alguma harmonia preestabelecida, um novo órgão ou substância, uma "compreensão" ou "razão" que não existissem até então. O que mudou foi a maneira como as pessoas se ligavam umas às outras. Por isso, mudou o comportamento; por isso, também mudaram a consciência e a economia das paixões, e a própria estrutura como um todo. "Circunstâncias" que mudam não são algo que vem ter, aos homens, de "fora": são os relacionamentos entre as próprias pessoas.

O homem é um ser extraordinariamente maleável e variável. As mudanças que ocorrem nas atitudes humanas aqui discutidas constituem exemplo dessa maleabilidade. Ela, de modo algum, se limita ao que em geral diferenciamos como o "psicológico" e o "fisiológico". O "físico", também, está indissolúvelmente ligado ao que denominamos de "psíquico", modelando-se de forma variada no curso da história de acordo com cadeias de dependências que se estendem ao longo de toda a vida humana. Poderíamos pensar, por exemplo, na modelação dos músculos faciais e, portanto, da expressão facial, durante a vida da pessoa, ou na formação dos centros de leitura e escrita no cérebro. O mesmo se aplica àquilo a que nos referimos com termos tão reificadores como "raciocínio", "razão" ou "compreensão". Nada disso existe — embora nosso uso das palavras sugira o contrário — relativamente imune à mudança sócio-histórica, da maneira como, por exemplo, existem o coração ou o estômago. Em vez disso, esses termos expressam uma modelação específica de toda a personalidade. São aspectos de modelação que ocorrem bem devagar, avançando e recuando um sem-número de vezes, e que emergem mais fortemente quanto mais clara e totalmente os impulsos espontâneos do indivíduo ameaçam provocar, por efeito da estrutura de dependências humanas, perda de prazer, declínio, ou inferioridade em relação a outras pessoas, ou mesmo ameaçam arruinar a própria existência social. São aspectos daquela modelação mediante a qual o centro da libido e o centro do ego são mais ou menos fortemente diferenciados, até que finalmente se forma uma agência de autocontrole abrangente, estável e altamente diferenciada. Não há de fato uma "razão", haverá, no máximo, "racionalização".

Nossos hábitos de pensar inclinam-nos a procurar "começos". Mas não há em parte alguma, no desenvolvimento da pessoa, um "ponto" antes do qual poderíamos dizer: até aqui não havia "razão" e agora ela "surgiu"; até aqui não havia compulsões do ser e nenhum "superego" e agora, neste ou naquele século, ele subitamente surgiu. Não há um ponto zero de todos esses dados. Mas tampouco faz justiça aos fatos dizer: tudo esteve sempre lá, como agora. Os hábitos de autocontrole, a constituição consciente e afetiva de pessoas "civilizadas" diferem claramente em sua totalidade das dos chamados "primitivos", mas ambos são,

→ empadilha?

em sua estrutura, modelações diferentes, e ainda assim claramente explicáveis, de modelações das mesmas funções naturais.

Os hábitos tradicionais de pensar confrontam-nos ininterruptamente com alternativas estáticas. São formados, em certo sentido, de acordo com modelos eleáticos*: apenas conseguimos conceber pontos isolados, mudanças abruptas e separadas, ou absolutamente nenhuma mudança. E evidentemente ainda temos muita dificuldade em nos imaginarmos como parte de um processo gradual de mudança, contínuo, dotado de estrutura e de regularidade específicas — uma mudança que se perde na escuridão do passado mais remoto —, e como parte de um movimento que, tanto quanto possível, deve ser visto como um todo, tal como o vôo de uma flecha ou o fluir de um rio, e não como a repetição da mesma coisa em pontos diferentes, ou como algo que salta de um ponto para outro. O que muda no curso do processo que denominamos de história são as relações mútuas, as configurações de pessoas e a modelação que o indivíduo sofre através delas. Mas, no exato momento em que essa historicidade fundamental do homem é vista claramente, percebemos também a regularidade, as características estruturais da existência humana, que permanecem constantes. Cada aspecto isolado da vida social apenas é compreensível no contexto desse movimento perpétuo. Nenhum detalhe pode ser isolado dele. Forma-se nesse contexto móvel — que pode parecer lento, como no caso de muitos povos primitivos, ou rápido, como no nosso — e ele deve ser apreendido, como parte de um estágio ou onda específicos. Os controles e restrições às pulsões nunca estão ausentes entre as pessoas, nem uma certa capacidade de previsão; mas essas qualidades assumem uma forma e grau diferentes entre simples pastores ou numa classe guerreira, do que ocorre entre cortesãos, funcionários do Estado ou membros de um exército mecanizado. Tornam-se mais poderosas e complexas à medida que aumenta a divisão de funções e, pois, o número de pessoas com as quais o indivíduo tem que sincronizar suas ações. De igual maneira, a natureza da "compreensão" ou do "raciocínio" à qual o indivíduo está acostumado se aproxima ou se afasta da de outras pessoas na sua sociedade, na mesma medida em que sua própria situação e função social, e a de seus pais ou das principais influências que o moldaram, se aproximam ou afastam das dos demais. A capacidade de previsão do impressor ou do montador difere da do guarda-livro, a do engenheiro da do diretor de vendas, a do ministro da fazenda da do comandante do exército, mesmo que todas essas distintas modelações superficiais sejam igualadas, até certo ponto, pela interdependência de funções. Em nível mais profundo, a racionalidade e a modelação de sentimentos de alguém que cresceu numa família de classe operária são diferentes daquele que cresceu num ambiente seguro e abastado. E, finalmente, a racionalidade e os padrões de sentimentos, a auto-imagem e a economia pulsional dos alemães, ingleses,

* Referência à Escola de Eléa, que teve por principais expoentes Parmênides e Zenão, e que considerava a mutação das coisas como mera aparência: por trás do movimento, haveria, como realidade, o ser. (RJR).

franceses e italianos se diferenciam, de acordo com suas diferentes histórias de interdependência, e a modelação social da pessoa no Ocidente, como um todo, difere da dos orientais. Mas todas essas diferenças são compreensíveis exatamente porque têm, subjacentes, as mesmas regularidades humanas e sociais. As diferenças individuais dentro desses grupos, tais como as de "inteligência", são meramente nuances num contexto de formas históricas muito específicas, diferenciações às quais a sociedade oferece maior ou menor oportunidade de expressão, dependendo de sua estrutura. Dessa maneira, por exemplo, a aventura que é o pensamento independente altamente individualizado, a postura através da qual a pessoa prova que é uma "inteligência criativa", não tem como condição apenas um "talento natural" individual muito particular. Ela só é possível dentro de uma estrutura específica de equilíbrios de poder; sua condição é uma *estrutura social* bastante específica. E depende, além disso, do acesso que o indivíduo tem, numa sociedade assim estruturada, ao tipo de aprendizagem e ao pequeno número de funções sociais que, elas apenas, permitem desenvolver-se sua capacidade independente de reflexão.

Por tudo isso, a capacidade de previsão, ou "raciocínio", do cavaleiro é diferente da do cortesão. Uma cena relatada por Ranke¹⁴⁶ dá-nos boa idéia de como a estrutura de personalidade típica dos cavaleiros estava condenada pela crescente monopolização da força. Em termos mais gerais, fornece-nos um exemplo de como uma mudança na estrutura das funções sociais obriga a uma mudança de conduta. O duque de Montmorency, filho de um aristocrata que desempenhara papel de mais alta importância na vitória de Henrique IV, rebelou-se. Era um homem cavaleiroso, nobre, generoso e brilhante, bravo e ambicioso. E servia ao rei. Mas que esse poder e o direito de governar deveriam estar subordinados a Luís XIII ou, mais precisamente, a Richelieu, era coisa que ele não compreendia nem aprovava. Assim, com seus seguidores, começou a combater o rei assim como, nos velhos tempos, cavaleiros e senhores feudais freqüentemente faziam entre si. Houve um confronto. O general do rei, Schomberg, encontrava-se numa posição taticamente débil. Isso, contudo, diz Ranke

era uma vantagem à qual Montmorency deu pouca atenção. Vendo o exército inimigo, sugeriu a seus amigos que atacassem, sem demora. Isto porque compreendia a guerra principalmente como uma valente carga de cavalaria. Um companheiro experiente, o conde Rieux, suplicou-lhe que esperasse até que alguns canhões, que estavam chegando, abalasses a posição do inimigo. Montmorency, porém, já estava possuído pela agitação belicosa. Não havia mais tempo a perder, disse, e seu conselheiro, embora anteviesse o desastre, não ousou contrariar a vontade clara do cavaleiroso chefe. "Senhor", gritou, "morrerei a vossos pés".

Montmorency se reconhecia pelo corcel que montava, esplendidamente adornado de penas azuis e pardas. Só um pequeno grupo de seus homens saltou com ele sobre a trincheira. Abateram todos os que encontraram à sua frente e foram abrindo caminho até chegarem diante da posição principal do inimigo, onde foram recebidos por nutrido e rápido fogo de mosquetes. Cavalos e homens tombaram feridos e mortos. O conde Rieux e a maioria dos outros morreram; o duque de Montmorency, ferido, caiu do cavalo, também atingido, e foi feito prisioneiro.

Richelieu mandou submetê-lo a julgamento, certo do resultado, e logo depois o último Montmorency foi decapitado no pátio da prefeitura de Toulouse.

Ceder imediatamente a seus impulsos e não pensar nas conseqüências era, nas fases precedentes em que os guerreiros podiam competir mais livremente entre si, um modo de conduta que — mesmo que levasse à queda do indivíduo — estava adequado à estrutura social como um todo e, por conseguinte, à "realidade". O fervor marcial era uma condição necessária para o sucesso e o prestígio do membro da nobreza. Com a monopolização e centralização em andamento, tudo isso mudou.

A estrutura diferente da sociedade punia agora, com ruína inapelável, as explosões e ações emocionais destituídas de um apropriado espírito de previsão. E todos os que discordassem do estado de coisas vigente, da onipotência do rei, teriam que mudar seus costumes. Vejamos o que Saint-Simon disse a esse respeito. Ele, também, pouco mais de uma geração após Montmorency, era e se conservou durante toda a vida um duque de oposição. Mas tudo o que conseguiu foi criar na corte uma espécie de facção; se fosse hábil, poderia ter a esperança de conquistar para suas idéias o sucessor do rei, o Delfim. Mas isso era um jogo perigoso na corte de Luís XIV e que exigia a maior cautela. O príncipe tinha, em primeiro lugar, de ser cuidadosamente sondado e, só depois, gradualmente orientado na direção desejada:

Minha principal intenção (diz Saint-Simon, descrevendo a tática que adotou numa conversa com o Delfim) era sondar-lhe a opinião a respeito de tudo o que interessava à nossa dignidade. Tomei, em conseqüência, todo o cuidado para interromper qualquer discussão que nos afastasse de tal objetivo, trazer de volta a conversa e conduzi-la através de todos os diferentes capítulos... o Delfim, muito atento, apreciou todos os meus argumentos... animou-se... e gemeu ante a ignorância e a falta de ponderação do Rei. Eu pouco mais fiz do que aludir a cada um desses diferentes assuntos ao apresentá-los, sucessivamente, ao Delfim, e depois me limitei a ouvi-lo, deixando-lhe o prazer de falar, de mostrar-me como era educado. Deixei que ele mesmo se convencesse, se animasse, se zangasse, enquanto eu lhe observava os sentimentos, a maneira como ele pensava, a fim de formar impressões das quais eu pudesse tirar proveito... Preocupe-me menos em insistir em meus argumentos e explicações do que... em suave, mas firmemente, instilar nele meus sentimentos e opiniões sobre cada um desses assuntos...¹⁴⁷

Esse curto esboço da atitude de dois homens, os duques de Montmorency e Saint-Simon, quando davam expressão à sua oposição à onipotência do rei, ajuda a completar nosso quadro. O primeiro, um dos últimos cavaleiros, procura alcançar sua meta num combate físico; o segundo, o cortesão, na conversa. O primeiro age a partir de impulsos, pouco pensando nos outros; o segundo ajusta ininterruptamente o comportamento ao interlocutor. Ambos, não só Montmorency, mas também Saint-Simon, estão numa situação altamente perigosa. O Delfim pode a qualquer momento romper as regras da conversa cortesã, interromper, se quiser, a conversa e o relacionamento por qualquer razão que escolha, e nisso perderá muito pouco. Se Saint-Simon não for muito cauteloso, o herdeiro do

exemplo
de atitude
em pouco
curiosidade

trono poderá adivinhar os pensamentos sediciosos do duque e informar o rei. Montmorency mal se apercebe do perigo; está inteiramente condicionado pela conduta direta que sua paixão determina. Procura superar o perigo exatamente com emprego da fúria de sua paixão. Saint-Simon percebe a exata extensão do perigo e começa a trabalhar com o máximo autocontrole e espírito de previsão. Não tenta obter coisa alguma pela força, trabalha motivado por uma visão a prazo mais longo. Contém-se a fim de "instilar" no outro, imperceptível mas duradouramente, seus sentimentos.

O que temos nessa historieta autobiográfica é um exemplo muito revelador daquela *racionalidade cortesã* — embora este fato não seja em geral compreendido — *que desempenhou um papel não menos importante, e a princípio ainda mais importante, no desenvolvimento do que chamamos de "Iluminismo"*, do que a capacidade de previsão e racionalidade urbano-comerciais instiladas pelas funções ocupadas na rede de comércio. Mas, com certeza, essas duas formas de capacidade de previsão, a racionalização e a psicologização — na nobreza de corte e nos principais grupos de classe média —, por mais diferentes fossem em seus padrões, desenvolveram-se em estreita combinação entre si. Indicam um crescente entrelaçamento entre nobreza e burguesia e surgem de uma transformação nos relacionamentos humanos que ocorria por toda a sociedade: estavam vinculados da maneira a mais íntima possível com a mudança que levava os estados frouxamente ligados da sociedade medieval a se tornarem, gradualmente, formações sociais subordinadas na sociedade centralizada do Estado absolutista.

O processo histórico de racionalização constitui um exemplo de primeira água de um processo que até agora o pensamento sistemático mal tem compreendido. Ele pertence — se observarmos o modelo tradicional das disciplinas acadêmicas — a uma ciência que ainda não existe, a psicologia histórica. Na atual estrutura da pesquisa histórica, uma nítida linha divisória costuma ser traçada entre o trabalho dos historiadores e o dos psicólogos. Só os ocidentais de nossos dias parecem necessitar ou ser acessíveis à investigação psicológica ou, no máximo, também os povos chamados de primitivos que ainda sobrevivem. Permanece obscuro o caminho que leva, na própria história ocidental, da estrutura mais simples, primitiva, para a mais diferenciada. Exatamente porque o psicólogo pensa não-historicamente, porque aborda as estruturas psicológicas dos homens de nossos dias como se fossem algo sem evolução ou mudança, os resultados de suas investigações de pouco servem ao historiador. E porque, preocupado com o que chama de fatos, evita problemas psicológicos, o historiador pouco tem a dizer ao psicólogo.

A situação é pouco melhor no caso da sociologia. Na medida em que chegue a se interessar por problemas históricos, ela aceita sem reservas a linha divisória traçada pelo historiador entre a estrutura aparentemente imutável do homem e suas diferentes manifestações sob a forma de artes, idéias, ou o que quer que seja. Permanece sem reconhecimento o fato de que uma psicologia social histórica, um estudo simultaneamente psicogenético e sociogenético, é necessária para traçar as conexões entre todas essas diferentes manifestações dos seres humanos. Os que se interessam pela história da sociedade, como os que estudam

a história da mente, encaram a "sociedade" e o mundo das "idéias" como duas formações diferentes que pode haver sentido em separar. Aparentemente, ambos acreditam que há ou uma sociedade fora das idéias e pensamentos, ou idéias fora da sociedade. E simplesmente discutem qual desses dois reinos é mais "importante", dizendo uns que são as idéias, sem a sociedade, que põem esta última em movimento, e outros que é uma sociedade sem idéias que deflagra as "idéias".

O processo civilizador e, dentro dele, suas tendências como a psicologização e a racionalização, não se ajustam a esse tipo de esquema. Mesmo no pensamento, elas não podem ser simplesmente cindidas da mudança histórica que ocorreu na estrutura dos relacionamentos interpessoais. É inteiramente sem propósito perguntar se a transição gradual de modos menos para mais racionais de pensamento e conduta mudou a sociedade, porquanto esse processo de racionalização, tal como o processo civilizador mais abrangente, já constitui um evento psicológico e social. Mas tampouco faz sentido explicar o processo civilizador como uma "superestrutura" ou "ideologia", isto é, exclusivamente a partir de sua função como arma na luta entre grupos e interesses sociais específicos.

A gradual racionalização e, mais, todo o processo civilizador, ocorrem sem dúvida alguma em constante ligação com as lutas de diferentes estratos sociais e outros grupamentos. A totalidade da sociedade européia, o substrato do que é, até agora, o último e mais forte surto civilizador, de modo algum pode ser considerada a unidade pacífica que, às vezes, parece ser em edifícios harmonísticos de pensamento. Ela não começou sendo um todo harmonioso, no qual se introduziram conflitos, como que pela má vontade e incompreensão de determinadas pessoas. Em vez disso, tensões e lutas — tanto quanto as dependências mútuas de pessoas — constituíram parte integral da sua estrutura, afetando decisivamente a direção em que ela mudou. Sem dúvida, um movimento civilizador pode assumir grande importância como arma nessas lutas. Isto porque a habituação a um grau mais elevado de previdência e a uma maior contenção de emoções transitórias — para lembrar apenas essas duas facetas — pode conferir a um grupo uma vantagem significativa sobre outro. O mais alto grau de racionalidade e inibição de paixões, porém, pode também, em certas situações, exercer um efeito debilitador e prejudicial. A "civilização" pode ser uma faca de dois gumes. E quaisquer que possam ser seus efeitos em casos particulares, de qualquer modo os arrancos do processo civilizador ocorrem, de modo geral, independentemente de serem agradáveis ou úteis para os grupos envolvidos. Nasce da poderosa dinâmica de atividades coletivas que se entrelaçam, cuja direção geral qualquer grupo isolado dificilmente pode mudar. Não são acessíveis à manipulação consciente ou semiconsciente ou à conversão deliberada em armas na luta social, muito menos, na verdade, do que as idéias, por exemplo. Da mesma forma que ocorre com a estrutura de personalidade característica de um dado estágio do desenvolvimento social, traços específicos da conduta civilizada são simultaneamente um produto e uma alavanca no desenvolvimento do processo social mais amplo, no qual se formam e se transformam classes e interesses distintos. A civilização e, por conseguinte, a racionalização, por exemplo, não

constituem um processo numa esfera isolada só de "idéias" ou "pensamento". Ela não envolve apenas mudanças no "conhecimento", transformações de "ideologias", em suma, alterações no *conteúdo* da consciência, mas mudanças em toda a constituição humana, na qual as idéias e os hábitos de pensamento são apenas um setor. Estamos interessados aqui em mudanças em toda a personalidade, através de todas suas zonas, da orientação do indivíduo por si mesmo no nível mais flexível da consciência e da reflexão até o nível mais automático e rígido das paixões e sentimentos. Para compreender mudanças desse tipo, o modelo de pensamento trazido à mente por conceitos de "superestrutura" ou "ideologia" não é suficiente.

A idéia de que a "psique" humana consiste em zonas diferentes, que funcionam independentemente umas das outras e podem ser estudadas em separado, enraizou-se há muito tempo e profundamente na consciência humana. É comum, ao se pensar na estrutura mais diferenciada da personalidade, separar um de seus níveis funcionais de outro, como se esse fosse realmente o fator "essencial" à maneira como o homem pauta a conduta em seus contactos com os semelhantes e com a natureza não-humana. Por isso mesmo, as humanidades e a sociologia do conhecimento frisam, acima de tudo, os aspectos do conhecimento e do pensamento. Pensamentos e idéias aparecem nesses estudos como se fossem o aspecto mais importante e poderoso da maneira como os homens dirigem sua vida. Os impulsos inconscientes, todo o campo das pulsões e estruturas dos sentimentos, permanecem mais ou menos na escuridão.

Ora, todas as investigações que consideram apenas a consciência do homem, sua "razão" ou "idéias", ignorando ao mesmo tempo a estrutura das pulsões, a direção e a forma de emoções e impulsos humanos, só podem ter, por princípio, um valor bastante limitado. Uma parte enorme do que é indispensável para compreender o homem escapa desse enfoque. A racionalização da atividade intelectual, bem como de todas as mudanças estruturais nas funções do ego e do superego, de todos esses níveis interdependentes da personalidade do homem, serão muito pouco acessíveis ao pensamento, enquanto as indagações se limitarem a mudanças nos aspectos intelectuais, a mudanças de idéias, e pouca atenção se der ao equilíbrio e padrão mutáveis das relações entre pulsões e sentimentos, por um lado, e o controle dos mesmos, por outro. Uma real compreensão, mesmo de mudanças de idéias e formas de cognição, só será possível se levarmos em conta, também, as mudanças da interdependência humana em conjunto com a estrutura da conduta e, na verdade, todo o tecido da personalidade do homem num dado estágio do desenvolvimento social.

O destaque inverso, com a limitação correspondente, se encontra com grande freqüência na pesquisa psicanalítica moderna. Ela freqüentemente tende, ao estudar seres humanos, a extrair algo "inconsciente", concebido como um "id" sem história, como o dado mais importante em toda a estrutura psicológica. Embora, recentemente, essa imagem possa ter sofrido correções na prática terapêutica, ela ainda não levou a um refinamento teórico dos dados fornecidos pela clínica e à sua transformação em instrumentos conceituais mais adequados. No nível teórico, ainda parece que a direção da vida do indivíduo por impulsos

da libido, inconscientes, possui uma forma e estrutura próprias, independentemente do destino da pessoa, do bom ou mau resultado de seus relacionamentos com os semelhantes durante toda a vida, e sem ligação, também, com o modelo e estrutura de outras funções orientadoras de sua personalidade, consciente e inconsciente. Nenhuma distinção é traçada entre a matéria bruta natural das pulsões, que, na verdade, talvez pouco mude durante toda a história da humanidade, e as estruturas cada vez mais trabalhadas de controle e, por aí, as vias pelas quais as energias elementares, básicas, são canalizadas em cada pessoa, em suas relações com as outras, desde o nascimento. Mas em dimensão alguma, exceto talvez no caso dos loucos, os homens, em seus encontros entre si, descobrem-se face a face com funções psicológicas em seu estado puro, num estado de natureza que não tenha sido modelado pelo aprendizado social, pela experiência da pessoa com outras que satisfazem ou frustram suas necessidades, de acordo com o ambiente social específico. As energias da libido que encontramos em todos os seres humanos já foram socialmente processadas, foram, em outras palavras, transformadas sociogeneticamente em sua função e estrutura e, de maneira alguma, podem ser separadas das correspondentes estruturas do ego e do superego. Os níveis mais animais e automáticos da personalidade do homem não são nem mais nem menos importantes para a compreensão da conduta humana do que seus controles. O que importa, o que determina a conduta, são os equilíbrios e conflitos entre as pulsões maleáveis e os controles construídos sobre as pulsões.

Decisivos para a pessoa, como ela se nos apresenta, não são nem o "id" sozinho nem o "ego" ou o "superego" apenas, mas sempre a *relação* entre esses vários conjuntos de funções psicológicas, parcialmente conflitantes e em parte cooperativos, na maneira como o indivíduo dirige sua conduta. São elas, essas relações *dentro* do homem entre as paixões e sentimentos controlados e as agências controladoras construídas, cuja estrutura muda no curso de um processo civilizador, de acordo com a estrutura mutável dos relacionamentos *entre* seres humanos individuais na sociedade em geral, que têm importância. No curso desse processo, para dizer isto em breves palavras e de modo até simplificador, a "consciência" torna-se menos permeável às pulsões e as pulsões menos permeáveis à "consciência". Em sociedades mais simples, impulsos básicos, como quer que sejam transformados, têm acesso mais fácil à reflexão do homem. No curso de um processo civilizador, a compartimentação dessas funções de direção de si mesmo, embora de modo nenhum absoluta, torna-se mais pronunciada.

De acordo com a norma básica sociogenética (ver Volume I, p. 15), podemos observar diretamente, em todas as crianças, processos na mesma direção. Podemos notar que, no curso da história humana e, repetidamente, na de cada processo civilizador distinto, a direção de si mesmo sob a forma de funções do ego e superego, por um lado, e através de pulsões, por outro, vai se diferenciando cada vez mais. Por isso mesmo, apenas com a formação de funções conscientes menos acessíveis às paixões é que o automatismo delas assume aquele caráter específico que hoje diagnosticamos comumente como "a-histórico", como uma peculiaridade do homem através das eras, e que é inteiramente natural e independente da

condição de desenvolvimento de sociedades humanas. Não obstante, a peculiaridade do homem, descoberta por Freud em nossa própria época e conceitualizada por ele como uma rigorosa divisão entre funções mentais inconscientes e conscientes, muito longe de ser parte da natureza imutável do homem, é resultado de um longo processo civilizador, durante o qual se tornou mais dura e impenetrável o muro que separa as pulsões da libido da "consciência", ou "reflexão".*

No curso da mesma transformação, as funções mentais conscientes desenvolvem-se no rumo do que é chamado cada vez mais de "racionalização": só com a diferenciação mais nítida e firme da personalidade é que as funções psicológicas dirigidas para fora assumem o caráter de uma consciência que funciona mais racionalmente, menos tisonada por impulsos emocionais e fantasias afetivas. Dessa maneira, a forma e a estrutura das funções psicológicas de direção de si mesmo mais conscientes e inconscientes jamais poderão ser compreendidas se forem imaginadas como alguma coisa que exista ou funcione, em qualquer sentido, isoladamente do resto. Ambas são igualmente fundamentais para a existência do ser humano e juntas formam um único grande *continuum* funcional. Só podem ser compreendidas em conexão com a estrutura dos relacionamentos *entre* pessoas e com as mudanças a longo prazo nessa estrutura.

Por conseguinte, a fim de compreender e explicar os processos civilizadores, precisamos investigar — como se tem tentado fazer aqui — a transformação da estrutura da personalidade e toda a estrutura social. Esse trabalho exige, dentro de um raio menor, investigações *psicogenéticas* com o objetivo de apreender todo o campo das energias psicológicas individuais, a estrutura e a forma tanto das funções mais elementares quanto as mais orientadoras da conduta do indivíduo. Num raio mais amplo, o estudo dos processos civilizadores requer

* Compreender esse fato tem importância não só teórica, mas também prática. Podemos constatar, com muita frequência, diferenças na medida em que o pensamento é influenciado pelas pulsões, quando consideramos as relações entre Estados que vivem em diferentes fases do desenvolvimento social. Via de regra, porém, os principais estadistas de sociedades altamente diferenciadas elaboram suas estratégias baseados na suposição de que um mesmo nível de contenção, um mesmo código de conduta, está presente na política externa de todos os países. Sem se compreenderem os diferentes estágios do processo civilizador, contudo, a política internacional necessariamente terá que ser um tanto irrealista. Mas reconheço que não é nada fácil elaborar uma política externa com base no conhecimento dessas diferenças em emotividade. Será necessário um alto grau de experimentação — e de sabedoria — antes que possa ser mantido um diálogo político eficaz e uma cooperação entre sociedades que se encontram em níveis diferentes de desenvolvimento.

O mesmo se aplica aos casos em que, sob tensão, a emotividade e o caráter caprichoso da política externa de um país desenvolvido sobem para um nível mais alto do que o considerado no presente como normal nas relações entre os principais Estados industrializados. Não se pode dizer que esses níveis no grau de afetividade sejam inteiramente dependentes de diferenciais no desenvolvimento econômico ou industrial dos países. Nas estratégias políticas da China, por exemplo, podemos descobrir um nível de autocontenção pelo menos de mesmo grau que o das nações industrializadas mais desenvolvidas. Embora, em termos de desenvolvimento econômico, a China continue atrasada, seu processo de formação do Estado em termos de duração e continuidade ultrapassa o da maioria das sociedades existentes em nosso tempo. (Nota do autor à tradução inglesa.)

uma perspectiva de longo prazo, investigações *sociogenéticas* da estrutura total, não só de um único Estado-sociedade mas do campo social formado por um grupo específico de sociedades interdependentes, e da ordem seqüencial de sua evolução.

Mas, para um estudo adequado de tais processos sociais, é necessária uma correção de hábitos tradicionais de pensamento, semelhante à que antes se revelou necessária para obtermos uma base conveniente para a indagação psicogenética. A fim de entender estruturas e processos sociais, nunca é suficiente estudar um único estrato funcional no campo social. Para serem realmente entendidas, essas estruturas e processos exigem um estudo das *relações entre os diferentes estratos funcionais* que convivem juntos no campo social e que, com a mais rápida ou mais lenta mudança nas relações de poder provocada por uma estrutura específica desse campo, são no curso do tempo reproduzidas sucessivas vezes. Da mesma forma que em todo estudo psicogenético é necessário levar em conta não só as funções "inconscientes" e "conscientes", mas a contínua circulação de impulsos entre umas e outras, igualmente é importante, em todos os estudos sociogenéticos, levar em conta desde o princípio toda a *configuração* do campo social, que é mais ou menos diferenciado e carregado de tensões. E só é possível fazer isso porque o tecido social e sua mudança histórica não são caóticos, mas possuem, mesmo numa fase de agitação e desordem, um claro padrão e estrutura. Investigar a totalidade do campo social não significa analisar cada um de seus processos individuais. Implica, acima de tudo, descobrir as estruturas básicas, que dão a todos os processos individuais agindo nesse campo sua direção e marca específica. Envolve perguntar em que direção os eixos de tensão, as cadeias de funções e instituições da sociedade no século XV diferem daquelas dos séculos XVI ou XVII, e por que as primeiras mudaram na direção das últimas. A fim de responder a essas perguntas, evidentemente é necessário dispor de uma riqueza de fatos específicos. Mas, passado um certo ponto na acumulação de fatos materiais, a historiografia entra na fase em que não deve satisfazer-se com a coleta de mais fatos particulares e com a descrição dos já reunidos, mas precisa interessar-se pelos problemas que facilitem a penetração nas regularidades subjacentes, através das quais as pessoas em certas sociedades são obrigadas a reproduzir uma vez após outra determinados padrões de conduta e cadeias funcionais específicas, como, por exemplo, cavaleiros e servos da gleba, reis e funcionários do Estado, burgueses e nobres, e através das quais essas relações e instituições mudam numa direção muito específica. Além de certo ponto de conhecimento factual, um contexto mais sólido, um nexos estrutural, podem ser percebidos em grande número de fatos históricos específicos. Todos os demais fatos que talvez venham a ser descobertos poderão — à parte o enriquecimento do panorama histórico que, quem sabe, nos ofereçam — servir ou para revisar as intuições já obtidas dessas estruturas ou para ampliá-las e aprofundá-las. A afirmação de que todo estudo sociogenético deve voltar-se para a *totalidade* do campo social não significa que deva dirigir-se para a soma de todos os fatos específicos, mas para sua estrutura, na inteireza de suas interdependências. Em última instância, as fronteiras de tal estudo são determinadas pelas fronteiras da interdependência, ou pelo menos pela articulação imanente das mesmas.

É a essa luz que se deve compreender o que dissemos acima sobre a racionalização. A gradual transição para uma conduta e pensamento mais "racionais", para um tipo de autocontrole mais diferenciado, mais abrangente, hoje se costuma associar apenas às funções burguesas. Frequentemente, encontramos impregnada na mente de nossos contemporâneos a idéia de que a burguesia foi a "originadora" ou a "inventora" do pensamento mais racional. Nestas páginas, para fins de contraste, descrevemos certos processos de racionalização observados no campo aristocrático. Mas não devemos deduzir disso que a aristocracia cortesã tenha sido a "originadora" social desse surto de racionalização. Da mesma maneira que, na era da industrialização, nem a aristocracia de corte nem a burguesia tiveram "originadores" em qualquer outra classe social, essa racionalização igualmente careceu de um originador. A própria transformação de toda a estrutura social, no curso da qual surgiram essas configurações de burgueses e nobres, é, considerada de um certo aspecto, uma racionalização. O que se torna mais racional não são apenas o que os homens produzem, nem meramente os sistemas de pensamento postos em livros. O mais importante a racionalizar-se foram os modos de conduta de certos grupos de pessoas. A "racionalização" não passa — pensemos, por exemplo, na transformação de guerreiros em cortesãos — de uma manifestação do rumo em que a modelação de pessoas em configurações sociais específicas mudou neste período. Mudanças desse tipo, porém, não se "originam" numa classe ou outra, mas surgem, sim, em conjunto com as tensões *entre* diferentes grupos funcionais no campo social e *entre* as pessoas que competem dentro deles. Sob a pressão de tensões desse tipo, que saturam todo o tecido da sociedade, toda a estrutura desta última muda, numa fase dada, na direção de uma crescente centralização de domínios específicos, de uma maior especialização, e de uma integração mais estreita dos indivíduos isolados no seu interior. Com essa transformação de todo o campo social, a estrutura das funções sociais e psicológicas muda também — inicialmente em setores pequenos e, mais tarde, cada vez maiores — no rumo da racionalização.

A lenta desfuncionalização do primeiro estado e a correspondente diminuição de seu potencial de poder, a pacificação do segundo e a gradual ascensão do terceiro, nenhum desses fenômenos pode ser compreendido independentemente dos outros, não mais, por exemplo, que o desenvolvimento do comércio nesse período pode ser compreendido independentemente da formação de poderosos monopólios de força física e da consolidação de poderosas cortes. Todos eles são alavancas no processo abrangente de crescente diferenciação e ampliação de todas as cadeias de ação, que desempenhou papel tão decisivo em todo o curso da história ocidental. Nesse processo — como se mostrou à vista de aspectos específicos —, as funções da nobreza foram transformadas e, com elas, as funções da burguesia e a forma dos órgãos centrais. Lado a lado com essa mudança gradual na totalidade das funções e instituições sociais ocorreu uma transformação da auto-orientação individual — inicialmente nos principais grupos da nobreza e da burguesia — na direção de um maior espírito de previsão e de uma regulação mais estrita dos impulsos da libido.

Estudando as descrições tradicionais do desenvolvimento intelectual do Ocidente, frequentemente formamos a idéia de que seus autores pressupõem —

vagamente — que a racionalização da consciência, a mudança de pensamento das formas mágicas tradicionais para as racionais, tiveram sua causa no surgimento de um certo número de gênios e de homens notáveis. Esses indivíduos iluminados, parecem sugerir essas análises, ensinaram ao ocidental como fazer um uso correto de sua razão inata.

Nestas páginas, delineamos um quadro diferente. Foi realmente considerável o que realizaram os grandes pensadores do Ocidente. Eles deram expressão e exemplo àquilo que seus contemporâneos experimentavam em seus atos diários, sem serem capazes de traduzi-lo claramente em pensamento. Tentaram organizar as formas mais orientadas para a realidade, ou, em sua própria linguagem, mais racionais de pensamento, que se haviam desenvolvido gradualmente com as mudanças globais na estrutura da interdependência social, e utilizá-las para esclarecer os problemas da existência humana. Deram a outras pessoas um entendimento mais claro do mundo e de si mesmas. Dessa maneira, atuaram também como alavancas na máquina mais ampla da sociedade. Foram em maior ou menor grau, dependendo de seus talentos e situação pessoal, intérpretes e porta-vozes de um coro social. Mas não foram, sozinhos, os originadores do tipo de pensamento que prevalecia na sociedade de seu tempo. Nem criaram o que chamamos de "pensamento racional."

Essa expressão é evidentemente estática demais e insuficientemente diferenciada para aquilo que tenciona transmitir. Estática demais, porque a estrutura das funções psicológicas muda no mesmo ritmo que a das funções sociais. Insuficientemente diferenciada, porque o padrão de racionalização, a estrutura dos hábitos mais racionais de pensamento, foi e é muito diferente em diferentes classes sociais — como, por exemplo, na nobreza de corte ou nos principais estratos burgueses —, de conformidade com suas diferentes funções sociais e sua situação histórica global. E, finalmente, o mesmo se aplica à racionalização, conforme dito acima, das mudanças de consciência em geral: nela só se manifesta um *único* lado de uma mudança mais abrangente em toda a personalidade social. E ela é acompanhada por uma transformação correspondente das estruturas pulsionais. É, em suma, uma *única* manifestação de civilização, entre outras.

* A declinante supremacia da Igreja, o equilíbrio de poder entre os governantes religiosos e seculares — entre sacerdotes e guerreiros — pendendo em favor destes últimos abriu caminho para o que foi a condição *sine qua non* da secularização do pensamento, sem a qual não poderia ter surgido aquilo que temos em mente quando falamos de "racionalização". A emergência não só de um, mas de um grupo inteiro de grandes Estados territoriais altamente organizados e competitivos, governados por príncipes seculares, que constituiu uma das características mais marcantes do desenvolvimento europeu, foi um de seus fatores e, outro, o crescimento de grandes mercados urbanos, de um comércio a longa distância e a formação do capital indispensável para tanto. Um complexo inteiro de alavancas sociais — alavancas de "racionalização" — atuou na direção do fortalecimento de modos menos afetivos, menos orientados para a fantasia, de pensamento e experiência. Os grandes pioneiros intelectuais e, acima de tudo, os pioneiros filosóficos do pensamento racional, trabalharam de dentro de um poderoso processo de mudança social que lhes deu direção, embora também tenham sido alavancas ativas nesse movimento, e não apenas seus objetos passivos. Na verdade, temos que levar em consideração toda a confluência de processos básicos que constituíram o núcleo do desenvolvimento global da sociedade — processos básicos como o de formação a longo prazo do Estado, de formação de capital, de diferenciação e integração, de orientação, civilização, e outros (*Nota do autor à tradução inglesa.*)

É a essa luz que se deve compreender o que dissemos acima sobre a racionalização. A gradual transição para uma conduta e pensamento mais “racionais”, para um tipo de autocontrole mais diferenciado, mais abrangente, hoje se costuma associar apenas às funções burguesas. Frequentemente, encontramos impregnada na mente de nossos contemporâneos a idéia de que a burguesia foi a “originadora” ou a “inventora” do pensamento mais racional. Nestas páginas, para fins de contraste, descrevemos certos processos de racionalização observados no campo aristocrático. Mas não devemos deduzir disso que a aristocracia cortesã tenha sido a “originadora” social desse surto de racionalização. Da mesma maneira que, na era da industrialização, nem a aristocracia de corte nem a burguesia tiveram “originadores” em qualquer outra classe social, essa racionalização igualmente careceu de um originador. A própria transformação de toda a estrutura social, no curso da qual surgiram essas configurações de burgueses e nobres, é, considerada de um certo aspecto, uma racionalização. O que se torna mais racional não são apenas o que os homens produzem, nem meramente os sistemas de pensamento postos em livros. O mais importante a racionalizar-se foram os modos de conduta de certos grupos de pessoas. A “racionalização” não passa — pensemos, por exemplo, na transformação de guerreiros em cortesãos — de uma manifestação do rumo em que a modelação de pessoas em configurações sociais específicas mudou neste período. Mudanças desse tipo, porém, não se “originam” numa classe ou outra, mas surgem, sim, em conjunto com as tensões *entre* diferentes grupos funcionais no campo social e *entre* as pessoas que competem dentro deles. Sob a pressão de tensões desse tipo, que saturam todo o tecido da sociedade, toda a estrutura desta última muda, numa fase dada, na direção de uma crescente centralização de domínios específicos, de uma maior especialização, e de uma integração mais estreita dos indivíduos isolados no seu interior. Com essa transformação de todo o campo social, a estrutura das funções sociais e psicológicas muda também — inicialmente em setores pequenos e, mais tarde, cada vez maiores — no rumo da racionalização.

A lenta desfuncionalização do primeiro estado e a correspondente diminuição de seu potencial de poder, a pacificação do segundo e a gradual ascensão do terceiro, nenhum desses fenômenos pode ser compreendido independentemente dos outros, não mais, por exemplo, que o desenvolvimento do comércio nesse período pode ser compreendido independentemente da formação de poderosos monopólios de força física e da consolidação de poderosas cortes. Todos eles são alavancas no processo abrangente de crescente diferenciação e ampliação de todas as cadeias de ação, que desempenhou papel tão decisivo em todo o curso da história ocidental. Nesse processo — como se mostrou à vista de aspectos específicos —, as funções da nobreza foram transformadas e, com elas, as funções da burguesia e a forma dos órgãos centrais. Lado a lado com essa mudança gradual na totalidade das funções e instituições sociais ocorreu uma transformação da auto-orientação individual — inicialmente nos principais grupos da nobreza e da burguesia — na direção de um maior espírito de previsão e de uma regulação mais estrita dos impulsos da libido.

Estudando as descrições tradicionais do desenvolvimento intelectual do Ocidente, frequentemente formamos a idéia de que seus autores pressupõem —

vagamente — que a racionalização da consciência, a mudança de pensamento das formas mágicas tradicionais para as racionais, tiveram sua causa no surgimento de um certo número de gênios e de homens notáveis. Esses indivíduos iluminados, parecem sugerir essas análises, ensinaram ao ocidental como fazer um uso correto de sua razão inata.

Nestas páginas, delineamos um quadro diferente. Foi realmente considerável o que realizaram os grandes pensadores do Ocidente. Eles deram expressão e exemplo àquilo que seus contemporâneos experimentavam em seus atos diários, sem serem capazes de traduzi-lo claramente em pensamento. Tentaram organizar as formas mais orientadas para a realidade, ou, em sua própria linguagem, mais racionais de pensamento, que se haviam desenvolvido gradualmente com as mudanças globais na estrutura da interdependência social, e utilizá-las para esclarecer os problemas da existência humana. Deram a outras pessoas um entendimento mais claro do mundo e de si mesmas. Dessa maneira, atuaram também como alavancas na máquina mais ampla da sociedade. Foram em maior ou menor grau, dependendo de seus talentos e situação pessoal, intérpretes e porta-vozes de um coro social. Mas não foram, sozinhos, os originadores do tipo de pensamento que prevalecia na sociedade de seu tempo. Nem criaram o que chamamos de “pensamento racional.”

Essa expressão é evidentemente estática demais e insuficientemente diferenciada para aquilo que tenciona transmitir. Estática demais, porque a estrutura das funções psicológicas muda no mesmo ritmo que a das funções sociais. Insuficientemente diferenciada, porque o padrão de racionalização, a estrutura dos hábitos mais racionais de pensamento, foi e é muito diferente em diferentes classes sociais — como, por exemplo, na nobreza de corte ou nos principais estratos burgueses —, de conformidade com suas diferentes funções sociais e sua situação histórica global. E, finalmente, o mesmo se aplica à racionalização, conforme dito acima, das mudanças de consciência em geral: nela só se manifesta um *único* lado de uma mudança mais abrangente em toda a personalidade social. E ela é acompanhada por uma transformação correspondente das estruturas pulsionais. É, em suma, uma *única* manifestação de civilização, entre outras.

* A declinante supremacia da Igreja, o equilíbrio de poder entre os governantes religiosos e seculares — entre sacerdotes e guerreiros — pendendo em favor destes últimos abriu caminho para o que foi a condição *sine qua non* da secularização do pensamento, sem a qual não poderia ter surgido aquilo que temos em mente quando falamos em “racionalização”. A emergência não só de um, mas de um grupo inteiro de grandes Estados territoriais altamente organizados e competitivos, governados por príncipes seculares, que constituiu uma das características mais marcantes do desenvolvimento europeu, foi um de seus fatores e, outro, o crescimento de grandes mercados urbanos, de um comércio a longa distância e a formação do capital indispensável para tanto. Um complexo inteiro de alavancas sociais — alavancas de “racionalização” — atuou na direção do fortalecimento de modos menos afetivos, menos orientados para a fantasia, de pensamento e experiência. Os grandes pioneiros intelectuais e, acima de tudo, os pioneiros filosóficos do pensamento racional, trabalharam de dentro de um poderoso processo de mudança social que lhes deu direção, embora também tenham sido alavancas ativas nesse movimento, e não apenas seus objetos passivos. Na verdade, temos que levar em consideração toda a confluência de processos básicos que constituíram o núcleo do desenvolvimento global da sociedade — processos básicos como o de formação a longo prazo do Estado, de formação de capital, de diferenciação e integração, de orientação, civilização, e outros (*Nota do autor à tradução inglesa.*)

VI

Vergonha e Repugnância

Não menos característico de um processo civilizador que a "racionalização" é a peculiar modelação da economia das pulsões que conhecemos pelos nomes de "vergonha" e "repugnância" ou "embaraço". O forte arranco da racionalização e o não menos (durante algum tempo) forte avanço do patamar da vergonha e repugnância que se tornou, em termos gerais, cada vez mais perceptível na constituição do homem ocidental a partir do século XVI, foram dois lados de uma mesma transformação na estrutura da personalidade social. O sentimento de vergonha é uma exaltação específica, uma espécie de ansiedade que automaticamente se reproduz na pessoa em certas ocasiões, por força do hábito. Considerado superficialmente, é um medo de degradação social ou, em termos mais gerais, de gestos de superioridade de outras pessoas. Mas é uma forma de desagrado ou medo que surge caracteristicamente nas ocasiões em que a pessoa que receia cair em uma situação de inferioridade não pode evitar esse perigo nem por meios físicos diretos nem por qualquer forma de ataque. Essa impotência ante a superioridade dos outros, essa total fragilidade diante deles, não surgem diretamente da ameaça de superioridade física que os demais realmente representam — embora, sem dúvida, tenha suas origens numa compulsão física, na inferioridade corporal da criança frente aos pais ou mestres. Nos adultos, porém, a impotência resulta do fato de que as pessoas cuja superioridade se teme estão de acordo com o próprio superego da pessoa, com a agência de autolimitação implantada no indivíduo por outros de quem ele foi dependente, que exerciam poder e possuíam superioridade sobre ele. De conformidade com isso, a ansiedade que denominamos de "vergonha" é profundamente velada à vista dos outros. Por forte que seja, nunca é expressada em gestos violentos. A vergonha tira sua coloração específica do fato de que a pessoa que a sente fez ou está prestes a fazer alguma coisa que a faz entrar em choque com pessoas a quem está ligada de uma forma ou de outra, e consigo mesma, com o setor de sua consciência mediante o qual controla a si mesma. O conflito expressado no par vergonha-medo não é apenas um choque do indivíduo com a opinião social prevalecente: seu próprio comportamento colocou-o em conflito com a parte de si mesmo que representa essa opinião. É um conflito dentro de sua própria personalidade. Ele mesmo se reconhece como inferior. Teme perder o amor e respeito dos demais, a quem atribui ou atribuiu valor. A atitude dessas pessoas precipitou nele uma atitude dentro de si que ele automaticamente adota em relação a si mesmo. É isso o que o torna tão impotente diante de gestos de superioridade de outras pessoas que, de alguma maneira, deflagram nele esse automatismo.

Isso também explica por que o medo de transgredir as proibições sociais assume mais claramente o caráter de vergonha quanto mais perfeitamente as restrições externas foram transformadas, pela estrutura da sociedade, em auto-restrições, e quanto mais abrangente e diferenciado se tornou o círculo de

auto-restrições onde se manifesta a conduta da pessoa. A tensão interna, a agitação que surge em todos os casos em que a pessoa se sente compelida a escapar desse espaço fechado, ou quando já fez isso, varia em força de acordo com a gravidade da proibição social e o grau de autocontrole. Na vida comum, chamamos essa agitação de vergonha apenas em certos contextos e, acima de tudo, quando ela se reveste de um certo grau de força, embora, em termos de sua estrutura, seja sempre, a despeito de suas muitas nuances e graus, o mesmo evento. Tal como todas as auto-restrições, encontra-se em forma menos regular, menos uniforme e menos geral em níveis mais simples de desenvolvimento social. Tal como essas restrições, as tensões e medos desse tipo emergem mais claramente a cada arranco do processo civilizador e, finalmente, predominam sobre outras tensões e medos — principalmente, sobre o medo físico a outras pessoas. Dominam mais na medida em que são pacificadas áreas maiores e aumenta a importância, na modelação da pessoa, das limitações mais comuns que sobem a primeiro plano na sociedade quando os representantes do monopólio da força física passam a exercer regularmente seu controle como se estivessem nos bastidores — na medida, numa palavra, em que progride a civilização da conduta. Da mesma maneira que só podemos falar em "razão" conjugando-a com progressos na racionalização e na formação de funções que exigem espírito de previsão e moderação, só podemos falar em vergonha conjugando-a com sua sociogênese, com os arrancos nos quais avança o patamar da vergonha, ou pelo menos ele se move, e a estrutura e o padrão de autolimitações mudam em determinada direção, reproduzindo-se daí em diante da mesma forma num período de tempo maior ou menor. A racionalização e o avanço dos patamares da vergonha e da repugnância expressam uma diminuição do medo físico direto a outras pessoas e uma consolidação das ansiedades interiores automatizadas, das compulsões que o indivíduo agora exerce sobre si mesmo. Em ambas, são igualmente manifestadas a capacidade de previsão maior e mais diferenciada e a visão a longo prazo que se tornam necessárias a fim de que grupos de pessoas cada vez maiores possam preservar sua existência social numa sociedade crescentemente diferenciada. Não é difícil explicar como se ligam essas mudanças psicológicas aparentemente tão diferentes. Ambas, tanto a intensificação da vergonha como o aumento da racionalização, constituem distintos aspectos da crescente cisão que ocorre na personalidade do indivíduo com o aumento da divisão de funções, distintos aspectos da diferenciação sempre maior entre pulsões e controle de pulsões, entre as funções do "id", "ego" ou "superego". Quanto mais avança essa diferenciação na auto-orientação do indivíduo, mais claramente assume uma função dupla aquele setor das funções controladoras que, em sentido amplo, é chamado de "ego" e, em sentido mais estreito, "superego". Por um lado, esse setor forma o centro a partir do qual a pessoa regula suas relações com outros seres, vivos ou não, e, por outro, forma o centro a partir do qual ela, em parte conscientemente e até certo ponto automática e inconscientemente, controla sua "vida interior", seus próprios sentimentos e impulsos. A camada de funções psicológicas que, no curso da transformação social que acima descrevemos, gradualmente se diferencia das pulsões, as funções do ego ou superego, têm, em outras palavras, uma dupla

tarefa a cumprir na personalidade do indivíduo: implementam ao mesmo tempo uma política interna e uma política externa — as quais, além de tudo, nem sempre estão em harmonia e freqüentemente se chocam. Isso explica o fato de que, no mesmo período sócio-histórico no qual a racionalização faz visíveis progressos, também se observa um avanço no patamar da vergonha e repugnância. E também que, neste particular, como sempre — de acordo com a regra sociogenética básica — um processo correspondente possa ser observado mesmo hoje na vida de cada criança: a racionalização da conduta é uma expressão da política externa da mesma formação de superego cuja política interna se expressa no avanço do patamar da vergonha.

A partir deste ponto, muitas e grandes cadeias de pensamento se ramificam em diferentes direções. Resta demonstrar como esse aumento de diferenciação na personalidade se manifesta na transformação de determinadas pulsões. Acima de tudo, precisa ser demonstrado como leva a uma transformação dos impulsos sexuais e ao aumento dos sentimentos de vergonha nas relações entre os dois sexos.* Terá que ser suficiente indicar aqui algumas das principais ligações entre os processos sociais descritos acima e esse avanço da fronteira da vergonha e da repugnância.

Mesmo na história mais recente do Ocidente, os sentimentos de vergonha não foram sempre instilados da mesma maneira na personalidade. Para mencionar

* Este problema particular, importante como seja, terá que ser deixado de lado, por ora. Sua elucidação exige uma descrição e análise exatas das mudanças que a estrutura da família e todo o relacionamento entre os sexos sofreram no curso da história do Ocidente. Exige, além do mais, um estudo das mudanças na educação de crianças e desenvolvimento de adolescentes. O material coletado para esclarecer esse aspecto do processo civilizador, e as análises que tornou possível, foram volumosos demais e ameaçaram deslocar a linha de indagação principal deste estudo. Mas encontrarão seu lugar em outro volume.

O mesmo se aplica à linha de classe média do processo civilizador, com as mudanças que gerou nas classes burguesas urbanas e na aristocracia não-cortesã senhora das terras. Muito embora, também nessas classes, tal transformação da conduta e da estrutura das funções psicológicas esteja ligada a uma reestruturação histórica específica de *todo* o tecido social do Ocidente, ainda assim — conforme já mencionamos várias vezes —, a linha de classe média não-cortesã de civilização segue um padrão diferente da linha cortesã. Acima de tudo, o tratamento da sexualidade na primeira não é o mesmo que na última — em parte devido a uma estrutura familiar diferente e até certo ponto por causa do tipo diferente de espírito de previsão que as funções profissionais de classe média exigem. Algo parecido surge se investigamos a transformação civilizadora da religião no Ocidente. A mudança nos sentimentos religiosos, à qual a sociologia dedicou até agora a sua maior atenção, — o aumento da interiorização e racionalização manifestado nos vários movimentos puritanos e protestantes, — obviamente esteve ligada a certas mudanças na situação e estrutura da classe média. A mudança correspondente no Catolicismo, como se vê, por exemplo, na forma pela qual os jesuítas adquiriram sua posição de poder, parece ter ocorrido em contacto mais estreito com os órgãos centrais absolutistas, de uma maneira favorecida pela estrutura hierárquica e centralizadora da Igreja Católica. Esses problemas, igualmente, só serão resolvidos quando tivermos um quadro geral mais preciso do entrelaçamento dessas duas linhas de civilização, a não-cortesã e de classe média e a cortesã, deixando de lado por ora o movimento civilizador nos estratos operário e camponês, que emergiu mais lentamente e muito mais tarde. (Nota do autor à tradução inglesa.)

apenas uma diferença, não foi da mesma maneira que foram inculcados na sociedade hierárquica constituída de estados e na ordem industrializada burguesa que a substituiu.

Os exemplos citados antes, e acima de tudo os que mostram diferenças no desenvolvimento do sentimento de vergonha no tocante à exposição de certas partes do corpo,¹⁴⁸ dão-nos certa idéia dessas mudanças. Na sociedade de corte, a vergonha com a exposição de certas partes era, em conformidade com a estrutura dessa sociedade, ainda largamente restrita dentro de limites do estado ou hierárquicos. A exposição do corpo na presença de inferiores, como, por exemplo, do rei na frente de um ministro, ainda não estava sujeita a uma proibição social muito rigorosa, nem, numa fase anterior, a exposição do homem diante de uma mulher socialmente mais fraca e de classe inferior. Dada essa mínima dependência funcional face a pessoas de categoria mais baixa, a exposição ainda não despertava sentimentos de inferioridade ou vergonha, e podia até ser considerada, como declara Della Casa, como um sinal de benevolência para com o inferior. A exposição por alguém de categoria inferior diante de um superior, por outro lado, ou mesmo diante de pessoas de igual categoria, foi sendo banida da vida social, como um sinal de falta de respeito. Profligada como transgressão, passou a provocar medo. Só quando os muros entre os estados ruíram, quando a dependência funcional de todos face a todos aumentou e todos os membros da sociedade se tornaram vários graus mais iguais, é que essa exposição, excetuados certos enclaves mais estreitos, passou a ser uma transgressão na presença de qualquer outra pessoa. Só então esse comportamento ficou tão profundamente associado ao medo no indivíduo, desde uma tenra idade, que o caráter social da proibição desapareceu inteiramente de sua consciência, surgindo a vergonha como um comando partido de dentro de si mesmo.

E o mesmo se aplica no tocante ao embaraço, que é contrapartida inseparável da vergonha. Da mesma maneira que esta última surge quando alguém infringe proibições de seu próprio ser e da sociedade, a primeira ocorre quando alguma coisa fora do indivíduo invade sua zona de perigo, constituída de formas de comportamento, objetos, inclinações, que foram previamente investidos de medo pelo ambiente, até que esse medo — sob a forma de reflexo condicionado — se reproduz automaticamente em certas ocasiões. O embaraço é o desgosto ou a ansiedade que surgem quando outra pessoa ameaça ignorar, ou ignora, proibições da sociedade representadas pelo próprio superego da pessoa. E esses sentimentos, também, tornam-se cada vez mais diversificados e abrangentes quanto mais extensa e sutilmente diferenciada for a zona de perigo pela qual a conduta do indivíduo é regulada e moldada, e mais avançar a civilização da conduta.

Mostramos já, através de uma série de exemplos, que, a partir do século XVI, a fronteira da vergonha e do embaraço começou a estender-se mais rapidamente. Neste caso, também, as cadeias de pensamento começaram lentamente a confluir. O avanço coincidiu com a acelerada transformação da classe alta em classe de cortesãos. Foi a época em que as cadeias de dependência que se cruzavam no indivíduo se tornaram mais densas e longas, em que as pessoas foram se ligando cada vez mais umas às outras e aumentou a compulsão para o autocontrole. Com

a dependência mútua, as pessoas passaram a se observar mais, as sensibilidades e as proibições tornaram-se mais diferenciadas e, igualmente, tornaram-se mais sutis e diversificadas as razões para a vergonha e o embaraço provocadas pela conduta de outras pessoas.

Observamos anteriormente que, com o aumento da divisão de funções e a maior integração das pessoas, diminuíram os grandes contrastes entre as diferentes classes e países, enquanto se multiplicavam as nuances, as variedades, de sua modelação no contexto da civilização. Neste particular, encontramos uma tendência análoga no desenvolvimento da conduta e dos sentimentos do indivíduo. À medida que se abrandavam os contrastes na conduta individual, e que as flutuações mais violentas do prazer ou desgosto eram contidas, moderadas e mudadas pelo autocontrole, aumentavam a sensibilidade e as gradações ou nuances da conduta, mais finamente se sintonizavam as pessoas a cada pequeno gesto e forma, e mais complexa se tornava sua experiência de si mesmas e do mundo em que viviam em níveis que antes haviam sido ocultados da consciência pelo véu de emoções fortes.

Esclarecendo este ponto com um exemplo óbvio: os povos "primitivos" sentem os acontecimentos humanos e naturais — dentro do círculo relativamente estreito que para eles se reveste da importância vital (estreito, porque suas cadeias de dependência são relativamente curtas) — de uma maneira que, sob alguns aspectos, é muito mais diferenciada do que a de "povos" civilizados. A diferenciação varia, dependendo de estarmos lidando com agricultores, caçadores ou pastores, por exemplo. Mas como quer que seja, podemos dizer, em termos gerais, que, na medida em que é de vital importância para o grupo, a capacidade dos primitivos para distinguir as coisas na floresta e no campo, seja uma árvore, sons, cheiros ou movimentos, é mais desenvolvida do que nos "civilizados". Mas, entre os mais primitivos, a esfera natural é ainda uma zona de perigo, repleta de medos que os mais civilizados já não sentem. Isso tem uma importância decisiva para o que deixa ou não de ser percebido. A maneira como se sentia a "natureza" foi afetada de modo fundamental, ainda devagar nos fins da Idade Média e cada vez mais depressa a partir do século XVI, pela crescente pacificação das áreas habitadas. Só então as florestas, campinas e montanhas foram deixando de ser zonas altamente perigosas, onde a ansiedade e o medo estavam constantemente presentes na vida do indivíduo. Ao se adensarem a rede de estradas, bem como a interdependência social em geral, os barões salteadores e os animais de presa vão desaparecendo; as florestas e o campo deixam de ser o cenário de paixões desenfreadas, de perseguição selvagem entre homem e animal, de alegrias e medo alucinantes; moldando-se pelo entrelaçamento de atividades pacíficas — como a produção de bens, o comércio e o transporte —, a homens pacificados aparece uma natureza igualmente apaziguada, que eles podem enxergar de uma nova maneira. Ela se torna — dada a crescente importância que o olho adquire como mediador do prazer, ante a gradativa moderação das emoções —, em alto grau, objeto de prazer visual. Além disso, as pessoas — mais exatamente, os cidadãos, para quem a floresta e o campo não são o ambiente da vida diária, mas locais de relaxamento — tornam-se mais sensíveis e começam a ver o campo

aberto de forma mais diferenciada, num nível que antes lhes era vedado pelo perigo e pelo entrechoque de paixões imoderadas. Sentem prazer na harmonia de cores e linhas, tornam-se sensíveis à beleza da natureza, têm os sentimentos afetados pelos matizes e formas mutáveis das nuvens e o jogo de luzes nas folhas de uma árvore.

Na esteira da pacificação, mudou também a sensibilidade das pessoas à conduta social. Os medos interiores crescem na mesma medida que diminuem os exteriores — os medos de um setor da personalidade no lugar dos de outro. Como resultado dessas tensões internas, as pessoas começaram a sentir experiências umas das outras que haviam sido vedadas enquanto enfrentavam constantemente sérias e inescapáveis ameaças de origem externa. Assim, grande parte das tensões que antes se liberavam diretamente no combate de um homem com outro tinham que se resolver, convertidas em tensão interior, na luta do indivíduo consigo mesmo. A vida social deixou de ser uma zona de perigo — na qual os regabofes, as danças e os prazeres ruidosos, súbita e freqüentemente, se transformavam em fúria, pancadaria e assassinato — e tornou-se um tipo diferente de zona de perigo, se o indivíduo não conseguia conter-se o suficiente, se tocava pontos sensíveis, tais como sua própria fronteira de vergonha ou o patamar de embaraço de outrem. Em certo sentido, a zona de perigo agora passava dentro do *self* de cada indivíduo. Por isso mesmo, as pessoas ficaram sensíveis a distinções que antes mal penetravam na consciência. Da mesma maneira que a natureza passara a ser, mais do que antes, uma fonte de prazer mediada pelo olho, as pessoas tornaram-se fonte de prazer visual, ou de um desgosto visualmente despertado. O medo direto inspirado no homem pelo homem diminuiu, e o medo interno mediado pelo olho e pelo superego crescia na mesma medida.

Ao tempo em que o emprego de armas em combate era uma experiência da vida diária, o pequeno gesto de passar a alguém uma faca na mesa (para ficar com apenas um dos exemplos que já mencionamos) não tinha maior importância. Restringindo-se cada vez mais o uso delas, à medida que as pressões externas e internas tornavam as manifestações de raiva através do ataque físico cada vez mais difíceis, as pessoas gradualmente adquiriram maior sensibilidade a tudo o que lembrasse um ataque. O simples gesto de ataque tocava a zona de perigo: tornou-se constrangedor alguém passar uma faca a outra pessoa com a ponta virada para ela.¹⁴⁹ A partir do pequeno círculo altamente sensível da alta sociedade de corte, para o qual essa sensibilidade também se revestia de um valor de prestígio, e exatamente por essa razão constituía um meio de distinguir-se cultivado, essa proibição gradualmente se disseminou por toda a sociedade civilizada. Dessa maneira, associações agressivas, impregnadas por outras originárias da camada de impulsos elementares, combinaram-se, para despertar a ansiedade, com tensões despertadas pelo *status*.

A maneira como o uso da faca depois se restringiu gradualmente, como zona de perigo, por um muro de proibições, já foi mostrada com vários exemplos. Constitui questão aberta até que ponto, na aristocracia de corte, a renúncia à violência física continuou se devendo a uma compulsão externa, e em que medida já se convertera em limitação interna. A despeito de todas as restrições, o uso

da faca de mesa, como o da adaga, ainda era muito comum. Da mesma maneira que a caça e a morte de animais ainda constituíam um divertimento permitido e comum para os senhores da terra, o trinchamento de animais mortos à mesa continuava dentro da zona das coisas autorizadas e não causava repugnância. Depois, com a lenta ascensão das classes burguesas, para as quais pela própria natureza de suas funções sociais, a pacificação e a geração de limitações internas eram muito mais complexas e compulsórias, o trinchamento de animais foi sendo repellido das cenas da vida social (ainda que em certos países, especialmente na Inglaterra, como acontece com tanta frequência, alguns dos costumes antigos sobrevivam incorporados aos novos) e o uso da faca, na verdade o simples fato de segurá-la, passou a ser evitado em todos os casos em que não fosse inteiramente indispensável. Crescia a sensibilidade nessa direção.

O exemplo acima é apenas um dentre os muitos aspectos específicos da transformação estrutural da sociedade que denotamos pela deusa palavra "civilização". Em parte alguma da sociedade humana há um ponto zero de medo de potências externas ou de ansiedades internas automatizadas. Embora estes dois medos possam ser sentidos como muito diferentes, são, no fim, inseparáveis. O que acontece no curso do processo civilizador não é o desaparecimento de um e o aparecimento de outro. O que muda é simplesmente a proporção entre os medos de origem externa e os que são gerados dentro da pessoa, e a estrutura que os articula. O temor de potências externas diminui, sem jamais desaparecer. As ansiedades jamais ausentes, latentes ou reais, provocadas pela tensão entre paixões e funções de controle das paixões, tornam-se relativamente mais fortes, gerais e contínuas. A documentação sobre o avanço das fronteiras da vergonha e do embaraço encontrada no primeiro volume deste estudo consiste, na verdade, apenas de exemplos claros e simples da direção e estrutura de uma mudança na personalidade humana que também poderia ser demonstrada no tocante a muitos outros aspectos. Uma estrutura muito semelhante, por exemplo, é exibida pela transição da formação do superego católico medieval para o protestante. Esse fato, também, mostra uma forte mudança no rumo da internalização dos medos. Em tudo isso, uma coisa certamente não se deve ignorar: o fato de que hoje, como antigamente, todas as formas de ansiedades internas no adulto estão vinculadas ao medo que a criança sentia de outras pessoas, de potências externas.

VII

Restrições Crescentes à Classe Alta: Pressões Crescentes a Partir de Baixo

Observamos antes que, em certas representações gráficas¹⁵⁰ atribuídas à classe alta cavaleirosa cortesã dos fins da Idade Média, a retratação de indivíduos da classe inferior e de seus gestos ainda não se considerava algo especialmente

repugnante, ao passo que a seleção mais rigorosa correspondente à estrutura de repugnância da classe alta da corte absolutista só permitia que se expressassem na arte gestos nobres, calmos, refinados, enquanto tudo o mais que lembrasse as classes inferiores, tudo de caráter vulgar, era mantido à distância.

Esse asco do vulgar, essa crescente sensibilidade a tudo o que correspondesse ao menor refinamento das classes mais baixas saturava todas as esferas da conduta social na classe alta de corte. Mostramos com detalhes¹⁵¹ como isso se manifestava, por exemplo, na maneira como a corte modelava a fala. Ninguém dizia, explicava uma dama da corte, "un mien ami" ou "le pauvre deffunct":* isso "cheirava a burguesia". E se o burguês protestava, se respondia que, afinal de contas, muitas pessoas da boa sociedade usavam essas expressões, podia ouvir o seguinte: "É bem possível que haja certo número de pessoas decentes que não possuem suficiente capacidade de apreciação para a delicadeza de nossa língua. Essa 'delicadeza'... é confiada apenas a uns poucos".

Essas palavras são categóricas, como aliás as próprias exigências dessa sensibilidade. As pessoas que escolhem, dessa maneira, o modo de falar, não podem nem sequer tentam justificar por que, num dado caso, esta forma de palavra é agradável e aquela é desagradável. Sua sensibilidade específica está profundamente ligada à regulação e transformação mais intensas dos impulsos da libido, impostas a elas por sua situação social específica. A certeza com que podem dizer "Esta combinação de palavras parece boa, essas cores foram mal escolhidas", a segurança de seu bom gosto, enfim, têm origem mais numa instância de auto-regulação que opera mais ou menos inconscientemente do que numa reflexão consciente. Mas aqui também é claro que foram primeiro os pequenos círculos da sociedade de corte os que escutaram com uma nova sensibilidade as nuances de ritmo, tom e significação da palavra falada e escrita, e que essa sensibilidade, esse "bom gosto", tinham também valor de prestígio para esses círculos. Tudo o que fere seu patamar de embaraço cheira a burguesia, é socialmente inferior e, da mesma forma, tudo o que é burguês afeta seu patamar de embaraço. É a necessidade de distinguir-se de tudo que é burguês que aguça essa sensibilidade. É a estrutura específica da vida na corte — segundo a qual não é a competência profissional, nem mesmo a posse de dinheiro, mas a conduta social polida, que constitui o principal instrumento na competição por prestígio e favor — que fornece ocasião para o refinamento do gosto.

No curso deste estudo, indicamos, através de certo número de exemplos, que, a partir do século XVI, o padrão de conduta social foi colhido por um movimento mais rápido, assim permanecendo nos séculos XVII e XVIII, e que, no correr dos séculos XVIII e XIX, ele se difundiu, transformado em alguns aspectos, por toda a sociedade do Ocidente. Esse aumento das restrições e das transformações da libido começou com a conversão da nobreza cavaleirosa em nobreza de corte. Manteve estreita relação com a mudança, já discutida, nas relações entre a classe alta e outros grupos funcionais. A sociedade marcial cortês não passou nem

* Literalmente, "um amigo meu" ou "o pobre defunto". (RJR)

remotamente pela mesma pressão que a aristocracia de corte, não viveu nada parecido com a mesma interdependência face aos estratos burgueses. Essa classe superior cortesã foi uma forma social numa cadeia muito mais densa de interdependências. Estava presa numa pinça que compreendia, por um lado, o suserano, de cujo favor dependia e, por outro, os principais grupos burgueses, com suas vantagens econômicas, grupos estes que estavam pressionando de baixo para cima e contestando a posição da aristocracia. As tensões entre a aristocracia de corte e os círculos burgueses, porém, não aumentaram apenas em fins do século XVIII ou começos do século XIX. Desde o início, a existência dessa aristocracia foi forte e constantemente ameaçada pelas ambiciosas classes burguesas. Na verdade, a transformação da nobreza guerreira em cortesã ocorreu apenas em combinação com o aumento da pressão de baixo para cima, aplicada pelos estratos burgueses. A existência de alto grau de interdependência e tensão entre nobres e burgueses foi um elemento constituinte básico do caráter cortesão dos principais grupos da nobreza.

Não devemos nos deixar enganar pelo fato de que foram precisos séculos para que esse incessante cabo-de-guerra entre nobres e burgueses se decidisse em favor de alguns dos últimos. Nem devemos ser induzidos ao erro pelo fato de que as restrições à classe alta, a interdependência funcional e a tensão latente entre diferentes estratos na sociedade absolutista fossem menores do que em várias outras sociedades nacionais dos séculos XIX e XX. Em comparação com as limitações funcionais à nobreza guerreira medieval, já eram muito grandes as sofridas pela aristocracia de corte. As tensões sociais, sobretudo entre nobreza e burguesia, assumiram um caráter distinto com o aumento da pacificação da sociedade.

Até a época em que o controle dos instrumentos de violência física — armas e tropas — passou a ser altamente centralizado, as tensões sociais explodiam repetidamente em ações belicosas. Determinados grupos sociais, comunidades de artesãos e seus senhores feudais, cidades e cavaleiros, enfrentavam-se como centros de poder que — o que só Estados fariam mais tarde — teriam que sempre estar dispostos a resolver pela força das armas suas divergências de interesses. Os temores despertados nessa estrutura de tensões sociais ainda podiam ser liberados fácil e freqüentemente pela ação militar e pela força física direta. Com a gradual consolidação dos monopólios de poder e a crescente interdependência funcional entre nobreza e burguesia, tudo isso mudou. As tensões se abrandaram. Só em raras ocasiões eram resolvidas pela violência física. Por isso mesmo, manifestavam-se segundo uma pressão constante, que cada membro individual da nobreza teria que absorver pessoalmente. Com essa transformação nos relacionamentos, os temores sociais deixaram de parecer chamas que rebentam de repente, ardem com intensidade e logo se extinguem, mas apenas para ressurgirem com a mesma rapidez, tornando-se, em vez disso, uma espécie de fogo de monturo, cujas chamas não se vêem e raramente irrompem à vista de todos.

Desse ponto de vista, igualmente, a aristocracia de corte constituiu um tipo de classe alta diferente da classe dos guerreiros livres da Idade Média. Constituiu

a primeira das classes superiores mais limitadas, a que se seguiriam, nos tempos modernos, outras ainda mais agrilhoadas. Estava ameaçada, mais direta e fortemente do que os guerreiros livres, pelas classes burguesas, na base mesma de sua existência social, os privilégios. Já em data tão remota como os séculos XVI e XVII na França, observava-se, entre alguns dos principais grupos burgueses, sobretudo nas altas cortes judiciárias e administrativas, um intenso desejo de se estabelecerem no lugar da nobreza da espada, ou pelo menos a seu lado, como classe superior do país. A política desses estratos burgueses visava principalmente a aumentar seus próprios privilégios a expensas da velha nobreza, embora continuassem — o que dava ao relacionamento entre ambas um caráter peculiarmente ambivalente — ligados à velha nobreza por certo número de frentes sociais comuns. Exatamente por essa razão, os temores que essas tensões incessantes traziam consigo expressavam-se, nesses estratos burgueses, apenas de forma disfarçada, controlada por fortes impulsos do superego. E isso se aplicava ainda mais à nobreza autêntica, que estava na defensiva e na qual o choque da derrota e da perda, que sofrera com a pacificação e sua transformação em elite de corte, há muito tempo mostrava seus efeitos. Os aristocratas de corte, igualmente, tinham que conter com maior ou menor êxito dentro de si mesmos a agitação provocada pelo constante cabo-de-guerra que travavam com os grupos burgueses. Dada essa estrutura de interdependências, a tensão social produzia uma forte tensão *interna* nos membros da classe alta ameaçada. Esses receios mergulhavam em parte, embora nunca inteiramente, nas zonas inconscientes da personalidade, delas reemergindo apenas em forma modificada, como automatismos específicos de autocontrole. Mostravam-se, por exemplo, na particular sensibilidade da aristocracia de corte a tudo o que, mesmo remotamente, ameaçasse os privilégios hereditários em que se baseava sua existência. Manifestavam-se nos gestos carregados de asco diante de tudo o que “cheirasse a burguesia”. E eram em parte responsáveis pelo fato de que a aristocracia de corte era tão mais sensível aos gestos das classes mais baixas do que a nobreza marcial da Idade Média que, rigorosa e enfaticamente, excluía de sua esfera de vida tudo o que fosse “vulgar”. Finalmente, esse medo social que ardia permanentemente em fogo lento constituiu uma das mais poderosas forças motrizes do controle social que todos os membros da classe superior exerciam sobre si mesmos e sobre outros membros do círculo em que viviam. Expressava-se na intensa vigilância com que observavam e poliam tudo o que os distinguia das pessoas de categoria mais baixa; não apenas nos sinais externos de *status*, mas também na fala, nos gestos, nas distrações e maneiras. A pressão constante exercida a partir de baixo e o medo que induzia em cima foram, em uma palavra, algumas das mais fortes forças propulsoras — embora não as únicas — do refinamento especificamente civilizado que distinguiu os membros dessa classe superior das outras e, finalmente, para eles se tornou como que uma segunda natureza.

Isto porque a principal função da aristocracia de corte — a função que desempenhava para o poderoso suserano — era exatamente distinguir-se, conservar-se como uma formação social à parte, um contrapeso à burguesia. Tinha inteira liberdade para gastar o tempo refinando a conduta social distintiva, das

boas maneiras e do bom gosto. Já os estratos burgueses em ação dispunham de menos tempo para aprimorar conduta e gosto, porquanto eram classes profissionais. Não obstante, tiveram também inicialmente por ideal viver como a aristocracia, exclusivamente de pensões, e ganhar acesso ao círculo da corte, que continuava a ser o modelo para grande parte da burguesia ambiciosa. Seus membros se transformaram em "gentis-homens burgueses". Macaqueavam a nobreza e suas maneiras. Mas era exatamente isso o que tornava inúteis os modismos de conduta continuamente aprimorados nos círculos da corte como meios de distinguir-se o indivíduo dos demais, — e por isso os grupos nobres eram forçados a refinar ainda mais a conduta. Repetidamente, costumes antes considerados "refinados" tornavam-se "vulgares". As maneiras eram polidas incessantemente e o patamar do embaraço avançava sem cessar, até que finalmente, com a queda da sociedade de corte absolutista com a Revolução Francesa, esse movimento em espiral chegou ao fim ou, pelo menos, perdeu força. A força motriz que na fase corte impelia a transformação civilizadora da nobreza — e com ela a fronteira da vergonha e da repugnância, como mostraram os exemplos no primeiro volume — era acionada pela maior competição pelos favores do indivíduo mais poderoso dentro do próprio estrato da corte e pela constante pressão que vinha de baixo. Nessa fase, a *circulação de modelos* ocorreu, como resultado da maior interdependência e, portanto, de contactos mais estreitos e mais constante tensão entre as diferentes classes, com uma rapidez muito maior do que na Idade Média. As "boas sociedades" que vieram após a fase de corte entrelaçaram-se, todas elas, direta ou indiretamente, com a rede de ocupações profissionais e, mesmo que uma orientação "cortesã" nunca estivesse inteiramente ausente, esta, nem de longe, exerceu mais a mesma influência. A partir desse momento, as profissões e o dinheiro passaram a ser as principais fontes de prestígio, e a arte, o refinamento da conduta social, deixou de ter para a reputação e o sucesso do indivíduo a importância decisiva que possuía na sociedade de corte.

Em todos os estratos sociais, a área de conduta que tinha importância vital para seus membros era a mais cuidadosa e intensamente trabalhada. A exatidão com que, na sociedade de corte, cada movimento das mãos à mesa, cada detalhe de etiqueta e mesmo modismos de fala eram refinados, correspondia à importância que todas essas funções possuíam para os membros da corte tanto como meios para distingui-los dos inferiores quanto como instrumentos de competição pelo favor real. O fino arranjo da casa ou parque, a ornamentação ostentosa ou intimista — dependendo da moda — dos quartos de dormir, a maneira espirituosa de levar uma conversa ou mesmo um caso amoroso, todos eles eram, na fase de corte, mais que prazeres privados do indivíduo, genuínas exigências vitais da posição social. Eram condições para o respeito dos demais, para o sucesso social que, nessa esfera, desempenhava o mesmo papel que, na sociedade burguesa, o sucesso profissional.

No século XIX, com a gradual ascendência dos estratos econômicos, comerciais e industriais burgueses, e a pressão cada vez maior que eles exerciam devido ao acesso às mais altas posições de poder no Estado, todas essas aptidões deixaram de ocupar lugar fundamental na existência social das pessoas: não eram mais de

importância decisiva para o sucesso ou o fracasso nas lutas por *status* e poder. Outras aptidões lhes tomaram o lugar como aquelas das quais dependiam o sucesso ou o fracasso na vida — aptidões como a proficiência ocupacional, perícia na luta competitiva por oportunidades econômicas, na aquisição ou controle da riqueza sob a forma de capital, ou as qualidades altamente especializadas necessárias para o progresso político nas lutas partidárias ferozes, embora reguladas, que caracterizam uma era de crescente democratização funcional. Muito embora a estrutura de personalidade dos cortesãos fosse, em grande parte, determinada pela necessidade de competir pelas oportunidades de obter *status* e poder dentro dos únicos mecanismos de governo do período, a estrutura da personalidade social dos estratos ascendentes da burguesia era motivada pela competição por maior parcela da crescente riqueza, sob a forma de capital, ou por cargos e posições que dessem a seus ocupantes maiores oportunidades políticas ou administrativas de obter poder. Estas lutas competitivas, e outras correlatas tornaram-se os principais fatores de limitações que deixaram sua marca sobre a personalidade do indivíduo. Mesmo que certos estratos da nova burguesia econômica e política repetidamente criassem "boas sociedades" próprias e em virtude disso desenvolvessem, ou absorvessem, algumas das aptidões mais altamente cultivadas nas sociedades aristocráticas, o padrão de limitações sociais que pautava os membros dessa burguesia era, num aspecto decisivo, diferente dos que vigoravam para os cortesãos e os cavaleiros. A existência social destes últimos não se fundamentava apenas *de facto* numa renda não-produzida pelo trabalho: viver desta e, portanto, sem qualquer ocupação tinha, nesses círculos, um alto valor. Com a ascensão da burguesia econômica e política, mudou esse *ethos* aristocrático. Esperava-se que seus membros, pelo menos os do sexo masculino, trabalhassem para ganhar a vida, mesmo que formassem "boas sociedades" próprias. Formas de sociabilidade, a ornamentação da casa, a etiqueta nas visitas e o ritual à mesa foram, nesse momento, relegados à esfera da vida privada. Estes fatores preservaram sua função vital de forma mais atuante na sociedade nacional em que, a despeito da ascensão burguesa, as formações sociais aristocráticas permaneceram por mais tempo e mais vigorosamente vivas: na Inglaterra. Mas mesmo com o amálgama peculiar que se desenvolveu na Inglaterra com a interpenetração ao longo dos séculos entre os modelos aristocrático e burguês de conduta, traços de classe média gradualmente passaram para o primeiro plano. De modo geral, em todas as sociedades do Ocidente, com o declínio da aristocracia mais pura, quando quer e como quer que isso tenha acontecido, os modos de conduta e formas de afetividade que se desenvolveram foram os necessários ao desempenho de funções produtoras de renda e à execução de um trabalho precisamente regulado. Esse o motivo por que a sociedade burguesa profissional assumiu, em tudo o que dizia respeito à conduta social, o ritual da sociedade de corte, mas sem desenvolvê-lo com a mesma intensidade. E foi também o motivo por que o modelo de controle das emoções avançou nessa esfera apenas lentamente com a ascensão da burguesia profissional. Na sociedade de corte, e em parte na inglesa, também, não existia divisão da vida humana em esferas profissional e privada. Ao se generalizar essa cisão, iniciou-se uma nova

fase no processo civilizador. O modelo de controle de emoções necessário ao trabalho profissional diferia em muitos aspectos do que era imposto pela função de cortesão e pelo jogo da vida na corte. O esforço requerido para a manutenção da existência social burguesa, a estabilidade das funções do superego, a intensidade do controle das emoções e de sua transformação, exigidos pelas funções profissionais e comerciais, foram, em suma, muito maiores, a despeito de um certo relaxamento na esfera das maneiras sociais, do que a correspondente estrutura da personalidade social requerida pela vida do aristocrata de corte. Mais óbvia ainda foi a diferença na regulação das relações sexuais. Não obstante, a modelação aristocrática de corte sobre a personalidade passou, desta ou daquela forma, para a burguesia profissional, e foi ainda mais difundida por esta. Descobrimos essa impregnação de estratos mais amplos por formas de comportamento e controle de paixões, que tinham origem na sociedade cortesã, principalmente em regiões em que as cortes eram numerosas e ricas e, correspondentemente, forte sua influência como formadoras de estilo de vida. Paris e Viena constituíram exemplos disso. Foram sedes das duas grandes cortes absolutistas rivais do século XVIII. Um eco de tudo isso pode ser ouvido ainda hoje não só na reputação de que gozam como centros de "bom gosto" ou de indústrias de luxo, cujos produtos se destinam especialmente ao uso de "mulheres finas", mas mesmo no cultivo de relacionamentos sexuais, no caráter erótico da população, mesmo que a realidade neste particular talvez não seja a mesma que a reputação tão freqüentemente explorada pela indústria cinematográfica.

Sob uma forma ou outra, contudo, os modelos de conduta da *bonne compagnie* cortesã aristocrática penetraram na sociedade industrializada em geral, mesmo nos casos em que as cortes eram menos ricas, poderosas ou influentes. O fato de a conduta dos grupos ocidentais dominantes, o grau e tipo de seu controle de paixões demonstrarem alto grau de uniformidade, a despeito de todas as variações nacionais, foi, em termos gerais, resultado da existência de cadeias de dependência muito entrelaçadas e longas, que ligavam as várias sociedades nacionais do Ocidente. Nesse contexto geral, porém, a fase de monopólios de poder semiprivados e de uma sociedade aristocrática de corte, com sua alta interdependência em toda a Europa, desempenhou um papel especial na modelação da conduta civilizada no Ocidente. Essa sociedade de corte exerceu pela primeira vez, e em forma particularmente pura, uma função que depois se transmitiu em graus variáveis e com numerosas modificações a estratos cada vez mais amplos da sociedade ocidental, a função de uma "boa sociedade", uma classe superior sob pressão de muitos lados, dos monopólios de tributação e força física, por um lado, e pelas classes inferior e média em ascensão, por outro. A sociedade de corte foi realmente a primeira representante de uma forma específica de classe superior que emergiu com mais clareza quanto mais estreitamente, com o aumento da divisão de funções, as diferentes classes sociais se tornaram mutuamente dependentes e maior se tornou o número de pessoas e de áreas geográficas colocadas em tal interdependência. Precisamente essa forma de classe superior predominou, desse momento em diante, nas regiões do Ocidente. E os modelos de autocontrole, desenvolvidos inicialmente na sociedade aristocrática de corte

para a esfera da sociabilidade, foram transmitidos de uma classe a outra, ajustados e modificados, tal como a própria função de classe superior. A herança da sociedade aristocrática teve maior ou menor importância, conforme seu caráter como "boa sociedade" tenha desempenhado um papel maior ou menor para a classe ou nação. Como dissemos, isso aconteceu em grau variável no tocante a classes cada vez maiores e, finalmente, nações inteiras do Ocidente, sobretudo aquelas nações que, tendo criado fortes instituições centrais, logo se tornaram potências coloniais. Nelas houve um aumento — sob pressão da integração social corporificada na intensidade da concorrência dentro da própria classe alta e na necessidade de preservar seu alto padrão de vida e prestígio perante os estratos mais baixos — de um tipo de controle social específico, de sensibilidade ao comportamento de outros membros da própria classe, de autocontrole individual e de força do "superego" individual. Dessa maneira, modos de conduta da classe superior aristocrática de corte fundiram-se com os dos vários estratos burgueses, à medida que estes subiam para a posição da primeira. A *civilité* foi incorporada e perpetuada — com certas modificações, dependendo da situação de seu novo hospedeiro — no que, nesse momento, era chamado de "civilização", ou mais precisamente, de "conduta civilizada". Assim, a partir do século XIX, essas formas civilizadas de conduta se disseminaram pelas classes mais baixas, em ascensão, da sociedade do Ocidente e pelas diferentes classes nas colônias, amalgamando-se com padrões nativos de conduta. Toda vez que isso acontecia, a conduta da classe superior e dos grupos em ascensão se interpenetrava. O padrão de conduta da classe em ascensão, seus tipos de comando e proibições, refletiam em sua estrutura a história da elevação dessa classe. Assim aconteceu que o "padrão típico de controle de paixões e conduta" das diferentes nações-estado industrializadas, seu "caráter nacional", ainda representam a natureza das anteriores relações de poder entre nobreza e burguesia e o curso de lutas entre elas, que duraram séculos, das quais um tipo específico de grupos de classe média finalmente emergiu, durante algum tempo, como o sistema dominante. Dando um único de muitos exemplos, o código nacional de conduta e controle de paixões vigente nos Estados Unidos apresenta maior grau de características de classe média do que — a despeito de numerosas similaridades — o correspondente código inglês. Na elaboração do código inglês, aspectos de origem aristocrática fundiram-se com os provenientes da classe média — e isto é compreensível, uma vez que, no desenvolvimento da sociedade inglesa, podemos observar um processo contínuo de assimilação, no correr do qual modelos da classe superior (especialmente o código de boas maneiras) foram adotados em forma modificada por elementos da classe média, enquanto aspectos desta (como, por exemplo, elementos do código de moral) eram aceitos por elementos da classe alta. Por isso mesmo, quando, no século XIX, aboliu-se a maioria dos privilégios aristocráticos e a Inglaterra, com o aparecimento da classe operária industrial, tornou-se uma nação-estado, o código nacional de conduta do país e o controle das paixões mostraram, com grande clareza, o caráter gradual da solução dos conflitos entre as classes alta e média sob a forma, em curtas palavras, de uma fusão peculiar entre um código de boas maneiras e outro de moral. Processos

análogos foram mostrados no Capítulo Um, do Volume 1 deste estudo, com exemplos das diferenças entre os caracteres nacionais alemão e francês. Não seria difícil citar outros a respeito do caráter nacional de outras nações européias.

Em ambos os casos, as ondas de expansão dos padrões de conduta civilizada para uma nova classe fizeram-se acompanhar do aumento do poder social da mesma e da elevação do seu padrão de vida ao da que estava acima, ou pelo menos nessa direção. Classes que vivem permanentemente em perigo de morrer de fome ou de serem exterminadas por inimigos dificilmente podem desenvolver-se ou manter essa autodisciplina estável, característica dos tipos mais civilizados de conduta. Para isso é necessário instilar e manter uma agência de superego mais estável, um padrão de vida relativamente alto e um grau bem elevado de segurança.

Por mais complexa que possa parecer, à primeira vista, a influência dos processos entrelaçados, dentro dos quais a civilização da conduta e da experiência ocorreu nas sociedades européias, as conexões básicas são muito claras. Todas as distintas tendências mencionadas até agora, como, por exemplo, a lenta elevação dos padrões de vida de grandes segmentos da população, a maior dependência funcional da classe superior, ou a crescente estabilidade instaurada pelos monopólios centrais, todas elas foram parte e consequência de uma divisão de funções que progrediu ora mais ora menos rapidamente. Com a divisão de funções, aumentou a produtividade do trabalho. A maior produtividade era pré-condição para a elevação dos padrões de vida de classes que cresciam em número; com a divisão de funções, acentuou-se a dependência das classes superiores; e só num estágio muito adiantado dessa divisão de funções é que, finalmente, tornou-se possível a formação de monopólios mais estáveis de força física e tributação, dotados de administrações altamente especializadas, isto é, a formação de Estados no sentido ocidental da palavra, através dos quais a vida do indivíduo ganhou, aos poucos, maior "segurança". O aumento da divisão de funções, porém, colocou também maior número de pessoas, e áreas habitadas sempre maiores, em dependência recíproca, exigiu e instilou maior contenção no indivíduo, controle mais rigoroso de suas paixões e conduta, e determinou uma regulação mais estrita das emoções e — a partir de determinado estágio — um autocontrole ainda maior. Esse é o preço, se podemos chamá-lo assim, que temos que pagar por nossa maior segurança e vantagens correlatas.

Além disso — e isto foi de importância decisiva para o padrão de civilização de nossos dias — o comedimento e o autocontrole característicos de todas as fases de civilização resultaram até agora não apenas da necessidade de cada indivíduo cooperar incessantemente com muitos outros, mas também, em não menor grau, da divisão da sociedade em classes superiores e inferiores. O tipo de comedimento e modelação de paixões gerado em membros das classes superiores recebeu sua marca especial principalmente das tensões que perpassavam a sociedade. A formação do ego e superego dessas pessoas refletiu simultaneamente a competição dentro de sua própria classe e as pressões constantes que vinham de baixo, produzidas, em forma sempre mutável, pela divisão de funções, que avançava. A força das restrições sociais e as muitas contradições nelas existentes, às quais estava sujeito o comportamento de cada

membro individual da classe alta do Sistema, e que eram representados por seu próprio "superego", não foi determinada exclusivamente pelo fato de se tratar de um controle exercido por competidores, alguns deles até mesmo em livre competição, mas, acima de tudo, pelo fato de que os membros concorrentes dos grupos tradicionais tinham que fazer causa comum em seus esforços para preservar o prestígio que os distinguiu e seu *status* elevado contra aqueles que pressionavam a partir de baixo — e que eram ainda, mais ou menos, *outsiders*. Com grande frequência, nessas condições, a preservação do *status* elevado e das características de personalidades que os distinguiam dos demais exigia uma forma de espírito de previsão, autocontrole e prudência inçados de ansiedades.

Se acompanhamos os delineamentos desses processos ao longo dos séculos, percebemos uma clara tendência para igualar padrões de vida e conduta e nivelar contrastes. Em todas as ondas de expansão que ocorreram quando o modo de conduta de um pequeno círculo se difundiu por classes mais numerosas em ascensão, duas fases podiam ser claramente distinguidas: uma fase de colonização, ou assimilação, na qual a classe mais baixa e numerosa era ainda claramente inferior e estava pautada pelo exemplo do grupo superior tradicional que, intencionalmente ou não, saturou-a com seu próprio padrão de conduta, e uma segunda fase, de repulsão, diferenciação ou emancipação, na qual os grupos em ascensão aumentam perceptivelmente seu poder social e autoconfiança, enquanto o grupo superior é forçado a uma maior moderação e isolamento, e tornam-se maiores os contrastes e tensões na sociedade.

Neste caso, como sempre, ambas as tendências, igualação e diferenciação, atração e repulsão, estão presentes nas duas fases, e essas relações, também, são fundamentalmente ambivalentes. Na primeira fase, porém, que em geral é aquela em que indivíduos ascendem da classe mais baixa para a superior, a tendência desta última a colonizar a primeira e da primeira a copiar a segunda é mais pronunciada. Na segunda fase, em que o poder social do grupo inferior está aumentando, enquanto declina o do grupo superior, a autoconsciência de ambos aumenta com a rivalidade, com a tendência de enfatizar diferenças e — no que interessa à classe superior — consolidá-las. Os contrastes entre as classes aumentam e fica mais alto o muro a separá-las.

Em fases do primeiro tipo, fases de assimilação, numerosos membros da classe inferior em ascensão, ainda que com grande relutância, tornam-se dependentes da classe superior não só em sua existência social mas também em conduta, idéias e ideais. Frequentemente, embora nem sempre, são ainda bisonhos em muitas áreas nas quais os membros da classe superior apresentam-se muito desenvolvidos, e ficam tão impressionados, em sua inferioridade social, com o controle de paixões e o código de conduta da classe alta que tentam controlar suas emoções de acordo com o mesmo padrão. Neste caso, encontramos uma das características mais notáveis do processo civilizador: os membros da classe em ascensão desenvolvem em si mesmos um "superego" modelado na classe superior, colonizadora. Mas, examinando-se mais atentamente o assunto, nota-se que esse superego é, em muitos aspectos, diferente do modelo. É menos equilibrado e, em consequência, muito mais rigoroso. Frequentemente, revela o esforço imenso que a ascensão social do indivíduo exige e mostra igualmente a

constante ameaça vinda tanto de baixo quanto de cima, o fogo cruzado que procede de todas as direções, a que o indivíduo fica exposto em sua progressão social. A assimilação total a um grupo mais alto só em casos muito excepcionais se dá numa única geração. Na maioria das pessoas originárias dos grupos inferiores que aspiram a ascender, o esforço inevitavelmente redundando em deformações específicas de consciência e atitude. Elas são conhecidas no Oriente e nas colônias como "Levantinismo" e, nos círculos pequeno-burgueses da sociedade ocidental, podem ser encontrados com frequência sob a forma de "mela educação", a pretensão do indivíduo de ser o que não é, a insegurança no gosto e na conduta, a "vulgaridade" não só no mobiliário da casa e nas roupas, mas também na mente, tudo isso expressando uma situação social que dá origem a um intenso anseio de imitar modelos de um grupo social mais alto. A tentativa fracassa. Continua claramente a constituir uma imitação de modelos importados. A educação, os padrões de vida e os temores dos grupos em ascensão e da classe alta são, nessa fase, ainda tão diferentes que a tentativa dos primeiros de alcançar o *aplomb* da segunda resulta, na maioria dos casos, numa peculiar contrafação e incongruidade de comportamento que, ainda assim, ocultam uma autêntica desolação, o desejo de escapar da pressão de cima e do senso de inferioridade. A construção do superego de acordo com modelos da classe superior gera também, na classe em ascensão, uma forma específica de vergonha e embaraço, mas que é muito diferente das sensibilidades de grupos inferiores que não têm probabilidade de ascensão individual. O comportamento deles pode ser mais tosco, mas é também mais uniforme e de certa maneira mais inteiriço. Vivem mais vigorosamente em seu próprio mundo, sem qualquer reivindicação ao prestígio da classe superior e, por conseguinte, com maior liberdade para liberar paixões. Vivem, em suma, mais plenamente, de acordo com suas próprias maneiras e costumes. Sua inferioridade perante a classe superior, seus gestos de subordinação e resistência, são claros e relativamente públicos, como também suas paixões, expressadas através de formas claras, definidas. Em sua consciência, eles e as outras classes têm, para o que der e vier, claramente definidas suas posições.

Em contraste, os sentimentos e gestos de inferioridade de pessoas que sobem socialmente como indivíduos tomam sua coloração específica do fato de que elas se identificam, até certo ponto, com a classe superior. Apresentam a mesma estrutura que foi descrita antes no caso dos sentimentos de vergonha: pessoas nessa situação aceitam numa parte de sua consciência as normas e maneiras da classe superior como compulsórias para si mesmas, sem serem capazes de adotá-las com a mesma facilidade e naturalidade. É essa peculiar contradição entre a classe alta que existe dentro de si mesmos, representada pelo próprio superego, e a incapacidade de cumprir-lhe as exigências, é essa constante tensão interior que lhes dá à vida afetiva e conduta o caráter específico.

Ao mesmo tempo, a tribulação em que vivem mostra, de um novo ângulo, a importância que um código de maneiras rigoroso tem para a classe superior. Ele é um instrumento de prestígio, mas também — em certa fase — um instrumento de poder. Não é das menores características da estrutura da sociedade ocidental que o lema de seu movimento colonizador seja "civilização". Para os membros

de uma sociedade em que é grande a divisão de funções não basta simplesmente governar indivíduos e países subjugados pela força das armas, como se formassem uma casta guerreira, embora os velhos e simples objetivos da maioria dos antigos movimentos expansionistas — a expulsão de outros povos de suas terras, a aquisição de novos solos para cultivo e assentamento — indubitavelmente tenham desempenhado um papel nada pequeno na expansão do Ocidente. Mas a necessidade não é só de terras, mas também de pessoas. Elas têm que ser integradas, seja como trabalhadores seja como consumidores, na teia do país hegemônico, de classe superior, com sua diferenciação altamente desenvolvida de funções. Isto, por seu turno, exige certa elevação dos padrões de vida e o cultivo do autocontrole e das funções do superego nos povos submetidos, de acordo com os modelos ocidentais: exige, em suma, "civilizar" os colonizados. Da mesma forma que não foi possível no próprio Ocidente, a partir de certo estágio de interdependência, governar as pessoas exclusivamente pela força e ameaças físicas, assim tornou-se necessário, para manter um império que ultrapassou o estágio da mera plantação, governar as pessoas, em parte, através de si mesmas, através da modelação de seu superego. Nas relações nativos-estrangeiros* desse tipo podemos observar características semelhantes, embora, claro, não-identicas, àquelas que se encontram entre classes sociais num estágio comparável de desenvolvimento. Podemos notar, por exemplo, características de uma forma primitiva de ascensão, não ainda do grupo nativo como um todo, mas de alguns de seus membros. Eles absorvem o código dos grupos superiores e passam, assim, por um processo de assimilação. Seu controle de paixões, sua conduta, obedecem às regras dos grupos superiores. Parcialmente, identificam-se com eles e mesmo que a identificação possa revelar fortes ambivalências, ainda assim sua própria consciência, a instância do superego, segue mais ou menos o modelo dos grupos superiores. Pessoas nessa situação tentam reconciliar e fundir esse padrão, o padrão das sociedades civilizadas do Ocidente, com os hábitos e tradições de sua própria sociedade, com maior ou menor grau de sucesso.**

* Literalmente, "established" (como em poder *estabelecido*, ou vigente) e "outsiders" (estrangeiros, no sentido dos que são de fora de um grupo dominante). (RJR)

** Enquanto revisava esta tradução com meu amigo Johan Goudsblom, tive, repetidamente, que resistir à tentação de mudar o texto original, de acordo com o atual estado de meus conhecimentos. A tentação tornou-se especialmente forte quando chegamos aos problemas de unidades sociais em ascensão, discutidos nestas páginas, e à influência que a ascensão social, ou alternativamente, a hegemonia social, exerce sobre o código social das mesmas, especialmente sobre as restrições inerentes a este. Os problemas discutidos acima formam atualmente parte de uma teoria de nativos-estrangeiros. Nem todas as formas de opressão social de um grupo por outro assumem a forma de relações de classe. No presente, tenta-se freqüentemente utilizar o aparato conceitual desenvolvido a propósito das relações de classes para cobrir todas as formas de opressão de grupo ou, alternativamente, de emancipação de grupos. Não obstante, o modelo de classe é limitado demais. Precisamos de um conceito geral mais amplo para levar em conta as variedades de opressão e ascensão de grupos. Julguei útil utilizar o termo "relação nativos-estrangeiros" como um conceito mais abrangente. Com sua ajuda, podemos analisar mais claramente os aspectos comuns da dominação e sujeição de grupos, bem como as características próprias de cada tipo particular. (Nota do autor à tradução inglesa.)

A fim de observar esses processos, porém, não precisamos ir muito longe. Uma fase bem parecida se encontra na ascensão da própria burguesia ocidental: a fase cortesã. Neste caso, também, inicialmente a mais alta aspiração de muitos membros dos grupos principais da burguesia era comportar-se e viver como nobres. No íntimo, reconheciam a superioridade da conduta aristocrática de corte. Procuravam moldar e controlar sua vida de acordo com esse modelo. O diálogo sobre a fala correta do burguês num círculo cortesão, a que nos referimos, constitui bom exemplo disso. Na história da língua alemã, essa fase cortesã da burguesia é claramente assinalada pela conhecida tendência dos oradores e escritores a inserir uma palavra francesa a cada três ou quatro alemãs, se é que não preferiam usar diretamente o francês, a língua das cortes da Europa. Nobres, e mesmo burgueses que eram membros dos círculos cortesãos, freqüentemente faziam troça de outros burgueses que tentavam, sem sucesso, agir de forma "refinada" ou cortesã.

À medida que crescia o poder da burguesia, desaparecia também a zombaria. Cedo ou tarde, todas as características da segunda fase da elevação social passaram a primeiro plano. Grupos burgueses enfatizavam cada vez mais sua auto-imagem especificamente burguesa: opunham, com autoconfiança crescente, seus códigos de maneiras aos da aristocracia de corte. Dependendo da situação específica de cada um, contrastavam o trabalho com a indolência aristocrática, a "natureza" com a etiqueta, o cultivo da cultura e da moral com o das boas maneiras e da boa conversa, para nada dizer da exigência burguesa especial de controle dos principais monopólios centrais, de uma nova estrutura para administração da tributação e do exército. Acima de tudo, contrapunham sua "virtude" à "frivolidade da corte". A regulação das relações sexuais, as restrições que envolviam a esfera sexual da vida da libido, eram muito mais rigorosas nas classes média e ascendentes burguesas, de conformidade com sua posição profissional, do que na classe superior da aristocracia de corte e, mais tarde, mais fortes naquelas do que nos grupos de alta burguesia que tivessem assumido a condição de classe alta. Mas por mais violenta que essa oposição possa ter sido durante a fase da luta social, por maior que fosse a emancipação das burguesias dos modelos e da predominância da nobreza, o código de conduta que os principais grupos burgueses formularam quando, finalmente, assumiram as funções de classe superior foi, devido à fase precedente de assimilação, o produto de um amálgama de códigos da velha e da nova classes superiores.

A linha principal seguida por esse movimento de civilização — as ascensões sucessivas de grupos cada vez maiores — foi a mesma em todos os países do Ocidente e começa a sê-lo em partes cada vez maiores em outros quadrantes. E semelhante, também, foi a regularidade estrutural subjacente à mesma, a crescente divisão de funções sob pressão da competição, a tendência a uma maior dependência recíproca de todos, que, a longo prazo, não permitiu a grupo algum obter maior poder social do que outros e acabou com os privilégios hereditários. Os processos de livre competição seguiram também um curso semelhante: inclinaram-se para a formação de monopólios controlados por poucos e, finalmente, culminaram na passagem do controle para as mãos de classes mais

numerosas. Nesse estágio da luta da burguesia contra os privilégios dos nobres, isso emergiu com grande clareza na "nacionalização" dos monopólios da tributação e da força, previamente administrados no interesse de círculos muito pequenos. Tudo isso seguiu o mesmo curso, cedo ou tarde, tomando um caminho ou outro, em todos os países interdependentes do Ocidente. Nesse contexto comum de similaridades básicas, porém, cada país desenvolveu características estruturais próprias. Correspondendo a estruturas sociais diferentes, surgiram padrões específicos de regulação de emoções, de estruturação da economia das paixões e de superego que finalmente emergiram nas várias nações.

Na Inglaterra, por exemplo, onde a fase absolutista de corte foi relativamente curta, e ocorreram mais cedo os contactos e alianças entre círculos urbanos burgueses e a nobreza fundiária, o amálgama dos padrões de comportamento das classes alta e média se deu gradualmente, durante um período longo. A Alemanha, por outro lado — que, devido à falta de centralização e à Guerra dos Cem Anos que dela resultou, continuou relativamente pobre, com um baixo padrão de vida, por muito mais tempo do que seus vizinhos — passou por uma fase extraordinariamente longa de absolutismo, com grande número de cortes pequenas que mal se poderiam dizer luxuosas e, também por falta de centralização, só chegou à fase de expansão externa, colonial, relativamente tarde e de maneira incompleta. Por todas essas razões, as tensões internas, o isolamento da aristocracia em relação à burguesia, foram nela muito mais fortes e duradouros e difícil o acesso dos grupos burgueses aos monopólios centrais. Na Idade Média, seus grupos urbanos burgueses foram, durante algum tempo, política e economicamente mais poderosos, independentes e autoconfiantes do que em qualquer outro país da Europa. O choque de seu declínio político e econômico foi, por isso mesmo, mais pesado. Ainda que tradições especificamente burguesas se tivessem desenvolvido mais cedo, em forma especialmente pura em muitas regiões germânicas, dado que as formações sociais urbanas antes haviam sido tão ricas e independentes, nesse momento elas persistiam como tradições especificamente burguesas porque seus representantes eram pobres e socialmente impotentes. E, em consequência, só bem tarde os círculos burgueses e nobres se interpenetraram e foram fundidos seus modos de conduta. Durante longo período, os códigos de ambas as classes persistiram sem ligações entre si, justapostos. E porque, durante todo esse período, as posições-chave foram monopólio da nobreza, a habituação a uma autoridade estatal externa forte impregnou profundamente a burguesia. Enquanto na Inglaterra, devido à sua situação de ilha¹⁵², durante longo período nem exército nem força policial centralizada desempenharam qualquer grande papel na modelação da população, embora a Marinha de Guerra o fizesse até certo ponto, na Prússia/Alemanha, com suas longas e vulneráveis fronteiras terrestres, o exército, comandado pela nobreza, por classes privilegiadas, foi, como também a força policial poderosa, da mais alta importância para a estrutura da personalidade social do povo. Essa estrutura de monopólio de força física, contudo, não compeliu pessoas isoladas a adotarem o mesmo tipo de autocontrole que na Inglaterra. Não forçou os indivíduos a se integrarem em relações de "trabalho de equipe", baseadas em alto grau de autocontrole individual e sincronização com outras

peças. Em vez disso, habituou os homens, desde a infância, num grau muito mais alto, a uma ordem rigorosa de superioridade e inferioridade, a uma ordem de obediência e comando em vários níveis. Compreensivelmente, esse tipo de controle estatal e o emprego nele do monopólio de força física foram menos capazes de transformar os controles exercidos através de terceiras pessoas (ou controles externos) em autocontrole. Faltou também na Alemanha, por muito tempo, uma função específica que em alguns outros países, sobretudo na Inglaterra, realçou nas classes nobre e burguesa um espírito de previsão comum e um padrão análogo de autocontrole bastante desenvolvido: a função central, como classe superior de um império colonial, numa rede muito extensa de interdependências. Na Alemanha, esse controle das paixões no indivíduo se conservou muito dependente de um forte poder estatal e externo. O equilíbrio emocional, o autocontrole do indivíduo, eram postos em risco se faltava esse poder externo. Geração após geração, reproduziu-se nas massas burguesas um superego que estava disposto a renunciar, em favor de um círculo social separado e mais elevado, ao tipo específico de capacidade de previsão exigido pelo governo e organização da sociedade em geral. Mostramos no início deste estudo que essa situação levou, logo no começo da ascensão da burguesia, a um tipo muito específico de auto-imagem, a uma abstenção¹⁵³ de tudo o que tinha a ver com a administração dos monopólios de poder, e a um cultivo da vida interior e uma exaltação das realizações espirituais e culturais a um lugar especial na tábua de valores.

Mostramos também que o movimento correspondente tomou rumo diverso na França. Aqui, de forma mais contínua do que em qualquer outro país da Europa, desde os começos da Idade Média, círculos cortesãos foram se formando, inicialmente por grupos *courtois* e mais tarde por cortes cada vez maiores, até que finalmente a competição entre os muitos senhores feudais culminou na formação de uma corte real única, poderosa e rica, para a qual fluíam impostos de todo o território. Em consequência, muito cedo uma política econômica centralmente controlada se adotou. Embora ela servisse primariamente aos interesses do suserano monopolista e a seu desejo de maximizar a receita fiscal, ainda assim ela promoveu o desenvolvimento do comércio e o surgimento de ricas classes burguesas. Dessa maneira, já em tempos remotos houve contactos entre a burguesia em ascensão e os aristocratas da corte, com sua constante necessidade de dinheiro. Ao contrário de muitos domínios absolutistas relativamente pequenos e mediocrementemente dotados, o regime rico, centralizado, do absolutismo francês fomentou a transformação geral de restrições externas em auto-restrições e a fusão de padrões de conduta aristocráticos de corte com os burgueses. E quando, ao fim dessa fase, se completou a ascensão a partir de baixo, e com ela a nivelção e igualação dos padrões sociais característicos de toda essa fase do processo civilizador, quando a nobreza perdeu seus direitos hereditários e *status* como classe superior separada, e os grupos burgueses lhe assumiram as funções, estes mantiveram, como resultado da longa interpenetração precedente, os modelos, os padrões de controle de emoções e as formas de conduta da fase cortesã, de uma forma mais constante e invariável do que qualquer outra classe burguesa da Europa.

VIII

Conclusão

Se analisamos em sua totalidade esses movimentos do passado, o que vemos é uma mudança em direção bem-definida. Quanto mais profundamente penetramos na riqueza de fatos particulares a fim de descobrir a estrutura e regularidades do passado, mais solidamente emerge um contexto firme de processos dentro dos quais são reunidos os fatos dispersos. Da mesma forma que, no passado, quem observava a natureza, após seguir numerosas hipóteses que em nada deram, gradualmente começou a distinguir uma visão coerente dela tomando forma diante de seus olhos, hoje os fragmentos do passado humano reunidos em nossa mente e em nossos livros pelo trabalho de muitas gerações, começam, aos poucos, a se encaixar num quadro consistente da história e do universo humano em geral. A contribuição aqui dada a esse quadro será brevemente sumariada de um ponto de vista específico, o de nossos próprios dias. Isso porque o perfil das passadas mudanças no tecido social se torna mais visível quando visto contra os eventos de nossa própria época. Neste caso, também, como tão freqüentemente acontece, o presente ilumina a compreensão do passado e a imersão neste ilumina o presente. Em muitos aspectos, a dinâmica do entrelaçamento observada em nossos dias, com seus numerosos altos e baixos, representa a continuação, no mesmo rumo, de movimentos e contramovimentos de mudanças antigas na estrutura das sociedades do Ocidente.

No ponto da desintegração máxima do sistema feudal no Ocidente, conforme mostramos,¹⁵⁴ entrou em ação uma certa dinâmica de entrelaçamento social que tendeu a integrar unidades cada vez maiores. Da concorrência de pequenos domínios, de territórios, estes mesmos formados nas lutas entre unidades de sobrevivência ainda menores, umas poucas, e finalmente uma única, lentamente despontou como vitoriosa. O vencedor plasmou o centro em torno do qual novos e maiores domínios foram integrados. Formou o centro monopolista de uma organização estatal, no contexto da qual muitas das regiões e grupos que competiam livremente gradualmente se aglutinaram numa sociedade mais ou menos unificada e equilibrada, de uma ordem mais alta de magnitude.

Atualmente, esses Estados, por seu lado, formam equilíbrios de poder entre as unidades sobreviventes, que competem livremente entre si. Esses Estados, também, sob a pressão das tensões da competição, que mantêm toda a nossa sociedade no eterno fermento dos conflitos e crises, agora se vêm, por sua vez, forçados a entrar mais claramente em oposição mútua. Mais uma vez, numerosos domínios rivais estão tão estreitamente entrelaçados que aquele que permanecer imóvel, que não se tornar mais forte, corre o risco de se enfraquecer e tornar-se dependente de outros Estados. Como em todos os sistemas de equilíbrio com competição crescente e sem um monopólio central, os poderosos Estados que formam os principais eixos de tensão no sistema pressionam-se mutuamente numa espiral incessante, a fim de ampliar e fortalecer seu poder. A luta pela supremacia

e, destarte, sabendo-se disso ou não, para a formação de monopólios sobre áreas ainda mais vastas, já está em pleno andamento. E se no presente o que está em jogo é a supremacia sobre continentes, já se notam sinais claros, concomitantes com a interdependência de áreas cada vez maiores, de lutas pela supremacia num sistema que envolve toda a terra habitada.

No presente como no passado, a dinâmica da interdependência, mencionada tantas vezes nestas indagações, mantém o homem em movimento e pressiona na direção de mudanças em suas instituições e, na verdade, na estrutura global de suas configurações. A experiência de nossos dias refuta também a idéia que dominou o pensamento do homem durante mais de um século, a idéia de que um sistema equilibrado de unidades em livre competição — Estados, empresas, artesãos, o que quer que seja — possa ser mantido indefinidamente nessa situação de equilíbrio precário. Hoje como antes, essa situação de competição isenta de monopólio está sendo empurrada para a formação dos mesmos. A razão por que esse equilíbrio é tão instável, e tão alta a probabilidade de seu desmoronamento, foi mostrada na análise da dinâmica da competição e monopolização feita acima.¹⁵⁵

Hoje, tanto quanto antes, não são apenas as metas e pressões “econômicas”, nem tampouco apenas os motivos políticos, que constituem as principais forças motrizes das mudanças. Nem a aquisição de “mais” dinheiro ou “mais” poder econômico é a meta real da rivalidade entre Estados ou da ampliação do âmbito do Estado, nem a aquisição de maior poder político e militar constitui simplesmente uma máscara, um meio para atingir a meta econômica. Os monopólios de violência física e dos meios econômicos de consumo e produção, sejam coordenados ou não, estão inseparavelmente interligados, sem que um deles jamais seja a base real e o outro meramente uma “superestrutura”. Juntos, eles geram tensões específicas em pontos particulares no desenvolvimento da estrutura social, tensões que pressionam no sentido de sua transformação. *Juntos, formam o cadeado que liga a corrente que agrilha homens entre si.* Em ambas as esferas de aglutinação humana, a política e a econômica, estão em funcionamento os mesmos mecanismos, em permanente interdependência. Da mesma maneira que a tendência do grande comerciante a ampliar sua empresa tem origem, em última análise, em tensões que se manifestam em toda a constelação humana da qual faz parte, e acima de tudo no perigo de menor controle e perda de independência, se uma firma rival crescer mais do que a sua, os Estados em competição se empurram cada vez mais para o alto na espiral competitiva, sob a pressão de tensões imanentes a toda a estrutura que formam. Numerosas pessoas podem desejar pôr fim a esse movimento em espiral, ao rompimento do equilíbrio entre competidores “livres” e às lutas e mudanças que esse desmoronamento acarreta. No curso da história humana até agora, as limitações impostas pela aglutinação de seres humanos a longo prazo sempre foram mais fortes do que esses desejos. Atualmente, as relações internacionais, ainda não reguladas por um monopólio abrangente de força, estão sendo empurradas, mais uma vez, na direção desses monopólios e, assim, para a formação de domínios de uma nova ordem de magnitude.

Precursos dessas unidades hegemônicas, como Estados aliados, impérios e ligas de nações certamente já existem. E todos eles são relativamente instáveis. Como antes, nos séculos de lutas entre domínios territoriais, hoje ainda não se resolveu, na luta entre os Estados, nem é possível resolver, por ora, onde ficarão os centros e as fronteiras das unidades hegemônicas mais amplas do futuro. Como antes, é impossível predizer quanto tempo será necessário para que essa luta, com seus muitos avanços e recuos, tenha finalmente sua conclusão. E como os membros das unidades menores, cujas lutas lentamente geraram os Estados, nós, também, pouco mais temos que uma idéia vaga da estrutura, organização e instituições das unidades maiores para as quais tendem as ações, saibam-no ou não os atores.¹⁵⁶ Só uma coisa é certa: a direção para a qual tende a integração do mundo moderno. A tensão competitiva entre os Estados, dadas as pressões que nossa estrutura social encerra, só pode ser resolvida após uma longa série de provas de força, violentas ou não-violentas, ter estabelecido monopólios de força e organizações centrais em domínios mais vastos, dentro dos quais muitos menores, os “Estados”, possam crescer juntos numa unidade mais equilibrada. Neste particular, na verdade, as forças irresistíveis do entrelaçamento social conduziram à transformação da sociedade do Ocidente numa única e mesma direção desde a época da máxima desintegração feudal até o presente.

O caso é muito parecido no tocante a numerosos outros movimentos do “presente”. Todos eles são vistos sob uma nova luz, quando considerados como momentos naquela corrente que ora chamamos de “passado” ora, de “história”. Até mesmo dentro das unidades hegemônicas de hoje vemos certo número de lutas competitivas isentas de monopólio. Mas, em muitos lugares, essa livre competição está chegando à fase final. Em toda parte, nessas lutas travadas com armas econômicas, organizações monopolistas privadas já estão sendo formadas. E como antes, na formação dos monopólios da tributação e da força física nas mãos de dinastias isoladas, já eram discerníveis as forças irresistíveis que finalmente levaram à ampliação do controle, fosse subordinando o executivo do monopólio a um legislador eleito ou através de qualquer outra forma de “nacionalização”, em nossos dias já entrevemos a dinâmica configuracional imanente em ação, reduzindo a possibilidade de controle privado dos monopólios “econômicos” recentes e aproximando mais sua estrutura das antigas, de modo que é provável que eles finalmente se inclinem para a integração de ambos.

O mesmo se pode dizer a respeito das demais tensões que provocam mudanças nas diferentes unidades hegemônicas, as tensões entre pessoas que controlam diretamente certos instrumentos do monopólio como propriedades hereditárias e aquelas excluídas de tal controle e que participam de competição sem liberdade, dependendo todos das oportunidades distribuídas pelos controladores do monopólio. Aqui, encontramos-nos mais uma vez em meio a um arranco histórico que, como uma grande onda de uma maré que avança, absorve as ondas menores que a precederam e as levam mais longe na mesma direção. Na análise do mecanismo do monopólio, mostramos em termos mais gerais¹⁵⁷ como e por que, na tensão entre os que os controlam e os que os servem, o equilíbrio, em certo grau da pressão total, tende a ser mais ou menos rapidamente perturbado. Mostramos que

movimentos rápidos nessa direção ocorriam já num período antigo da sociedade ocidental. Encontramo-los, por exemplo, no processo de feudalização, mesmo que este envolvesse apenas uma mudança dentro da própria classe alta. Essa mudança, além disso, em favor de muitos a expensas de poucos, provocou, como resultado do baixo grau de divisão de funções, a desintegração do controle sobre as oportunidades monopolizadas e a decadência dos centros monopolistas.

Aumentando a divisão de funções, e com ela a interdependência mútua de todas, esse tipo de mudança no equilíbrio de poder não se expressou mais pela tendência de dispersar oportunidades monopolizadas entre numerosos indivíduos, mas pela tendência de controlar os centros monopolistas e as oportunidades que eles distribuíam de maneira diferente. A primeira grande fase de transição desse tipo, a luta das classes burguesas pelo controle dos velhos centros monopolistas, controlados pelos reis e, em parte, pela aristocracia como propriedade hereditária — os primeiros monopólios completos dos tempos modernos — mostra isso com grande clareza. Por muitas razões, é mais complexo em nossos dias o modelo de classes em ascensão. Uma das razões é que hoje se tornou necessário lutar não só pelos velhos centros monopolistas de tributação e violência física, ou apenas pelos monopólios econômicos recentes ainda em processo de formação, mas pelo controle simultâneo de ambos. O tipo elementar de forças em ação neste particular, porém, é muito simples, mesmo neste caso: toda oportunidade de criação de monopólio limitada pela hereditariedade a certas famílias gera tensões e desproporções específicas na sociedade interessada. Tensões desse tipo tendem para uma mudança de relações e, por isso, de instituições em todas as sociedades, embora, quando a diferenciação é baixa e, especialmente, quando a classe superior consiste de guerreiros, elas freqüentemente permaneçam sem solução. Sociedades com uma divisão de funções altamente desenvolvida são muito mais sensíveis às desproporções e disfunções ocasionadas por essas tensões, cujos efeitos são permanentemente sentidos em toda a sociedade. Embora, nessas sociedades, possa haver mais de uma maneira pelas quais as tensões podem ser conciliadas e removidas, a *direção* a que tendem para se transcenderem é predeterminada pelo modo como vieram a surgir, por sua gênese. As tensões, desproporções e disfunções resultantes do controle monopolista de oportunidades, no interesse de alguns, só podem ser resolvidas pela destruição desse controle. O que não se pode saber de antemão, porém, é quanto tempo vai durar a luta que se seguirá.

Alguma coisa muito parecida, finalmente, está acontecendo em nosso tempo com a conduta das pessoas e com toda a estrutura de sua personalidade. No curso deste estudo, tentamos demonstrar em detalhe esses fatos e como a estrutura das funções psicológicas, o modelo específico de controle do comportamento num período dado, vincula-se à estrutura das funções sociais e à mudança nos relacionamentos entre as pessoas. Acompanhar detalhadamente essas conexões em nossa época é uma tarefa ainda por se realizar. Mas os pontos mais gerais podem ser rapidamente esclarecidos. As forças estruturais que atuam tão visivelmente hoje para uma mudança mais ou menos rápida das instituições e dos relacionamentos interpessoais levam com não menor clareza a mudanças corres-

pondentes na estrutura da personalidade. Neste caso, também, obtemos uma idéia mais clara do que está acontecendo comparando-o, como um arranco numa direção dada, com os movimentos passados dos quais é continuação. Nas dores de parto de outras grandes mudanças sociais, o padrão dominante de conduta das classes superiores terminou sofrendo um maior ou menor afrouxamento. Um período de incerteza precedeu a consolidação de um novo padrão. Padrões de comportamento foram transmitidos não só de cima para baixo, mas, em conformidade com a mudança no centro de gravidade social, de baixo para cima. Assim, no curso da ascensão da burguesia, por exemplo, o código de conduta aristocrático de corte perdeu parte de sua força. As formas sociais tornaram-se mais relaxadas e, de alguma maneira, mais rudes. Os rigorosos tabus observados em certas esferas na classe média, acima de tudo os relativos ao dinheiro e à sexualidade, saturaram círculos mais amplos em graus variáveis até que, finalmente, quando desapareceu esse equilíbrio específico de tensões, em ondas alternadas de relaxamento e renovada severidade, elementos dos padrões de conduta de ambas as classes fundiram-se num código novo e mais estável.

As grandes mudanças que atualmente vivemos diferem em estrutura de todas as precedentes, por mais que possam prosseguir-las e basear-se nelas. Não obstante, certas semelhanças estruturais com a mudança que acabamos de descrever são encontradas em nosso próprio tempo. Neste caso, também encontramos um relaxamento dos padrões tradicionais de comportamento, a ascensão, a partir de baixo, de certos modos de conduta, e uma crescente interpenetração dos padrões de classes diferentes. Notamos maior severidade em algumas esferas e certa vulgaridade em outras.

Períodos como este, períodos de transição, proporcionam uma oportunidade especial à reflexão: os padrões mais antigos foram contestados, mas os novos ainda não surgiram. As pessoas se tornam mais incertas em matéria de conduta. A própria situação social transforma a "conduta" em problema agudo. Nessas fases — e talvez apenas nelas — ficam abertas à discussão na conduta muitas coisas que as gerações anteriores consideravam como certas e naturais. Os filhos começam a pensar a partir do ponto em que os pais pararam suas reflexões, começam a perguntar por razões em casos em que os pais não viram razão para indagar: por que deve "a pessoa" comportar-se desta maneira aqui e daquela outra ali? Por que isto é proibido e aquilo permitido? Qual é o propósito deste preceito sobre as maneiras e daquele, sobre a moral? Convenções que foram aceitas durante gerações passam a ser problematizadas. Além disso, como resultado da maior mobilidade e de encontros mais freqüentes com tipos humanos diferentes, as pessoas aprendem a se enxergar de uma distância maior: porque o código de conduta na Alemanha é diferente do da Inglaterra, por que o inglês difere do americano e por que a conduta de todos esses países é diferente da que se observa no Oriente e em sociedades mais primitivas?

As investigações precedentes tentaram levar algumas dessas questões para mais perto de uma solução. Na verdade, apenas colocaram problemas que "estão no ar". Procuraram, tanto quanto o permitem os conhecimentos de uma única pessoa, esclarecer as questões e preparar um caminho que, no fogo cruzado da

discussão, possa levar à indagação, em conjunto com outros pesquisadores. Os padrões de comportamento de nossa sociedade, gravados no indivíduo desde a mais tenra infância como uma espécie de segunda natureza e mantidos em estado de alerta por um controle social poderoso e cada vez mais rigorosamente organizado, precisam ser explicados, não em termos de finalidades humanas gerais, a-históricas, mas como algo que evoluiu da totalidade da história do Ocidente, das formas específicas de comportamento que se desenvolveram durante seu curso e de forças de integração que as transformaram e propagaram. Esses padrões, tal como todo o controle de nosso comportamento, como a estrutura de nossas funções psicológicas em geral, possuem muitas camadas: em sua formação e reprodução, impulsos emocionais desempenharam um papel não menos importante que os racionais, as pulsões e sentimentos não menos que as funções do ego. Há muito tempo se costuma explicar o controle ao qual o comportamento individual está sujeito em nossa sociedade como alguma coisa essencialmente racional, fundamentada exclusivamente em considerações lógicas. Nestas páginas, ele é considerado de outra maneira.

Mostramos que a racionalização, e com ela a modelação e a explicação mais racional de tabus sociais,¹⁵⁸ é apenas um lado de uma transformação que afetou toda a personalidade, afetando as pulsões e sentimentos no mesmo grau que a consciência e a reflexão. Demonstramos ainda que a força motriz dessa mudança de auto-orientação individual foi fornecida por pressões surgidas do entrelaçamento em muitas esferas de atividades humanas, pressões que atuaram numa direção dada, ocasionando mudanças na forma dos relacionamentos e em todo o tecido social. Essa racionalização foi acompanhada de uma enorme diferenciação nas cadeias funcionais e de uma correspondente mudança na organização da força física. Sua precondição foi a elevação do padrão de vida e do nível de segurança, ou, em outras palavras, uma maior proteção contra os ataques ou a destruição física e, assim, contra os medos incontroláveis que afetavam com muito mais força os indivíduos que eram membros de sociedades com monopólios menos estáveis de força e divisão menos acentuada das funções. No presente, estamos tão acostumados à existência desses monopólios mais estáveis de força e da maior previsibilidade da violência deles resultante, que mal nos damos conta de sua importância para a estrutura de nossa conduta e personalidade. Mal compreendemos com que rapidez o que denominamos de nossa "razão", este direcionamento relativamente previdente e diferenciado de nossa conduta, com seu alto grau de controle de emoções, desmoronaria ou entraria em colapso se as tensões que induzem ansiedade em nós e em volta de nós mudassem, se os medos que nos afetam a vida de repente se tornassem muito mais fortes ou fracos ou, como em muitas sociedades mais simples, as duas coisas sucedessem ao mesmo tempo, ora mais fortes, ora mais fracos.

Só quando deslindamos essas conexões é que ganhamos acesso ao problema da conduta e de seu controle pelo código social vigente em determinada época. O grau de ansiedade, tal como toda a economia do prazer, difere em todas as sociedades, em todas as classes e fases históricas. A fim de compreender o controle da conduta que a sociedade impõe a seus membros, não basta conhecer

as metas racionais que podem ser referidas para explicar seus comandos e proibições. Temos que explorar até sua origem os medos que induzem os membros dessa sociedade, e acima de tudo, os guardiães de seus preceitos, a controlar a conduta dessa maneira. Só obtemos uma melhor compreensão das mudanças de conduta e sentimentos numa direção civilizadora, portanto, se nos tornarmos conscientes das mudanças na estrutura dos medos construídos, a que eles estão ligados. A direção de tal mudança foi esboçada antes¹⁵⁹: o medo direto que uma pessoa sente de outras diminui; os medos indiretos ou internalizados aumentam na mesma proporção; os dois tipos tornam-se mais uniformes; as ondas de ansiedade não sobem mais com tanta frequência ou altura, apenas para desmoronarem com igual rapidez; com algumas oscilações, leves em comparação com o que aconteceu em fase anterior, permanecem normalmente no nível médio. Quando isso acontece, conforme vimos, a conduta assume — através de graus e estágios — um caráter mais "civilizado". Neste contexto como em todos os outros, a estrutura dos medos e ansiedades nada mais é que a contrapartida psicológica das restrições que pessoas exercem umas sobre as outras através do entrelaçamento de suas atividades. Os medos formam um dos canais — e dos mais importantes — através dos quais a estrutura da sociedade é transmitida às funções psicológicas individuais. A força propulsora subjacente à mudança na economia das paixões, na estrutura dos medos e ansiedades, é uma mudança muito específica nas restrições sociais que atuam sobre o indivíduo, uma transformação específica de toda a teia de relacionamentos e, acima de tudo, da organização da força.

Com grande frequência, parece às pessoas que os códigos que lhes regulam a conduta em relação aos outros e, assim, também os medos que as motivam, são alguma coisa de fora da esfera humana. Quanto mais profundamente imergimos nos processos históricos, no curso dos quais as proibições, bem como os medos e ansiedades, foram criados e transformados, mais aumenta uma intuição que tem sua importância para nossos atos, bem como para nossa compreensão de nós mesmos: *damo-nos conta do grau em que os medos e ansiedades que motivam as pessoas são obra do homem*. Para sermos exatos, a possibilidade de sentir medo, exatamente como a de sentir alegria, constitui parte inalterável da natureza humana. Mas a força, tipo e estrutura dos medos e ansiedades que ardem em fogo lento ou fulguram em chamas no indivíduo nunca dependem exclusivamente de sua própria "natureza" nem, pelo menos em sociedades mais complexas, da "natureza" no meio da qual ele vive. São sempre determinados, em última análise, pela história e estrutura real de suas relações com outras pessoas, pela estrutura da sociedade; e mudam com ela.

Temos aqui, na verdade, uma das chaves indispensáveis para compreender todos os problemas colocados pela orientação da conduta humana e pelos códigos de mandamentos e "tabus". A criança e o adolescente jamais aprenderiam a controlar o próprio comportamento sem o medo instilado por outras pessoas. Sem a influência desses medos criados pelo homem, o jovem animal humano nunca se tornaria um adulto merecedor do nome de ser humano, tal como a humanidade de ninguém amadureceria plenamente se a vida lhe negasse sufi-

cientias alegrias e prazeres. Os medos que os adultos consciente ou inconscientemente inculcam na criança sofrem nela uma precipitação e, daí em diante, se reproduzem mais ou menos automaticamente. A personalidade maleável da criança é tão modelada por medos que ela aprende a agir de acordo com o padrão predominante de comportamento, sejam esses medos gerados pela força física direta ou pela privação, pela restrição de alimento ou de prazeres. Os medos e ansiedades criados pelo homem, sejam eles medos ao que vem de fora ou ao que está dentro de nós, finalmente mantêm em seu poder até mesmo o adulto. A vergonha, o medo da guerra e o medo de Deus, o medo que o homem sente de si mesmo, de ser dominado pelos seus próprios impulsos afetivos, todos eles são direta ou indiretamente induzidos nele por outras pessoas. Sua força, forma e o papel que desempenham na personalidade do indivíduo dependem da estrutura da sociedade e de seu destino nela.

Nenhuma sociedade pode sobreviver sem canalizar as pulsões e emoções do indivíduo, sem um controle muito específico de seu comportamento. Nenhum controle desse tipo é possível sem que as pessoas antepõem limitações umas às outras, e todas as limitações são convertidas, na pessoa a quem são impostas, em medo de um ou outro tipo. Não devemos nos enganar: as constantes produção e reprodução de medos pela pessoa são inevitáveis e indispensáveis onde quer que seres humanos vivam em sociedade, em todos os casos em que os desejos e atos de certo número de indivíduos se influenciem mutuamente, seja no trabalho, no ócio ou no ato do amor. Mas não devemos acreditar nem tentar convencer-nos de que os comandos e medos que *hoje* imprimem sua marca na conduta humana tenham como "objetivo" simples, e fundamental, essas necessidades básicas de coexistência humana, e que estejam limitados em nosso mundo às restrições e medos necessários a um equilíbrio estável entre os desejos de muitos e à manutenção da cooperação social. Nossos códigos de conduta estão tão cheios de contradições e de desproporções como as formas de vida social, como aliás, também, a estrutura de nossa sociedade. As restrições às quais o indivíduo está submetido hoje, e os medos correspondentes a elas, são em seu caráter, força e estrutura decisivamente determinados pelas forças específicas geradas pela estrutura de nossa sociedade, que acabamos de discutir: pelo seu poder e outros diferenciais, e as imensas tensões que criam.

Deixamos claro em que caos e perigos vivemos, e tivemos oportunidade de discutir as forças estruturais que lhes determinam a direção. São essas forças, muito mais do que a limitação simples de trabalhar em grupo, são as tensões e entrelaçamentos desse tipo que expõem atualmente o indivíduo ao medo e à ansiedade. As tensões entre Estados, criadas pela dinâmica irresistível de suas lutas pela supremacia sobre domínios cada vez maiores, encontram expressão na constituição psicológica da pessoa, em frustrações e restrições específicas. Impõem a esses indivíduos uma pressão de trabalho e uma insegurança profunda que nunca cessam. Tudo isso, as frustrações, a inquietação, a pressão do trabalho, não menos que a ameaça que nunca termina à vida inerente às tensões entre Estados, gera ansiedades e medos. O mesmo se aplica às tensões dentro de cada sociedade e Estado. A competição incontrolável, isenta de monopólio, entre

pessoas da mesma classe, por um lado, e as tensões entre diferentes classes e grupos, por outro, dão origem também, no caso do indivíduo, a uma contínua ansiedade e a proibições ou restrições específicas. Elas, também, produzem seus próprios medos específicos: medos de perda do emprego, de uma vulnerabilidade imprevisível aos que exercem poder, de cair abaixo do nível de subsistência, que prevalecem nas classes mais baixas; bem como os medos de degradação social, de redução das posses ou independência, de perda de prestígio e *status*, que desempenham papel tão importante na vida das classes média e alta. E foram precisamente medos e ansiedades desse tipo, medos de perder o prestígio hereditário que distinguia a pessoa, conforme mencionamos¹⁶⁰, que desempenharam até hoje um papel decisivo na modelação do código vigente de conduta. Exatamente esses medos, vimos também, tendem muito à internalização; eles, muito mais do que o medo da pobreza, da fome ou do perigo físico direto, enraizaram-se em cada membro dessas classes, através da criação e educação, sob a forma de ansiedades internas que o prendem quase automaticamente a um código aprendido, sob a pressão de um forte superego, mesmo independentemente de qualquer controle exercido por outras pessoas. A preocupação constante dos pais com o fato de os filhos se pautarem ou não pelo padrão de conduta de sua classe ou da classe mais alta, se manterão ou aumentarão o prestígio da família, se defenderão sua posição na competição dentro de sua própria classe, medos desse tipo cercam a criança desde os primeiros anos, e isso acontece muito mais na classe média, entre aqueles com ambição de subir na vida, do que na classe superior. Medos desse tipo desempenham um papel considerável no controle ao qual a criança é submetida desde o começo, nas proibições que lhe são impostas. Talvez apenas em parte conscientes nos pais e até certo ponto já automatizadas, elas são transmitidas à criança tanto por gestos quanto por palavras. Continuamente jogam combustível no círculo ígneo das ansiedades internas, que mantêm o comportamento e os sentimentos da criança em crescimento permanentemente dentro de limites definidos, prendendo-a a certo padrão de vergonha e embaraço, a um sotaque específico, a maneiras peculiares, deseje ela isso ou não. Até mesmo as normas impostas à vida sexual, e as ansiedades automáticas que hoje a cercam em um grau tão alto, surgem não só da necessidade elementar de controlar e equilibrar os desejos dos muitos que vivem juntos, mas também têm origem, em grau considerável, nas pressões e tensões em que vivem a classe alta e, especialmente, a classe média em nossa sociedade. Elas, também, estão estreitamente relacionadas com o medo de perder oportunidades, posses e prestígio, de degradação social, de possibilidades reduzidas na dura luta da vida, inculcado desde cedo na criança pelo comportamento de pais e educadores. E mesmo que essas limitações e ansiedades paternas possam, algumas vezes, provocar exatamente o que devem prevenir, mesmo que a criança possa ser tornada incapaz, por essas ansiedades automática e cegamente instiladas, de vencer na vida e conseguir prestígio social — qualquer que seja o resultado, são sempre as tensões da sociedade onde vivem que são projetadas pelos gestos, proibições e medos dos pais na criança. O caráter hereditário das oportunidades monopolizadas e do prestígio social encontra expressão direta na atitude dos pais para com o filho;

dessa maneira, a criança é levada a sentir os perigos que ameaçam essas oportunidades e esse prestígio, a sentir todas as tensões da sociedade, antes mesmo de saber qualquer coisa a respeito delas.

Essa ligação entre os medos externos dos pais, diretamente condicionados pela posição social dos mesmos, e as ansiedades internas, automáticas, da criança em crescimento, é indubitavelmente um fato de importância muito mais geral do que pode ser demonstrado aqui. Só obteremos uma compreensão mais profunda da estrutura da personalidade do indivíduo, e das mudanças históricas em sua modelação ao longo de sucessivas gerações, quando formos mais capazes de observar e analisar longas cadeias de gerações do que é possível hoje. Mas uma coisa já se tornou muito clara em nossos dias: a profundidade com que a estratificação, as pressões e tensões de nossa própria época penetram na estrutura da personalidade do indivíduo.

Não podemos esperar de pessoas que vivem em meio a essas tensões, que são levadas, sem culpa alguma, a incorrer em culpa em cima de culpa em relação umas às outras, que se comportem reciprocamente de uma maneira que represente — como parece que se acredita hoje com tanta freqüência — a culminância final da conduta “civilizada”. O entrelaçamento contínuo de atividades humanas atuou como uma alavanca que, ao longo dos séculos, produziu mudanças de conduta na direção de nosso padrão. As mesmas pressões evidentemente operam em nossa sociedade na mesma direção, no sentido de produzir mudanças que transcendam os atuais padrões de conduta e sentimentos — embora, hoje como no passado, essas tendências, a qualquer tempo, possam entrar em marcha a ré. Da mesma forma que acontece com a estrutura social, nosso tipo de conduta, nosso nível de limitações, proibições e ansiedades não é algo definitivo, e ainda menos uma culminância.

Para começar, paira sobre nós a ameaça constante de guerra. Repetindo o argumento em forma diferente, guerra não é o oposto de paz. Por uma necessidade, cujas razões se tornaram claras, as guerras entre unidades menores foram, no curso da história até o presente, estágios e instrumentos inevitáveis no apaziguamento das unidades maiores. Certamente a vulnerabilidade da estrutura social e, em consequência, os riscos e convulsões sociais desencadeados sobre todos os interessados pela violência explosiva das guerras aumentam na mesma proporção em que progride a divisão de funções, e quanto maior for a dependência mútua dos adversários. Por isso mesmo, sentimos em nossa época uma crescente disposição a resolver futuros conflitos entre Estados através de meios menos perigosos. Mas é muito claro que em nossos dias, da mesma forma que antes, a dinâmica da crescente interdependência está impelindo à configuração de Estados dimensionados para esses conflitos, à formação de monopólios de força física em áreas cada vez maiores da Terra e, assim, através de todos os terrores e lutas, concorre para a pacificação das mesmas. Conforme mencionado anteriormente, para além das tensões entre os continentes e já em parte despontando nelas, começam a emergir as tensões da fase seguinte. Podemos ver os primeiros lineamentos de um sistema mundial de tensões composto de alianças e unidades supranacionais de vários tipos, o prelúdio de lutas que abracem todo o globo e

que são as precondições para um monopólio mundial de força física, para uma única instituição política central e, assim, para a pacificação da Terra.

O caso é o mesmo no tocante às lutas econômicas. A livre competição econômica, igualmente, não é, conforme vimos, apenas o oposto da ordem monopolista. Ela está constantemente se inclinando para além de si mesma na direção oposta. Deste ponto de vista, também, nossa época é tudo menos um ponto final ou culminância, pouco importando quantas derrocadas parciais, como em períodos de transição estruturalmente semelhantes, possam ocorrer. Neste aspecto, também, ela abunda em tensões não-superadas, em processos inconclusos de integração, cuja duração e curso exato não são previsíveis e cuja direção apenas é clara: uma tendência de a livre competição ou, o que significa a mesma coisa, a propriedade desorganizada dos monopólios, ser reduzida e abolida, e uma mudança nas relações humanas, através da qual o controle das oportunidades cessa gradualmente de ser o privilégio hereditário e privado de uma classe alta tradicional e torna-se uma função sob controle social e público. E neste particular, também, por baixo do véu das atuais tensões, as da próxima fase estão se tornando visíveis, as tensões entre os funcionários de nível superior e médio da administração monopolista, entre a “burocracia”, por um lado, e o resto da sociedade, por outro.

Só quando essas tensões entre e dentro de Estados forem dominadas é que poderemos esperar tornar-nos mais realmente civilizados. No presente, muitas das regras de conduta e sentimentos implantados em nós como parte integral da consciência, do superego individual, são resquício de aspirações ao poder e ao *status* de grupos tradicionais e não têm outra função que a de reforçar suas chances de obter poder e manter a superioridade de *status*. Elas ajudam membros desses grupos a se distinguirem não apenas através de suas próprias realizações pessoais — que, com moderação, são justificadas — mas através da apropriação monopolista das oportunidades de obter poder, o acesso ao qual é bloqueado a outros grupos interdependentes. Só quando as tensões entre e dentro dos Estados forem dominadas é que haverá a possibilidade de que a regulação das paixões e conduta do homem em suas relações recíprocas seja limitada àquelas instruções e proibições que são necessárias para manter o alto nível de diferenciação e interdependência funcional, sem o qual mesmo os atuais níveis de conduta civilizada na coexistência humana não poderiam ser mantidos, e ainda menos superados. Só então haverá uma possibilidade, também, de que o padrão comum de autocontrole esperado do homem possa ser limitado àquelas restrições que são necessárias a fim de que ele possa viver com os demais e consigo mesmo com uma alta probabilidade de prazer e uma baixa probabilidade de medo — seja dos outros, seja de si mesmo. Só com a eliminação das tensões e conflitos entre os homens é que esses mesmos tensões e conflitos que operam dentro dele podem se tornar mais brandos e menos nocivos às suas probabilidades de desfrute da vida. Neste caso, não precisará ser mais a exceção, talvez venha a tornar-se mesmo a regra que o indivíduo possa alcançar o equilíbrio ótimo entre suas paixões imperiosas, a exigir satisfação e realização, e as limitações a ele impostas (sem as quais continuaria a ser um animal selvagem e um perigo tanto para si

mesmo quanto para os demais) — enfim, possa chegar àquela condição a que com tanta freqüência nos referimos com palavras altissonantes, como “felicidade” e “liberdade”: uma equilíbrio mais durável, uma sintonia mais fina, entre as exigências gerais da existência social do homem, por um lado, e suas necessidades e inclinações pessoais, por outro. Se a estrutura das configurações humanas, de sua interdependência, tiver essas características, se a coexistência delas, que afinal de contas é a condição da existência individual de cada uma, funcionarem de tal maneira que seja possível a todos os assim interligados alcançar tal equilíbrio, então, e só então, poderão os seres humanos dizer a respeito de si mesmos, com alguma justiça, que são civilizados. Até então, estarão, na melhor das hipóteses, em meio ao processo de se tornarem civilizados. Até então poderão dizer, quando muito: o processo civilizador está em andamento, ou, como o velho d’Holbach: “la civilisation... n’est pas encore terminée.”*

Notas

1. James Westfall Thompson, *Economics and Social History of Europe in the Latter Middle Ages (1300-1530)* (Nova York e Londres, 1931), pp. 506-7.

2. Este fato é exemplificado pelas conseqüências que resultaram da ação dos estados ou do fisco carolíngio. Elas não foram, talvez, tão extremas como parecem à vista da citação abaixo, mas, sem dúvida alguma, a situação do fisco carolíngio desempenhou um papel na formação de fronteiras nacionais:

O caráter difuso do fisco carolíngio... transformou o fisco numa espécie de imensa rede a envolver o Império. Sua divisão e dispersão constituíram um fator mais importante, na dissolução do Império Franco, do que a ambição política local dos nobres proprietários de terras...

O fato histórico de que o coração do fisco se situasse na Europa Central explica as divisões da Europa Central no século IX e tornou essas regiões o campo de batalha de reis antes que se tornassem um campo de batalha entre nações...

A fronteira que separou a futura França da futura Alemanha foi traçada no século IX porque o maior bloco do fisco se situava entre elas...

James Westfall Thompson, *Economic and Social History of the Middle Ages (300-1300)* (Nova York e Londres, 1928), pp. 241-2. Cf. do mesmo autor: *The Dissolution of the Carolingian Fisc* (Berkeley: University of California Press, 1935).

3. A Luchaire, *Les premiers Capétiens* (Paris, 1901), p. 180.

4. C. Petit-Dutaillis, *La monarchie féodale en France et en Angleterre* (Paris, 1933), p. 8, com mapa anexo. Para detalhes sobre a fronteira leste do Império Franco do Ocidente e suas modificações, cf. Fritz Kern, *Die Anfänge der Französischen Ausdehnungspolitik* (Tübingen, 1910), p. 16.

5. Paul Kirn, *Das Abendland vom Ausgang der Antike bis zum Zerfall des Karolingischen Reiches, Propyläen-Weltgeschichte*, vol. 3 (Berlim, 1932), p. 118.

6. Brunner, *Deutsche Rechtsgeschichte*, citado por A. Dopsch, *Wirtschaftliche und soziale Grundlagen der europäischen Kulturentwicklung* (Viena, 1924), parte 2, pp. 100-1.

7. A. Dopsch, *Wirtschaftliche und soziale Grundlagen der europäischen Kulturentwicklung aus der Zeit von Cäsar bis auf Karl den Grossen* (Viena, 1918-24), parte 2, p. 115.

8. Kirn, *op. cit.*, p. 118.

9. A. von Hofmann, *Politische Geschichte der Deutschen* (Stuttgart e Berlim, 1921-8), vol. 1, p. 405.

* “A civilização... ainda não está completada.” (RJR)

O PROCESSO CIVILIZADOR

Volume 2:

Formação do Estado e Civilização

"Trata-se da mais importante peça de sociologia histórica escrita desde a época de Max Weber. Sua importância não apenas está no tema, mas também no método, pois aqui encontramos integradas a história, a teoria social e a psicanálise. Muitos autores, aliás, já mencionaram a necessidade de uma análise assim abrangente do desenvolvimento da cultura: Elias, porém, foi um dos poucos a satisfazer essa necessidade e a fazê-lo de forma tão brilhante e excepcional."

Richard Sennett

"Talvez, desde o imenso *Ensaio sobre os Costumes*, de Voltaire, nenhum outro autor tenha tentado estudar os costumes da humanidade em toda a sua abrangência e plenitude... Não podemos deixar de sentir gratidão pela ousadia de uma tentativa cujas dimensões ainda não compreendemos inteiramente. *O Processo Civilizador* é uma dessas obras que convidam o leitor a pensar... É um estudo estimulante, inegavelmente um livro vivo."

Times Literary Supplement

"... esta brilhante e inventiva análise da 'curva da civilização' deve ser irrestritamente reconhecida como um pequeno clássico na historiografia sobre o tema."

History

ISBN 85-7110-257-0
9 788571 102576

J.Z.E. Jorge Zahar Editor

ELIAS

O PROCESSO CIVILIZADOR

2

J.Z.E.

ROBERT ELIAS O PROCESSO CIVILIZADOR

Volume 2:

Formação do Estado e Civilização

APRESENTAÇÃO: RENATO JANINE RIBEIRO



JORGE ZAHAR EDITOR

Publicado originalmente sob o título
Über den Prozess der Zivilisation, vol.2, em 1939,
por Haus zum Falken, de Basileia, Suíça

Tradução autorizada da versão inglesa, feita por Edmund Jephcott, com
notas e revisão do autor. (English translation © Basil Blackwell, 1982)

Copyright © 1939, 1969, 1976, Norbert Elias
Copyright © 1993 da edição em língua portuguesa:
Jorge Zahar Editor Ltda.
rua México 31 sobreloja
20031-144 Rio de Janeiro, RJ
tel.: (21) 2240-0226 / fax: (21) 2262-5123
e-mail: jze@zahar.com.br
site: www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo ou
em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

[Edição para o Brasil]

Composição: TopTextos Edições Gráficas Ltda.

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Elias, Norbert, 1897-1990
E41p O processo civilizador / Norbert Elias; tradução da
v.2 versão inglesa, Ruy Jungmann; revisão, apresentação e
notas, Renato Janine Ribeiro. — Rio de Janeiro: Jorge
Zahar Ed., 1993. 2v.

Tradução de: *Über den Prozess der Zivilisation*, vol.2
Conteúdo: v.1. Uma história dos costumes — v.2.
Formação do estado e civilização
ISBN: 85-7110-257-0

1. Cultura. 2. Civilização. 3. Ocidente – História. 4.
Sociologia política. I. Ribeiro, Renato Janine. II. Título.

93-0439

CDD — 900
CDU — 008

Sumário

Agradecimentos 8

Apresentação:
Uma ética do sentido, Renato Janine Ribeiro 9

parte I Feudalização e Formação do Estado

Introdução 15

- I Sumário da sociedade de corte 15
- II Uma consideração exploratória da sociogênese do absolutismo 19

Capítulo um:
Dinâmica da feudalização, 23

- I Introdução 23
- II Forças centralizadoras e descentralizadoras na configuração medieval de poder 25
- III O aumento da população após a migração dos povos 36
- IV Algumas observações sobre a sociogênese das Cruzadas 42
- V A expansão interna da sociedade:
a formação de novos órgãos e instrumentos sociais 48
- VI Elementos novos na estrutura da sociedade medieval,
em comparação com a Antiguidade 54
- VII Sobre a sociogênese do feudalismo 58
- VIII Sobre a sociogênese da *Minnesang* e das formas cortesãs de
conduta 65

Capítulo dois:

Sobre a sociogênese do Estado 87

- I O primeiro estágio da monarquia nascente: competição e monopolização no contexto territorial 87
- II Digressão sobre algumas diferenças nas trajetórias de desenvolvimento da Inglaterra, França e Alemanha 91
- III Sobre o mecanismo monopolista 97
- IV Primeiras lutas no contexto do reino 107
- V O ressurgimento das tendências centrífugas: a configuração dos príncipes rivais 118
- VI As últimas fases da luta competitiva livre e a posição monopolista final do vencedor 131
- VII Distribuição das taxas de poder no interior da unidade de governo: sua importância para a autoridade central: a formação do "mecanismo régio" 140
- VIII Sobre a sociogênese do monopólio de tributação 171

parte II: sinopse

Sugestões para uma Teoria de Processos Civilizadores

- I Do controle social ao autocontrole 193
- II Difusão da pressão pela previdência e autocontrole 207
- III Diminuição dos contrastes, aumento da variedade 210
- IV A transformação de guerreiros em cortesãos 215
- V O abrandamento das pulsões: psicologização e racionalização 225
- VI Vergonha e repugnância 242
- VII Restrições crescentes à classe alta: pressões crescentes a partir de baixo 248
- VIII Conclusão 263

Notas 275

Índice Remissivo 299

Apresentação

Uma ética do sentido

Agustín

Dedicado à memória de meus pais,
Hermann Elias, falecido em Breslau em 1940, e
Sophie Elias, morta em Auschwitz, 1941(?)